



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 60

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 19 de Maio de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído durante a sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados passou-se à leitura da correspondência.

Seguiu-se o período destinado à emissão de votos, tendo sido aprovado, por unanimidade, um Voto de Congratulação ao Clube Desportivo “Os Marienses” pela conquista do campeonato nacional da 2ª Divisão de Voleibol, tendo proferido intervenções o Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*), que fez a sua apresentação e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Para uma Declaração Política usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

No debate que se seguiu usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*), António Marinho (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Berto Messias (*PS*).

Proferiu também uma Declaração Política a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), seguida de debate em que intervieram os Srs. Deputados Helder Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Proferiram intervenções de interesse político relevante a Sra. Deputada Aida Santos (*PSD*), o Sr. Deputado Duarte Moreira (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Agenda da Reunião:

1º - Apresentação do **Projecto de Resolução sobre impacto do Rendimento Social de Inserção na Região Autónoma dos Açores**, feita pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), tendo, sobre o mesmo assunto, usado da palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda (*PS*).

2º - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/2010 – “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional”.

Após a apresentação do diploma, feita pela Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*), usaram da palavra, no debate na generalidade, os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Ramos (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Cláudia Cardoso (*PS*), Francisco Álvares (*PSD*), Costa Pereira (*PSD*), Graça Teixeira (*PS*), Carlos Mendonça (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Sobre este diploma, um grupo de deputados apresentou um requerimento de baixa à Comissão, tendo sido rejeitado por maioria.

Rejeitado o requerimento de baixa à Comissão, passou-se ao debate do diploma na especialidade, tendo usado da palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado na generalidade, especialidade e em votação final global por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), Rui Ramos (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*) e Cláudia Cardoso (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Helder Guerreiro Marques da **Silva**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Lizuarte Manuel Machado
Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**
Rogério Paulo Nogueira e **Sousa**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Maria Silva **Gonçalves**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**
Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 47 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (José Ávila): Do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, Projecto de Resolução para a realização de um estudo sobre o impacto do Rendimento Social

de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social na Região Autónoma dos Açores.

Baixou à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, relatório ao abrigo do artigo 103º do Regimento de Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*José Ávila*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o Projecto de Lei nº 211/XI, programa de gestão ambiental dos campos de golfe.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, relatório e parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular na educação básica para o sistema educativo regional.

Secretário (*José Ávila*): Da Comissão de Assuntos Sociais, relatório e parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional revogação do Decreto Regulamentar Regional nº 5/ 2010/A, de 24 de Março.

Presidente: Lida a correspondência, vamos entrar no período destinado à emissão de votos e temos um Voto de Congratulação ao clube desportivo “Os Marienses” pela conquista do campeonato nacional da 2ª Divisão de Voleibol, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para apresentar o voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Congratulação

Com pouco mais de 25 anos de existência, o clube desportivo “Os Marienses” é já uma referência da prática desportiva da ilha de Santa Maria, com resultados que dignificam a ilha e a Região no seu todo.

É aliás a actividade e a dinâmica dos clubes e respectivas associações desportivas, que fazem com que uma ilha com um pouco mais de 5000 habitantes, seja aquela que apresenta o maior índice de prática desportiva, em termos relativos, no número de atletas federados, contando actualmente com cerca 1071 atletas o que representa uma taxa de participação de 19,20%, sendo a mais alta taxa de participação dos Açores.

Contribuindo de forma inequívoca para a formação e ocupação de jovens da ilha, com um total de 400 atletas inscritos, aproximadamente, sendo que destes, cerca de 212 são atletas menores de idade e 293 são atletas federados, o clube desportivo “Os Marienses” tem ido mais além na divulgação de uma ilha e de uma Região, através da prática desportiva fora de portas, quer a nível Regional quer a nível Nacional.

Prova do seu ecletismo, o clube desportivo “Os Marienses” reactivou a sua secção de voleibol na época 2006/2007, com os escalões de Minis; Iniciados; Juvenis; Juniores; Seniores Masculinos e Seniores Femininos.

Nessa época, a equipa de seniores masculinos conquista o campeonato de Santa Maria, ganhando o direito de representar a ilha no Campeonato Regional, ficando no 4º lugar final.

Na época 2007/2008 esta mesma equipa conquista o campeonato de Santa Maria, sendo novamente o representante da ilha no Campeonato Regional, ficando em 1º lugar, subindo automaticamente á 2º Divisão Nacional – Zona Açores – participando então na fase de apuramento do campeão nacional da 3ª divisão, ficando em 4º lugar.

Na época 2008/2009 participa na 2ª Divisão Nacional – Zona Açores - obtendo o 2º lugar como classificação final.

Na presente época, 2009/2010, participa novamente no campeonato nacional da 2ª divisão – Zona Açores - obtendo o 1º lugar nesta zona, disputando o título de campeão nacional com o 1º e 2º classificados da zona Continental, vencendo os dois jogos com estas equipas, tornando-se assim campeão nacional da 2ª divisão e conseqüentemente subindo á divisão A2 Nacional, que disputará na próxima época desportiva.

Talvez como simbolismo, refira-se que esta conquista foi assegurada no passado dia 25 de Abril, em que a formação do clube desportivo “Os Marienses” completou a sua 22ª vitória sucessiva da época, com a conseqüente ascensão à divisão A2 do voleibol Nacional, num jogo realizado no Continente Português e com o pavilhão cheio.

"A UNIÃO E O LUTAR ATÉ AO FIM FOI O SUCESSO DESTA CONQUISTA" são as palavras do técnico, David Reis, neste importante passo para o voleibol Mariense.

Refira-se que esta equipa é constituída maioritariamente por atletas marienses e açorianos, sendo este um feito assinalável para a modalidade, para o clube e para a ilha, que se sente dignificada, honrosa e difícil conquista.

Refira-se, por fim, que a modalidade tem vindo a crescer na ilha de Santa Maria, contando actualmente com a prática em 4 clubes, 21 equipas e 294 atletas, em quase todos os escalões, tendo sido organizado 5 fases de campeonatos Regionais na ilha.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do Partido Socialista, propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove um voto de congratulação pela conquista do campeonato Nacional da 2ª Divisão de Voleibol pelo Clube Desportivo “Os Marienses”.

Este voto de congratulação deve ser extensivo a todos dirigentes, técnicos, atletas e demais colaboradores do clube, que tornaram possível esta importante conquista para o desporto Mariense e Açoriano.

Mais se propõem que seja dado conhecimento deste voto ao clube respectivo, à delegação de desporto de Santa Maria, à Associação de Voleibol de Santa Maria, bem como à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 2010

Os Deputados Regionais, Helder Silva, Berto Messias, Duarte Moreira e Bárbara Chaves.”

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos.

(* **Deputada Aida Santos (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo desportivo “Os Marienses” ao longo dos seus 25 anos de existência tem mostrado provas suficientes e contribuído para a promoção do desporto em Santa Maria, levando o nome da ilha além fronteiras.

Este título só vem provar a dedicação e o empenho que todo o Clube e todos os atletas têm tido e a capacidade desportiva que o Clube detém.

O Grupo Parlamentar do PSD quer associar-se a este voto dizendo que vota a favor.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o voto, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao período destinado a declarações políticas.

Para uma declaração política, em nome do Grupo Parlamentar do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias (PS).

Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na próxima semana, vamos celebrar o Dia Maior da Autonomia. O Dia dos Açores.

Comemorar este dia é um momento de exaltação da açorianidade, seja em qualquer uma das nossas ilhas, mas também na Diáspora, que prolonga os Açores no Mundo.

Não posso deixar de enaltecer a iniciativa de descentralizar esta celebração, que já percorreu quase todo o Arquipélago, direccionando-se, este ano, para a Ilha do Corvo, que vai acolher, já na próxima segunda-feira, as comemorações oficiais promovidas pela Assembleia Legislativa e pelo Governo Regional dos Açores.

Fica materializado nesta escolha um importante espírito de coesão, um princípio crucial para o Partido Socialista, para quem o desenvolvimento só faz sentido se chegar a todos, vivam nos grandes centros urbanos ou na mais remota periferia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não parece!

O Orador: Este é, assim, o momento certo para saudar todos os açorianos, os que cá nasceram ou que cá escolheram viver, assim como os nossos emigrantes que honram o nome da sua terra permitindo que os Açores e a açorianidade não estejam circunscritos às fronteiras físicas da nossa Região. Hoje, os Açores cumprem-se por todo o mundo, com grande credibilidade, o que faz com que os açorianos sejam das mais prestigiadas comunidades emigrantes nos países de acolhimento.

Honrar os Açores, hoje, é celebrar a Autonomia. É homenagear todos aqueles que, quando a Autonomia ainda era um sonho quase inatingível e uma opção consciente de vida colectiva, derrubaram os muros da desconfiança e as barreiras do centralismo.

Celebrar os Açores, hoje, terá de continuar este desígnio e nunca baixar a guarda. Esta é uma dívida de gratidão que nós, actuais representantes dos açorianos, temos o dever de pagar a cada momento.

E as novas gerações têm responsabilidades acrescidas nessa tarefa, afirmando a nossa identidade com credibilidade e responsabilidade.

Porque a Autonomia não se vende. Porque a Autonomia não se troca. A Autonomia não é “bem transaccionável” que as agendas políticas circunstanciais possam por em causa. A Autonomia não é negociável em troca de amizades mais ou menos convenientes.

A Autonomia é o pilar central da nossa vivência colectiva enquanto comunidade, com órgãos de governo próprio, que nos conferem a capacidade de desenvolver e aprofundar uma democracia cheia de vitalidade e determinada em desenvolver a nossa terra.

E é, também, com base nessa capacidade que é justa uma referência à lista de personalidades e de instituições que serão condecoradas nas comemorações do Dia dos Açores. Trata-se do reconhecimento e do agradecimento por acções e por iniciativas, por vezes em circunstâncias difíceis, que aprofundaram essa capacidade própria de desenvolvimento local e regional e que projectaram o nome dos Açores no país e no Mundo.

É conhecida e reconhecida a acção do Partido Socialista nos Açores que nos levou mais longe e que abriu as fronteiras da Região para o exterior.

Temos uma Região mais desenvolvida, com índices maiores de desenvolvimento, que definiu um plano estratégico de desenvolvimento orientado para o futuro, assente em princípios determinantes como a qualificação da gestão pública, a melhoria da qualificação e das competências dos açorianos, o reforço da solidariedade e da coesão social, a gestão eficaz do território promovendo a qualidade ambiental e a promoção do crescimento sustentado da economia e do equilíbrio das finanças públicas.

São inegáveis, Sras. e Srs. Deputados, os ganhos e progressos dos Açores nos últimos anos.

Somos a única Região do País que, nos últimos 13 anos, teve sempre crescimento positivo. Desde 2001, que a economia dos Açores vem crescendo a um ritmo igual ou superior à média nacional e que, nos últimos quatro anos, tem crescido sistematicamente mais do que a Região Autónoma da Madeira. Apresentamos mais e melhores ofertas formativas no âmbito da qualificação de activos e de mecanismos de transição para a vida activa.

Consolidamos a importância do ensino profissional, temos melhores acessibilidades, melhores infra-estruturas aeroportuárias e portuárias, um melhor parque escolar, o aumento da qualidade em várias áreas e a aposta em novos sectores e em novos bens transaccionáveis.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É um paraíso!!!

O Orador: Fizemos uma aposta credível nas novas tecnologias e reforçamos hoje a capacidade de atrair projectos com tecnologias de ponta.

Apostamos nas energias renováveis e na sustentabilidade ambiental como um dos mais importantes pilares de desenvolvimento futuro.

Implementamos um projecto social inclusivo, integrador, que faz parte da nossa matriz ideológica, que nos orgulha e que não estremece com críticas superficiais e demagógicas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: Mas apesar do caminho percorrido até aqui, e da evolução positiva a que assistimos, vivemos tempos difíceis. E aqui é devida uma palavra aos desempregados açorianos, que são a face mais visível e complexa desta crise que teima em não deixar o mundo, apresentando, a cada dia, novos contornos que exigem inovação aos governos e sacrifícios aos povos.

Há muito que as economias locais, regionais ou nacionais não estavam tão sujeitas a fortíssimos constrangimentos externos como estão agora.

É num quadro de crise internacional que comemoramos o Dia da Região e que somos obrigados a olhar para o futuro com confiança, com determinação e com optimismo.

Temos de ultrapassar as dificuldades por mérito próprio. Somos a última fronteira da Europa, que faz a ponte para a América, que confere a Portugal uma dimensão atlântica e que alarga mesmo os limites geográficos do país, como com a proposta apresentada há poucos dias, por Portugal, à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas com os fundamentos jurídicos, científicos e técnicos da candidatura nacional à extensão da sua plataforma continental para além das 200 milhas náuticas, procurando desta forma potenciar o aproveitamento das características geológicas e hidrográficas dos fundos marinhos açorianos.

É neste quadro de dificuldades externas que temos de nos afirmar e vencer os novos desafios que um mundo cada vez mais cosmopolita e globalizado apresenta, continuando a trabalhar com determinação e não descurando as responsabilidades que os poderes públicos devem continuar a assumir na sua esfera de competências, afirmando o investimento público reprodutivo, descentralizado e distribuído de forma equilibrada por todas as ilhas, enquanto uma força motriz determinante para o progresso e crescimento da Região, acautelando nesta estratégia sectores que tem especial importância para o futuro, como a energia, a agricultura, as pescas, a transformação, as ciências agrárias e oceanográficas, a inovação em contextos empresariais, a modernização ou a produção de novos bens transaccionáveis.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há estratégia!

O Orador: Num caminho estruturante que, nesta fase, terá de ser percorrido em paralelo com as respostas que vão sendo dadas para ultrapassar o momento de conjuntura difícil que se vive.

Não somos donos da verdade. Temos a humildade de reconhecer que muito foi feito, mas que muito mais há para fazer, num caminho de desenvolvimento consistente.

Mas temos de ter uma postura optimista, confiante e não podemos viver inebriados por espíritos apocalípticos e pessimistas que põem em causa o futuro.

Temos de, com os pés assentes no chão e, com verdade, sempre dizendo a verdade, assumir um discurso optimista, que incuta confiança e esperança nos açorianos e nas empresas açorianas.

O pessimismo nunca criou um único posto de trabalho.

Deputado Rui Ramos (PSD): A ilusão é que cria!

Deputado Luís Garcia (PSD): É um mundo cor-de-rosa!

O Orador: Recusamos o discurso da escuridão, como o há muito instituído pelo maior partido da oposição nos Açores, que se limita a puxar os Açores para baixo e a por em causa as dinâmicas económicas da Região.

É fácil criticar, é fácil destruir, é fácil diagnosticar problemas, mais difícil é resolver esses problemas com responsabilidade tarefa para a qual a oposição nos Açores teima em não contribuir.

Deputado José Lima (PS): *Muito bem!*

O Orador: E os agentes do sistema político dos Açores devem essa postura pró-activa às novas gerações, à juventude açoriana. Os jovens são, e têm sido, o mais fidedigno barómetro da modernidade, conectados que estão diariamente às rápidas alterações dos nossos dias e são, sem sombra de dúvida, a geração melhor preparada de sempre do nosso país.

E é com estes jovens que o PS/Açores conta para continuar o trabalho de tornar os Açores numa região onde apetece viver.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Já temos sucessor!

O Orador: Esta não é uma ideia vaga ou um projecto de intenções. Esta é uma estratégia que norteia o Governo Regional, que motiva este Grupo Parlamentar e que impele as centenas de organizações e milhares de cidadãos que conosco trabalham todos os dias para a sua concretização.

Uma estratégia de ambição não pode – nunca pode – ser concretizada por quem, já tendo esta possibilidade no passado, esvaziou a sociedade açoriana de todo e qualquer espírito de iniciativa e fez adormecer quem ousava inovar.

Deputado Rui Ramos (PSD): Grande lata!

O Orador: Os Açores de hoje têm problemas e dificuldades. Somos os primeiros a reconhecer isso por uma razão muito simples. Porque somos, também, os primeiros a fazer tudo para ultrapassar estes constrangimentos.

É com este espírito de inconformismo, de todos dias querer fazer mais e melhor que assinalamos mais um Dia da Região, momento alto da nossa vivência colectiva.

Mas nunca sozinhos. Sempre com os açorianos. Porque, afinal, são a razão da nossa existência.

Disse.

Deputado José Lima (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, o que é que quer que eu lhe diga?

Deputado Francisco César (PS): Não diga nada! Então para que é que se inscreveu?

O Orador: O senhor veio aqui fazer um discurso para enaltecer a autonomia e enaltecer a autonomia dos açorianos é enaltecer a unidade, aquilo que nós temos em comum neste projecto autonómico.

O senhor veio aqui dividir as águas, veio fazer o discurso fácil da apologia do regime e do seu partido e isto não é enaltecer a autonomia, porque a autonomia é

sempre muito mais do que um partido político, do que um governo regional e, portanto, é óbvio que o seu discurso não tem sentido.

Depois há também outra coisa a reter do seu discurso: não tem uma ideia, uma inovação, não apresentou, apesar de ter feito ali uma espécie de síntese do Congresso do Partido Socialista, uma ideia nova para a governação dos Açores que bem precisam dela, na media em que, como se sabe, esta governação está a provocar-nos, está a caminhar para índices de desenvolvimento económico muito maus, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade! Não apoiado!

O Orador: ... como por exemplo o número do desemprego, em que pela primeira vez deixámos de ser a Região com a taxa mais baixa e fomos neste momento superados pela Região Autónoma da Madeira.

Neste sentido, é evidente que os nossos índices de desenvolvimento e de progresso económico se estão a degradar numa forma constante e depois veio aqui dizer, para quem está no poder há tantas legislaturas, que estamos mais modernos do que há 500 anos. É evidente, Sr. Deputado, então não devíamos estar! Isso decorre da evolução tecnológica das sociedades e é evidente que temos que estar mais modernos.

Este discurso é um discurso requentado, é um discurso semelhante ao que no Estado Novo se fazia: que era, nós estamos melhores do que na década de 20, quando já governavam na década de 60.

É evidente que tinham que estar modernos, é evidente que as tecnologias eram mais modernas, é evidente que alguma coisa tem que progredir, ainda por cima tendo a nossa economia problemas estruturais graves e tendo um financiamento externo muitíssimo grande, porque a dimensão da nossa economia, a nossa auto-suficiência não aumentou e os números que foram conseguidos foi através do financiamento externo.

Deputado Francisco César (PSD): Como é que o Sr. Deputado sabe que o financiamento externo aumentou? O senhor dê os dados!

O Orador: Portanto, o senhor não tem desenvolvimento económico na Região dos Açores, o que o senhor teve foi mais dinheiro para poder implementar mais projectos, aproveitando um contexto favorável. Quando deixarem de ter esse contexto favorável, é uma ruína, e o que está a acontecer todos os dias é uma situação económica e social cada vez mais deplorável.

Eu não sei se o seu discurso está a ser seguido por muitos açorianos através, por exemplo, da internet, mas o seu discurso é ofensivo, ...

Presidente: Terminou o seu tempo. Tem que abreviar, Sr. Deputado.

O Orador: ... o senhor parece que está numa torre de cristal e parece que está isolado do resto do mundo.

Eu penso que quem está no desemprego, quem está a viver situações sociais cada vez mais graves, cada vez mais difíceis, e ouve aquele discurso, diz: este Sr. Deputado não é deste mundo, não é deste planeta, porque este discurso não tem nada a ver com a realidade e com o que as pessoas sentem.

O que lhe tinha a dizer era isto, é muito pouco, porque o seu discurso também, em relação a isso, é pouco mais do que nada.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): A sua intervenção quer dizer o quê, Sr. Deputado?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda quer associar-se ao pretexto e à primeira parte desta declaração política que nos traz o contexto da comemoração do Dia da Autonomia e a essa comemoração e a essa afirmação nesta casa com a aproximação inevitável desse dia, o Bloco de Esquerda associa-se com toda a convicção.

Entendemos que homenagear a autonomia é assumir o compromisso de continuarmos atentos, aqui e agora, a todas as formas de centralismo, umas vezes explícitas, outras vezes mais disfarçadas que, se calhar, continuarão a ameaçar – parece que é uma inevitabilidade – esta nossa forma de vida.

Exaltar a açorianidade é também, e porque entendemos que ela não é uma entidade mística, é uma entidade viva e diariamente vivida e experienciada nesta Região, defender e trabalhar para aumentar e para melhorar a qualidade e as condições de vida de todas as populações e de todos os açorianos e açorianas, uns por nascimento, outros por opção. Essa é uma responsabilidade de todos e de todas dentro e fora desta casa e a não se resignar aos condicionalismos naturais e artificiais que muitas vezes fazem parte do nosso quotidiano e dificultam o progresso e o desenvolvimento.

É também estimar a identidade deste povo, a sua forma de ser e a sua forma de viver e do ponto de vista do Bloco de Esquerda só há uma maneira de o fazer, é criar as condições para que as novas gerações estimem também esta autonomia e decidam ficar aqui para contribuir com a sua competência, com a sua juventude e com a sua capacidade de trabalho para o desenvolvimento e para o engrandecimento desta Região.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista trouxe aqui uma declaração política em que pretendia assinalar o Dia da Região e relativamente à primeira parte, aliás, como já foi dito pela Sra. Deputada Zuraida Soares, nós associamo-nos a tudo ou quase tudo quanto foi dito, porque consideramos que a autonomia é um modo mais eficaz de realizar a democracia e de prometer o desenvolvimento na Região e, por isso, temos por ela o mais profundo respeito, a mais profunda consideração e consideramos que exaltar a autonomia é exaltar as conquistas dos Açores e dos açorianos e por isso revemo-nos na primeira parte do discurso.

Infelizmente os senhores, a partir de determinada altura, reduzem a autonomia aos últimos treze anos que bem os sentimos na pele e aí os senhores passaram a discursar quanto ao números e vieram com os números do costume, que pretensamente dão conta do desenvolvimento da Região, mas voltaram a esquecer a situação de estagnação em que a Região se encontra e que são os números evidentes que o dizem.

A Região está neste momento em 67% da média comunitária, segundo os últimos números divulgados em 2008. Já assim estava em 2003, ou seja, mesmo com fundos estruturais quase 3,5 vezes superior àqueles que receberam as regiões Objectivo 1 e, portanto, com igual posicionamento no conjunto das regiões mais pobres da União Europeia, manteve-se estagnada nos mesmos 67% e inclusivamente, e aqui nem sequer as culpas podem ser assacadas à crise, nos últimos anos, 2006, 2007 e 2008, veio em quebra, porque estavam em 69% e vieram para 68 e para 67. São os números e os senhores discursam contra eles, mas os números não dão margem para dúvidas.

Deputado Helder Silva (PS): Os senhores deviam ter a obrigação de compreender!

O Orador: Tentaram também ali, não levantando muito a lebre, falar um pouco na preocupação com os desempregados. Tem que estar efectivamente muito preocupados com o desemprego, porque soube-se ontem que atingiu 7,7% nos Açores, deixou de ser a taxa mais baixa do país, uma bandeira que foi permanentemente desfraldada por parte do Partido Socialista, têm que a arrear neste momento, porque neste momento não é a taxa mais baixa do país. Estamos a falar em 9.132 desempregados, o número de desempregados mais elevado de toda a história da autonomia, que foi criado pelos senhores, foi criada pelo vosso modelo.

Estamos a falar no crescimento de um ponto percentual apenas no espaço de um ano. O ano passado no final do primeiro trimestre estava em 6,7% e está em 7,7%; estava em 7.1% três meses antes, agora está em 7,7%.

Portanto, os senhores têm que se preocupar, e bem, com o desemprego e têm que se deixar, acima de tudo, de disparar para todos os lados.

Os senhores neste momento estão numa situação de disparo. Ainda ontem soubemos, os jornais de hoje dão conta disso, que o Sr. Presidente do Governo agora resolveu disparar contra todos. Começou no Congresso, ontem disparou contra as empresas de construção civil que vivem seguramente um momento extremamente complexo e que por incapacidade ou por não terem um número de obras suficiente, se vêem neste momento obrigadas a dispensar muitos dos seus colaboradores e são esses que engrossam as fileiras do desemprego.

O Sr. Presidente do Governo decidiu disparar contra as empresas de construção, ou seja, os senhores neste momento têm que estar preocupados com isso e não podem disparar para todo o lado.

Neste momento é visível, basta ler os jornais e qualquer açoriano percebe, que os senhores estão disparando e estão a fazê-lo porque perderam o norte. Neste momento é perfeitamente constatável, em termos estatísticos, que o modelo que adoptaram para os Açores está falido, ainda que os senhores tenham nas vossas fileiras muita gente que mesmo assim tenta mostrar aquilo que não é verdade.

Relativamente ao desemprego, há uma semana atrás, o Sr. Director Regional do Emprego, fiel seguidor das orientações do Governo, ...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que abreviasse.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

... dizia que os Açores assistem a uma ligeira retoma. Uma semana depois o desemprego aumenta de 7,1 para 7,7%. Hoje mesmo nos jornais, perante a

constatação de que se elevou para 7,7%, deixando de ser a taxa de desemprego mais baixa do país, dispara contra quem? Como não pode disparar para outro lado, dispara contra as estatísticas e diz que o inquérito do Instituto Nacional de Estatística é feito por telefone e, portanto, resulta numa amostra que não corresponderá totalmente à situação real do mercado de emprego.

Há três anos atrás, em 2003,...

Deputado José do Rego (PS): O senhor não disse isso nesta casa?

O Orador: ... dizia que esta é que era a medida, ou seja, os senhores disparam contra qualquer lado e arrastam-se atrás dos números e arrastam-se contra a realidade. Os números estão a dar conta que o vosso modelo faliu.

Portanto, os senhores perderam o norte e foi pena que tivessem aproveitado o momento, que devia ser de exaltação da autonomia, para assinalarem o dia da Região desta forma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM) Muito bem!

O Orador: Os senhores definitivamente perderam o norte.

Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, devo felicitá-lo pela sua intervenção e da qual eu gostei.

Percebo o entusiasmo que é próprio da sua juventude e felicito-o por isso. A juventude deve ser entusiástica e irreverente e nessa matéria estamos, naturalmente, de acordo, mas eu queria também chamar-lhe a atenção para alguns pormenores e para algumas situações que o Sr. Deputado legitimamente omitiu na sua declaração política.

Eu julgo que a juventude dos Açores e todos os açorianos e açorianas estariam bem mais satisfeitos, Sr. Deputado, se ao fim destes anos todos de autonomia e de 14 anos de governo socialista se tivesse alcançado um desenvolvimento harmónico dos Açores.

Deputado Costa Pereira (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Esse desiderato ainda não se conseguiu e, portanto, esse devia ter sido um dos aspectos a exaltar na sua declaração.

Começámos com cinco ilhas da Coesão e já estamos com sete ou oito e com uma ou duas fora.

Sr. Deputado, eu gostaria de hoje em dia ter um sistema de transportes aéreos mais eficiente e mais barato e de não ter a companhia aérea que tem, talvez, o preço mais caro no mundo por milha voada. Os açorianos pagam os preços mais caros do mundo pelas viagens que fazem, têm passagens caríssimas para os trajectos que fazem.

Deputado Francisco César (PS): Já foi anunciado que vamos baixar!

Deputado João Costa (PSD): O anunciar não baixou preços!

O Orador: Como eu estava a dizer, gostaria de ter hoje em dia um sistema de transportes mais eficiente, com melhores ligações, com uma coesão territorial melhor, com passagens aéreas mais baratas, porque os açorianos ainda não se podem conhecer uns aos outros, porque não têm possibilidades de viajarem de uma ilha para as outras, por as tarifas ainda serem exorbitantes, pese embora reconhecendo que os senhores desceram as tarifas.

Gostaria de ter um sistema de transportes marítimos a funcionar todo o ano, mas ainda não temos e, portanto, tudo isso promoveria a coesão territorial e isso os senhores também ainda não conseguiram fazer.

Gostaria de ter uma agricultura desenvolvida que não temos nos Açores, gostaria de ter uma agricultura que não estivesse agora aflita com o fim da quota leiteira, que tivesse alternativas para qualificar a nossa agricultura.

Gostaria que tivéssemos as nossas pescas e os nossos pescadores também mais qualificados, com mais rendimento e os senhores não conseguiram fazer isso. Os senhores mandaram abater barcos, mandaram gente para a reforma.

Sr. Deputado Berto Messias, julgo que, neste dia, devemos exaltar a autonomia, mas também é preciso fazer muito do muito que há para fazer nos Açores. Há muito para investir nos Açores em determinados sectores, principalmente na coesão territorial e, sobretudo, os senhores abandonarem esse modelo de unicentralidade.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do CDS/PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP associa-se claramente às comemorações do dia da Região e à importância que elas têm e identifica-se com a primeira parte da intervenção do Deputado Berto Messias, até porque este dia significa, de facto, uma conquista da democracia, da liberdade, da autonomia constitucional que temos consagrada e que, como sabemos, decorre duma coisa que aconteceu em 25 de Abril de 1974 e que ficou conhecida pela Revolução dos Cravos.

Portanto, o PCP não podia deixar de se associar e congratular-se com a forma como se tem comemorado o Dia da Região.

Julgo, no entanto, que teria sido escusado a apologia do sucesso. Aliás, a realidade que vivemos actualmente deveria encaminhar-nos para outro tipo de preocupações, porque a realidade assim o exige.

Por outro lado, o Deputado António Marinho não conseguiu dizê-lo, teve a palavra na boca, mas faltou-lhe dizer que este modelo estava falido. De facto a realidade tem-no demonstrado, agora é estranho que o PSD contrarie e critique da forma como o fez, quando sabemos que o PSD aquilo que defende, aliás ficou agora claro com aquele *affair* que está em desenvolvimento, e subscreve um modelo que aqui está a criticar.

Mais uma vez aqui reitero aquilo que já afirmei que gostaria muito de ouvir a Dra. Berta Cabral explicar-se sobre esta questão, sobre a questão do plano de austeridade, assim como gostaria muito de ver o PSD e o CDS a explicarem-se sobre a atitude que tomaram na Assembleia da República aquando da discussão do Acordo da Base das Lajes, em que tomaram aqui uma posição e na República tomaram outra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Não tendo mais inscrições, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias para encerrar o debate.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por me congratular por o PSD se associar, finalmente, ao Dia dos Açores, facto que, por exemplo, não se verificou o ano passado, como todos nós bem recordamos.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Deputado António Marinho (PSD): O senhor devia ter vergonha do passado do seu partido.

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Berto Messias está no uso da palavra. Faça o favor de continuar.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Todos nós nos lembramos dos episódios desagradáveis protagonizados pelo PSD no último ano, relativamente às comemorações do Dia dos Açores e, tendo em conta que estamos aqui a assinalar esse dia, não podíamos deixar de lembrar esse episódio lamentável protagonizado pelo PSD o ano passado e o Sr. Deputado António Marinho vem aqui, finalmente, reassociar-se ao Dia dos Açores, exactamente como é sua obrigação e como é obrigação do maior partido da oposição nos Açores.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Não querendo interromper os vossos apartes, gostaria de continuar.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Nós nesta declaração política pretendemos assinalar as comemorações do Dia da Região Autónoma dos Açores que se realizam na próxima segunda-feira e fizemo-lo de uma forma lúcida e responsável, afirmando, reconhecendo e analisando as evoluções que a Região teve nos últimos anos, abrindo portas e referindo e afirmando novos desafios que todos nós, agentes do sistema político, quer quem está na posição, quer quem está na oposição, tem o dever de reafirmar e de trabalhar para conseguir atingir esses objectivos.

A virtude do projecto político do Partido Socialista, que se diferencia de outros projectos políticos da órbita da governação, aliás, podemos dizer que já foram mais da órbita da governação do que são hoje, é o inconformismo constante e a

capacidade de adaptar esse projecto político à normal evolução dos tempos e foi isso que também pretendemos fazer naquela tribuna na declaração política.

É preciso analisar a crise e o momento que vivemos com seriedade e com responsabilidade e não podemos afirmar os números e depois, quando os números não convêm, afirmar exactamente ao contrário.

Eu disse e reitero: somos a única região do país que nos últimos 13 anos teve sempre crescimento positivo e que desde 2001 a economia dos Açores vem crescendo a um ritmo igual ou superior à média nacional.

Sabemos que temos dificuldades, conhecemos os últimos números relativos ao desemprego, mas também temos que ter a seriedade de saber analisá-los e de perceber por que é que eles surgem relativamente à conjuntura desfavorável e até às questões conjunturais que hoje, como os senhores sabem perfeitamente, vivemos na Madeira, tendo em conta a reconstrução que, infelizmente, aquela região teve de enfrentar depois de ser assolada por gravíssimas catástrofes naturais. Os senhores sabem isso, mas não lhes convém referir essa conjuntura.

Mas, pior de tudo isto é a forma como o PSD afirma que está tudo mal e que os números são muito negativos. O Dr. António Marinho exulta com essas afirmações, porque continua empenhado em puxar para baixo os Açores, em ter uma postura destrutiva, em ter uma crítica constante destrutiva em que diagnostica problemas, mas não apresenta soluções.

Deputado Rui Ramos (PSD): Apresentamos, mas os senhores chumbam-nas!

O Orador: Aliás, até apresenta soluções que é, quando estamos num período de dificuldade e quando todos temos que assumir as nossas responsabilidades, o PSD vem para a comunicação social anunciar que a sua grande prioridade é duas câmaras no Parlamento e rever a forma de funcionamento do Parlamento. Essa é que é a prioridade do PSD e esse é que é o anúncio do PSD quando todos temos que nos concentrar em potenciar o crescimento económico e criar mais postos de trabalhos.

Deputado João Costa (PSD): O senhor não acerta uma!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Devemos lamentar-nos todos, o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar que suporta o Governo, os partidos representados nestas casa e até todos os açorianos, porque é com muito desagrado que dizemos, e temos pena, que o maior partido da oposição dos Açores insista constantemente em fazer parte do problema e nunca, em circunstância nenhuma, fazer parte da solução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Lima (PS): *Muito bem!*

Presidente: O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para um protesto.

Presidente: Para um protesto, tem três minutos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo:

Efectivamente queremos apresentar aqui um protesto devido, não em relação às últimas questões invocadas pelo Sr. Deputado Berto Messias, mas relativamente ao PSD associar-se à celebração do dia da autonomia.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Deviam ter-se associado o ano passado!

O Orador: Posso falar?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Pode sim senhor!

O Orador: O senhor não diz a verdade, não lê e por isso vai levar com a leitura da nossa carta do ano passado, relativamente à nossa não associação ao dia da autonomia.

Deputado Francisco César (PS): Os açorianos acham isso lamentável!

O Orador: O senhor tem pouca memória e tem pouca história, mesmo de há um ano atrás.

Deputado Berto Messias (PS): Levaram nesse sentido!

O Orador: Não é levar nesse sentido, levar nesse sentido isso é do lado do seu partido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é desse lado!

A falta de seriedade e de verdade é muito algo muito mau. Ouça!

Deputado Berto Messias (PS): Que moral é que o senhor tem para falar em falta de seriedade?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Toda!

O Orador: Penso que terá tido conhecimento da carta, mas se não teve fica agora a saber e explicando a nossa participação, a carta diz o seguinte: “A celebração da autonomia, como modo mais eficaz de realizar e promover o desenvolvimento dos Açores, merece, como sempre mereceu do PSD, o mais profundo respeito e consideração.

É o momento de exaltação das conquistas dos açorianos e da valorização da açorianidade.

O PSD, como fundador da autonomia e das suas realizações e simbologia, assume a sua representatividade em tais cerimónias como algo de intocável e essencial”.

Depois seguiam-se mais considerações à volta do respeito pela diáspora.

Ou seja, o PSD não tem vergonha do seu passado. Quer os senhores queiram, quer não queiram, o PSD é o partido da autonomia e não admite que ponham em causa a sua associação aos valores da autonomia, ...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... porque o PSD designadamente no momento simbólico em que se aprovaram os símbolos regionais estava aqui e aprovou-os. Outros, designadamente o Partido Socialista, viraram as costas ao Parlamento e saíram da sala.

Nós temos defendido sempre a autonomia.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Deputado Rui Ramos (PSD): É uma vergonha!

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias tem três minutos para um contra protesto.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As fragilidades do PSD fazem com que eles façam e protagonizem estas manobras de diversão no Parlamento para encapotarem a sua incapacidade de discutir argumentação política a sério, com frontalidade e com responsabilidade.

Eu disse e reitero e constatei o facto: os senhores no último ano desrespeitaram as celebrações do Dia da Autonomia e eu também posso ler uma citação de um dirigente da organização partidária de juventude do seu partido, que está nessa bancada, que dizia o seguinte num artigo de opinião: “Gastaram-se milhões do erário público no Dia da Região, passeando pelas Américas e pelo Canadá”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): *Muito bem!*

O Orador: Que perspectiva é esta sobre as comemorações de tão importante dia para a Região Autónoma dos Açores, que devem ser descentralizadas por todas as ilhas dos Açores e também na diáspora? Isto é que é desrespeitar a autonomia.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Rui Ramos (PSD): Os mesmos milhões que fazem falta agora aos desempregados!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, passamos para outra declaração política. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

7,7% é, de facto, um triste recorde da taxa de desemprego, nos Açores.

10,6% é um novo recorde da taxa de desemprego a nível nacional e destes, 22,7% são jovens.

Estes números representam pessoas e significam que, em cada dia que passa, mais sofrimento se abate, em número crescente, nas casas de cada vez mais portugueses e portuguesas.

Das vítimas desta catástrofe social emergem, particularmente, as mulheres, as primeiras a perder o emprego, já de si precário e mal pago.

Na nossa Região, o desemprego, no feminino, atinge cerca de 60%.

Numa Região, onde a taxa de actividade profissional das mulheres é a mais baixa do País - a números distantes do todo nacional -, esta situação, para além dos problemas sociais que arrasta, penaliza duplamente a mulher.

Na nossa Região, onde a mulher tem menor escolaridade, é vítima de maior discriminação, sofre de falta de apoios sociais – como, por exemplo, creches - e é vítima do alheamento dos poderes públicos (que são inoperantes a flagelos, como o da gravidez na adolescência e/ou complacentes, com as exigências do patronato, como no caso da Cofaco), é a estas mulheres que o fardo das medidas anti-crise é imposto com maior violência.

São as mulheres a sofrer, em primeira-mão, os efeitos do desemprego e da pobreza quando em casa o comer falta e são as mulheres as últimas a ter lugar na lista para o emprego. O trabalho, como meio de emancipação e realização social é às mulheres, em geral e na nossa Região, em particular, apresentado como alguma coisa de suplementar ou mesmo supérfluo.

Dizer a estas mulheres, como diz o governo bicéfalo PS/PSD, que não têm trabalho porque não querem trabalhar é uma afronta, é uma infâmia.

Dizer a estas mulheres que os apoios sociais, já de si poucos, têm de ser diminuídos, por via das medidas de austeridade, é uma violência sem limites.

Mas o governo bicéfalo, PS/PSD, a tudo isto só responde de uma maneira: - são os pobres e os que trabalham que têm de fazer sacrifícios, os tais para salvar o País. É o único caminho (dizem-nos) e, a prová-lo, está o facto do PSD se ter juntado ao PS, para o impor e convencer as trabalhadoras e trabalhadores portugueses, através de uma gigantesca campanha de propaganda, jamais vista neste País.

O Bloco de Esquerda não se verga perante tão poderosa aliança.

Não negamos as dificuldades de financiamento, não negamos o ataque especulativo ao Euro, não negamos os problemas que nos assolam.

Mas apresentamos, claramente, outro caminho.

E denunciámos o caminho do PS/PSD como um logro.

Senão vejamos:

Taxar a Banca, por exemplo, com um novo imposto de 2,5%, em sede de IRC, medida contra os poderosos e de repartição e equidade de esforço, diz-nos a aliança PS/PSD.

Nada mais falso. A Banca tem pago, nos últimos anos, 13 a 15% dos seus lucros; na melhor das hipóteses, passará a pagar 17,5%. Tão longe dos 25% que as pequenas e médias empresas são obrigadas a pagar.

Não seria mais simples e de maior rendimento impor uma taxa efectiva de 25%, cortando nos benefícios fiscais?

Penalizar o IRS de quem trabalha é outra solução desta aliança.

Não seria mais justo taxar as transferências de capitais para offshores, a 20%, tal como em muitos países da Europa pois, segundo as contas do Banco de Portugal, saíram do país mais de 9 mil milhões de euros, só no ano de 2009, sem nenhum tipo de imposto?

As contas, Sras. e Srs. Deputados, são fáceis de fazer e, certamente, todos concluiríamos que dariam mais rendimento.

O verdadeiro problema é que o PS e o PSD defendem, objectivamente, os interesses do capital e, perante as dificuldades, atacam os mais fracos, pois não querem nem podem atacar os grandes.

É por isso que o Partido Socialista, nos Açores, faz eco do Partido Socialista nacional e invade, agora com os seus aliados, a casa das desempregadas e dos desempregados e a casa dos que ainda têm emprego, por um lado, penalizando-os, por outro, tentando paralisar a sua revolta, através do medo.

O medo do inimigo poderoso chamado ‘capital financeiro internacional’, inimigo que, para ser combatido, exige que Portugal condene a sacrifícios mil quem trabalha.

Só que o PS é cúmplice deste monstro quando, nos idos anos 90, aderiu sem qualquer reboço às teses neo-liberais, matizadas na Europa com nomes como a ‘Terceira Via’ e outros sucedâneos.

Com um discurso social-liberal, em Portugal, o PS juntou-se ao pensamento único de então, para o qual o mercado é tudo e a livre concorrência no mercado é, por si própria, auto-reguladora.

É esta a matriz ideológica que tem governado o mundo e que tem, infelizmente, sido a alma da construção da Europa.

Os resultados desta política, à qual o PS sempre se tem associado e, em Portugal, protagonizado, estão hoje à vista.

Nós, Bloco de Esquerda, não sucumbimos ao pensamento único. Apresentamos outro caminho para atacar os problemas.

O País é as pessoas e não as Bolsas.

O País é as mulheres que, por serem duplamente penalizadas, mais anseiam pelo trabalho que estas políticas lhes negam.

Deputado Mário Moniz (BE): *Muito bem!*

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda trouxe-nos aqui uma declaração política centrada em duas dimensões, uma relacionada com o Plano de Estabilidade e Crescimento e uma segunda relacionada com o desemprego e muito particularmente com a taxa de desemprego no mundo feminino.

Reconhecendo os impactos negativos do PEC para o país e para a nossa Região, negativos numa perspectiva imediata, porque acreditamos necessários e, portanto, positivos numa perspectiva de médio prazo, na sua globalidade, reconhecendo também o crescimento da taxa de desemprego na nossa Região, há outros números, porque nós não podemos utilizar só os números que nos interessam, que importa também referir.

Se é verdade que temos ainda hoje menos mulheres empregadas do que tínhamos há uma década atrás, os números são claros relativamente a esta matéria e aquilo que os números nos indicam é que nós tínhamos em 1998, 32.359 mulheres a trabalhar na Região Autónoma dos Açores e no final de 2009 tínhamos 45.087 mulheres a trabalhar nos Açores, ou seja, o número de mulheres empregadas na Região ao longo de pouco mais da uma década cresceu precisamente 39% e, portanto, temos hoje muito mais mulheres a trabalhar do que tínhamos há uns anos atrás.

Como é bom também falar claro não em relação à taxa de desemprego, mas também em relação àquele que é o número de pessoas empregadas na nossa Região e se nós quisermos falar claro relativamente àquilo que é o número de homens e mulheres empregados na nossa Região hoje, temos que dizer que no final de 2009 – hoje um pouco menos, não tenho o número exacto – tínhamos 112.596 trabalhadores na nossa Região. Quanto é que tínhamos em 1998? Tínhamos 91.163 trabalhadores na nossa Região, ou seja, crescemos muito ao nível do emprego na nossa Região ao longo de pouco mais de uma década e crescemos ainda mais significativamente ao nível daquilo que são as mulheres empregadas na nossa Região.

Mas, fizemos mais: temos hoje um emprego muito mais qualificado na nossa região. Por exemplo os números dizem-nos que ao nível de quadros superiores nas empresas, nós temos hoje mais 53% de quadros superiores do que tínhamos há uma década atrás.

Por que é que é importante falar claro nesta matéria? É porque às vezes quando nós pretendemos apenas empolar aquilo que são números menos interessantes dum ponto de vista político e procuramos pôr debaixo do tapete aquilo que foi um crescimento e um esforço feito pela nossa Região, pelos açorianos ao longo desta

década, aquilo que nós estamos a projectar para o exterior e para os açorianos é uma imagem negativa daquilo que é a autonomia, daquilo que são também as conquistas de Abril e a verdade é que nós tivemos enormes conquistas ao nível do mundo trabalho, tivemos enormes conquistas ao nível das prestações sociais, tivemos conquistas ao nível da saúde e da educação que são inegáveis e elas devem ser sempre associadas a estes números quando os apresentamos e quando pretendemos falar verdade às pessoas, falar verdade aos açorianos.

Aquilo que por vezes eu percebo, embora também deva reconhecer que ontem, por exemplo, na intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, teve uma intervenção muito mais clara, franca, honesta até e menos demagógica do que aquela que ouvimos da boca do Sr. Deputado Aníbal Pires, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como assim, Sr. Deputado?

O Orador: ... mas é importante enquadrar as coisas. Imaginemos só, isto para falar um pouco do PEC, que nós vivíamos num país onde o IVA tinha subido 2 ou 3%, que o IRS teria subido 3 ou 4%, que os cortes ao nível das prestações sociais tinham caído 5 ou 10% e que os salários dos funcionários públicos tinham estagnado, não cresciam ou até que baixavam 10 ou 15%.

Presidente: Agradecia que abreviasse, Sr. Deputado.

O Orador: Esta realidade não está distante de nós, esta realidade está ao nosso lado, está em Espanha, está nas Canárias, esta realidade está na Grécia, está na Irlanda, esta realidade estará no Reino Unido com um défice superior ao nosso, estará na Itália a muito breve trecho e isto é falar verdade, isto é pôr com clareza as coisas às pessoas e falar verdade, também naquilo que tem a ver com a nossa Região, é pensar assim: imaginemos por um momento que nós vivíamos numa Região onde não tinha sido feito um esforço de diminuir a carga fiscal sobre os nossos concidadãos; imaginemos que em vez de termos uma taxa de IVA mais baixa 30%, de termos uma taxa de IRS 30, 25 ou 20%, conforme os escalões, de termos uma taxa de IRC mais baixa, de termos impostos mais baixos também ao nível de outros impostos, ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Foi o governo de Cavaco Silva, não se esqueça disso!

O Orador: ... de vivermos numa região do nosso país que em vez de pagar pouco mais de um euro pelo combustível pagava cerca de um euro e quarenta, como se paga noutros pontos do nosso país. Imaginemos tudo isso e digam-me qual seria o impacto de uma subida de um ponto percentual no IVA, de um ponto ou um ponto e meio percentual no IRS, desta subida anunciada do IRC?

Eu não pretendo com esta minha intervenção dizer que não existem impactos negativos da adopção do PEC, mas pretendo evidenciar que ainda assim estamos muito melhor na nossa Região, estamos até muito melhor no nosso país do que a situação que se vive, em termos de resposta a esta conjuntura internacional noutros países.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Mas há uma outra evidência, um outro facto que eu também queria trazer aqui que é o seguinte: pensem nas mesmas medidas tomadas, na Irlanda primeiro e na Grécia depois, os impactos que tiveram, a diferença ao nível da

resposta, a diferença ao nível dos parceiros sociais, a diferença ao nível dos partidos políticos e dos sindicatos.

Veja-se a resposta da Grécia, vem tudo para a rua, *cocktails Molotov*.

Deputado João Costa (PSD): Faça um discurso optimista, Sr. Deputado!

O Orador: Veja-se a Irlanda, trabalhando calmamente para assegurar o crescimento do seu país.

Vamos voltar a falar daqui por dois anos para vermos o contraste da evolução na Grécia e na Irlanda e, meus caros amigos, não me venham depois falar outra vez, como fizeram durante tantos anos, do exemplo da Irlanda como o exemplo da estabilidade e do crescimento, porque a estabilidade e o crescimento faz-se com esforço, faz-se com partilha de responsabilidade e é essa responsabilidade que hoje se pede, se exige a todos os partidos políticos, aos sindicatos, a toda a nossa sociedade e cada um de nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Gaspar Lima (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Zuraida Soares:

Eu reconheço que fez uma intervenção menos doutrinária, menos ideológica que a que foi feita pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, menos revolucionária, mais moderna nesse sentido.

Mas, Sra. Deputada, o que lhe quero dizer é o seguinte: evidentemente que eu compartilho as preocupações sociais e as preocupações inerentes ao sistema económico, mas há aqui uma questão essencial que nos separa, que tem a ver com uma questão de responsabilidade.

É evidente que não foi só a crise internacional, não foram só os mecanismos da crise internacional que levaram o país para a situação económica muito difícil em que se encontra e não foram só esses mecanismos que também levaram a Região, por acréscimo, para a situação social cada vez mais difícil em que se encontra.

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: O crescimento do desemprego não o preocupa, Sr. Secretário? É a diminuição do rendimento das famílias. Se calhar com o seu nível de rendimentos e o nível de rendimentos que nós temos, em média ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é só demagogia!

O Orador: Não é demagogia, é uma evidência.

O senhor não sente este tipo de dificuldades, mas é evidente que grande parte da população dos sectores mais desfavorecidos sente.

Sr. Secretário, o que eu lhe estou a dizer é que os sectores mais desfavorecidos da população, aqueles que têm menores rendimentos, evidentemente são mais afectados pela crise e o que eu acabei de dizer é uma evidência. Todos os que aqui estamos, temos rendimentos muito acima dessas famílias desfavorecidas. Foi isso que eu lhe acabei de dizer e é uma evidência, é algo que é absolutamente objectivo. Regressando àquilo que eu lhe estava a dizer, Sra. Deputada Zuraida Soares, o problema está é na péssima situação em que fomos colocados pela governação do

Partido Socialista que não teve definição de objectivos, que não teve uma política de modernidade, que teve uma imprecisão total em termos de despesa, ou seja, a despesa continua a aumentar, mas de uma forma a esbanjar nos diversos sectores e sem uma ideia estratégica. Agora o que é fundamental, estando o país na situação em que está, é termos uma postura responsável e evidentemente que temos que aumentar a receita e diminuir a despesa.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Penalizando os trabalhadores!

O Orador: Isto é muito simples. É isto que nós temos que fazer e os senhores da esquerda, o PCP e o BE, porque o PS, do ponto de vista ideológico é já um anacronismo da história e, portanto, não se sabe muito bem o que é que é, não têm soluções...

Deputado Aníbal Piros (PCP): O senhor é que não tem solução!

O Orador: ... e nesta matéria são completamente demagógicos, porque o que os senhores defendem é o aumento da despesa, sabendo que as receitas estão a diminuir. Ora isso é uma impossibilidade e algumas pessoas, quando ouvem os vossos discursos, poderão dizer: muito bem, estão a defender os interesses dos trabalhadores, mas os mais esclarecidos vão dizer: este discurso é uma fraude, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quais são os interesses que os senhores têm?

O Orador: ... porque é uma impossibilidade total.

Termino, Sra. Deputada, dizendo-lhe o seguinte: este momento é o momento da responsabilidade, é o momento de dizer que não temos culpa pela situação em que está a Região e o País está nesta situação por culpa do Partido Socialista, mas não vamos evidentemente fomentar a contestação social, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mesmo não tem argumentos para isso!

O Orador: O Partido Comunista é que tem.

... não vamos enfileirar as filas da demagogia sobre esta questão.

É preciso fazer sacrifícios, é preciso responsabilidade e o Partido Popular Monárquico está na linha da frente em relação a essa questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A propósito da declaração política do Bloco de Esquerda, apresentada pela Deputada Zuraida Soares, o Deputado Helder Silva, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, veio com um argumento estafado do mal o menos, ou seja, ao nosso lado há quem esteja a ser mais penalizado do que nós e, portanto, devemos ficar satisfeitos. Aliás, essa técnica é conhecida quando se pretende aumentar um produto, como por exemplo, quando se quer aumentar a electricidade, atira-se com uma percentagem para a frente, mas depois o valor do aumento situa-se a metade ou ainda menos e aceitamos, porque afinal de contas, do mal o menos.

Aduziu também ao seu argumento que com o mal dos outros nós convivemos bem, o que me parece também um argumento não muito adequado à situação que se vive no mundo que não é uma situação que se viva só em Portugal. Portanto, esse não seria, com certeza, o melhor argumento para a sua intervenção.

Quero referir aqui o seguinte: o caminho que foi adoptado, como já ontem aqui foi dito, foi aquele mais simples, o imediato, o de aumentar a receita por via fiscal.

Deputado Berto Messias (PS): Diga como é que isso se faz!

O Orador: Muito simples, Sr. Deputado, por via da economia.

Aqui é que ninguém percebe este paradoxo que os senhores falam sempre em nome das empresas, falam da economia, mas quem conduziu o país para esta situação foi o PS, foi o PSS com e sem o CDS. Quem conduziu o país para esta situação foram os senhores, ...

Deputado Helder Silva (PS): E na Irlanda, e na Grécia?

O Orador: ... sempre em nome das empresas e sempre em nome da economia, mas a verdade é que aquilo que os senhores fizeram por mais de 30 anos foi destruir a economia nacional. Foi isso que vocês fizeram e agora estão nesta encruzilhada.

Portugal tem a economia que tem, o sector produtivo foi completamente desmantelado, o sector da transformação completamente, terciarizaram a economia nacional e baseiam a economia na financialização e, portanto, como não têm quem produza riqueza vocês vão como o merceeiro iria, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mais respeito pelos merceeiros!

O Orador: com todo o respeito que me merecem os merceeiros, que é exactamente pelo caminho mais simples, olharam e disseram, por exemplo, temos que ir buscar o dinheiro aos rendimentos do trabalho, o elo mais fraco e não taxam convenientemente grande fortunas.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Não taxam as grandes fortunas, não taxam a banca convenientemente e alimentam os paraísos fiscais. Os senhores não fazem isso, fazem aquilo que é mais simples.

Deputado Francisco César (PS): Devíamos ter feito como a União Soviética!

O Orador: Só uma palavra para o Deputado Paulo Estêvão.

Se há alguém antiquado nesta câmara é, com certeza, V. Exa. que defende o indefensável e, Sr. Deputado, os factos de instabilidade e de conflitualidade que estão a ser introduzidos na sociedade portuguesa e noutros países europeus foram introduzidos, não pelos sindicatos, não pelo PCP ou pelos partidos comunistas europeus, estão a ser introduzidos pelo capital e vocês é que estão a fazer isso.

A instabilidade e a conflitualidade social é introduzida pelas medidas penalizadoras para quem trabalha e que não tem responsabilidade nenhuma relativamente à situação que Portugal, a Europa e o mundo vivem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Uma vez que há mais Srs. Deputados inscritos, mas vamos fazer um intervalo de 30 minutos e depois continuamos.

Pedia aos líderes, representações parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência para se aproximarem aqui da mesa.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Agradecia que reocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 05 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em consequência da declaração política da Sra. Deputada Zuraida Soares e das intervenções subsequentes, eu gostaria de dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Helder Silva veio aqui com os exemplos da Espanha, dos nossos vizinhos, etc. Sr. Deputado, eu já ouvi essa história o ano passado quando os senhores estavam muito preocupados com os Estados Unidos da América e que nós também íamos ter o que os EUA tinha, mas, Srs. Deputados, há uma diferença, é que os EUA já estão a sair da recessão e nós estamos a entrar cada vez mais profundamente.

O que o senhor disse a esse respeito da Espanha e da Irlanda, etc., o senhor vai naturalmente engolir daqui a uns tempos.

O problema que está aqui é um problema de credibilidade e acho que o Partido Socialista e o Engenheiro Sócrates perderam a credibilidade total.

Esse Primeiro-Ministro é o tal que de manhã dá uma conferência de imprensa a dizer que Portugal foi o campeão do crescimento económico e que os economistas têm que rever os seus manuais, porque estamos no crescimento e na senda do crescimento, e à noite, menos de 12 horas depois, vem apresentar as medidas de austeridade. Que credibilidade tem este homem para fazer isto? Que credibilidade tem o Partido Socialista, que fez um programa eleitoral em plena crise, quando toda a gente sabia que ela já existia, quando o Senhor Engenheiro era o único a negá-la, fez o programa eleitoral que fez e agora vem propor exactamente o contrário daquilo que tinha proposto no seu programa eleitoral?

Que credibilidade tem esse Primeiro-Ministro e este Partido Socialista? É aqui que está a questão, porque em Maio, Junho ou Julho de 2009 a crise já cá estava há muito tempo e o Sr. Engenheiro vem insistir nas suas medidas e nas suas políticas e, portanto, é a falta de credibilidade total do Governo Socialista.

Eu quero dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires, que está muito preocupado, que quem destruiu a economia, quem destruiu os sectores produtivos deste país foram os senhores, de 75 a 79, que escorraçaram e espancaram empresários, exilaram-nos para o estrangeiro. Foram os senhores da esquerda revolucionária, da esquerda radical que perseguia e espancava gente, que deram cabo das empresas portuguesas. Foram os senhores e são os senhores que devem ser responsabilizados por isso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Deixe de brincar com coisas sérias.

O Orador: Foram os senhores, capitaneados pelo camarada Vasco. Lembra-se do camarada Vasco?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É bom que saiba que o salário mínimo nacional foi atribuído durante o período do camarada Vasco!

O Orador: Lembra-se do camarada Vasco, Sr. Deputado, e da esquerda radical que depois foi absorvida aqui por este bloco que também absorveu os esquerdistas todos da altura, que andavam a perseguir e a roubar pessoas, a roubar quem

trabalhou uma vida inteira, a roubar empresários? Os senhores vilipendiaram os bens dos portugueses.

Deputado Aníbal Piões (PCP): O capital é que rouba. O capital é que nos pôs nesta situação.

O Orador: O verdadeiro responsável por Portugal estar nesta situação é a esquerda radical e isto tem que começar a ser dito com frontalidade.

Permita-me que lhe faça só mais um reparo, Sr. Deputado, e já é a segunda vez que o senhor fala nisso.

O senhor que defende tanto os trabalhadores, que defende a classe operária, já é a segunda vez que insulta aqui os merceeiros.

Deputado Aníbal Piões (PCP): Com o devido respeito pelos merceeiros!

O Orador: É a segunda vez que insulta aqui os merceeiros e menoriza a sua função e devo-lhe dizer uma coisa, Sr. Deputado, sou filho de merceeiro, tenho muita honra de ser filho de merceeiro e sinto-me insultado...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Não se sinta, Sr. Deputado!

O Orador: ... e todo o povo trabalhador se sente insultado pelo insulto que o senhor aqui faz a quem trabalha honestamente durante uma vida.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à declaração política do Bloco de Esquerda, naturalmente que nos associamos à preocupação que foi referida inicialmente em relação à evolução do desemprego e concretamente do desemprego feminino, naturalmente não nos afastamos, no inicial, dessa preocupação.

Em relação à segunda questão já ontem tivemos aqui oportunidade de explicar suficientemente a nossa posição em relação a essa matéria, e sabendo-se que a situação financeira nacional que existe neste momento é grave, exige um conjunto de medidas que levem a que haja uma recuperação da credibilidade, haja uma recuperação no acesso aos mercados internacionais em termos financeiros que possam sustentar o futuro do desenvolvimento da economia portuguesa.

Este assunto se tornou num tema que está a dar. Eu ontem falava que a declaração política do PCP poderia ter sido subscrita também pelo Bloco de Esquerda em função da reacção que teve imediatamente a seguir, assim como digo hoje o contrário, não sei se combinados ou não, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não! Mas é bom sinal!

O Orador: ... mas o que é certo é que foram dar exactamente ao mesmo tempo e, portanto, o discurso de um sustenta o do outro.

Aproveito para dizer ao Sr. Deputado Aníbal Piões que o PSD/Açores, e reafirmo mais uma vez, tomou posição sobre essa matéria ...

Deputado Aníbal Piões (PCP): A sua líder sobre isto diz nada!

O Orador: ... e pergunto-lhe agora se já deu orientações ao seu secretário para tentar obter essa informação.

Relativamente ao restante conteúdo da declaração política do Bloco de Esquerda, tal como ontem a do PCP, é muito fácil avançar com ideias que serão certamente bonitas aos olhos das pessoas, só que não são exequíveis, Sra. Deputada, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): São em Espanha, só aqui é que não são, porque os senhores não querem.

O Orador: ... e não são exequíveis porque carecem de sustentação financeira, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): São nos outros países!

O Orador: ... ou seja, para avançar com essas medidas elas precisam de ser sustentadas financeiramente e a incapacidade que Portugal actualmente evidencia é de se financiar para conseguir efectivamente ir à economia. A questão basicamente é esta e, portanto, é muito fácil lançar essas ideias para o ar, só que elas não são exequíveis, não há possibilidade de avançar com elas e não é lançando para o ar e para a economia que efectivamente consegue que Portugal se financie para promover isso.

Portanto, aquilo que existe é justamente o contrário de uma afirmação da Sra. Deputada que a determinada altura dizia, com a simplicidade que evidencia sempre o Bloco de Esquerda: "...as contas são fáceis de fazer".

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois são! São de somar!

O Orador: Não, Sra. Deputada, as contas não são fáceis de fazer e esse é que é o problema e por isso é necessário, ainda que não fosse desejável, promover um determinado plano de austeridade que, naturalmente, vai mexer nos bolsos de todos nós ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Austeridade para quem?

O Orador: ... e, portanto, como as contas não são fáceis de fazer, devemos ser responsáveis, Sra. Deputada, e o PSD foi responsável, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Diga aos responsáveis que as contas não são fáceis de fazer!

O Orador: ... e deixe-me afirmar isto desta forma, sente-se muito convicto ...

Deputada Zuraida Soares (BE): E confortável!

O Orador: ... de que fez aquilo que é melhor para a economia portuguesa, aquilo que é melhor para a recuperação da credibilidade do país e não alinhou na demagogia fácil.

Aquilo que a senhora acabou de fazer, como ontem aquilo que o Sr. Deputado Aníbal Pires aqui fez, foi demagogia fácil e atirar com ideias bonitas para a frente, mas não é possível executá-las.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Coisa que os senhores não têm. Nem bonitas nem feias!

O Orador: Da nossa parte nós continuamos a ser responsáveis e talvez por esse motivo é que os senhores preferem manter-se na facilidade de um ou outro partido que atira grandes ideias para a frente, ...

Deputado Mário Moniz (BE): Explique como é que se financia?

O Orador: ... mas como nunca tem possibilidade de as vir a executar, é fácil falar, agora é muito difícil fazer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito e tem três minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte:

Relativamente à questão da alusão aos merceeiros, eu tive o cuidado de salvaguardar o respeito que os merceeiros me merecem e, portanto, acho que foi perfeitamente descabida a imagem que o Sr. Deputado Artur Lima trouxe a este plenário em relação à minha intervenção, considerando que eu tinha faltado ao respeito aos merceeiros. Nada disso, Sr. Deputado. Tenho o maior respeito pelos merceeiros, agora julgo é que já não estamos na altura, e muito menos em termos de política, de utilizar uma técnica simples que os merceeiros utilizavam e que foi aquilo que os senhores utilizaram.

Relativamente a outras alusões que V. Exa. fez em relação a determinado período da vida política portuguesa, quero-lhe dizer que resultam desse período algumas questões que ainda hoje servem como referência, nomeadamente foi nessa altura que foi introduzido o valor dum salário mínimo nacional e isso deve-se a quem o senhor referiu e a quem tinha responsabilidades no Ministério do Trabalho e na Secretaria de Estado do Trabalho. Depois disso, de facto, quem tem delapidado os recursos públicos, nomeadamente o negócio dos submarinos, terá sido outro que não o PCP ou alguém que tenha responsabilidades à volta disso.

Deputado Francisco César (PS): Quem foi? Quem fez o negócio dos submarinos!

O Orador: Portanto, quem tem delapidado os recursos públicos, a riqueza e a economia nacional, tem sido o PS, PSD e CDS.

Presidente: Para um contra-protesto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem três minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado Aníbal Silva...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Olhe que isso é um insulto!

O Orador: ... Aníbal Pires.

Eu não vejo por que é que chamar-lhe Aníbal Silva é um insulto. É por o Sr. Presidente da República se chamar Aníbal Cavaco Silva que o senhor se sente insultado?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exactamente!

O Orador: Fica registado no diário das Sessões.

Ó Sr. Deputado Aníbal Pires, o senhor estava a criticar o Governo e a criticar a má gestão do Governo e comparou essa má gestão à gestão do merceeiro e aí o senhor está a diminuir e a denegrir a imagem e o trabalho honesto dos merceeiros.

O problema é que o senhor é reincidente e o seu protesto é que era bem escusado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos esclarecidos!

O Orador: Quanto aos submarinos, não tenho nenhum problema, aliás nós pedimos, como bem se lembra, que em 2005 se investigasse a fundo o problema dos submarinos.

Deputado Francisco César (PS): Foi o que os alemães fizeram!

O Orador: Quem comprou os três submarinos, que eu saiba, e não quero alongar-me nessa conversa, mas só deixar este registo, não foi o governo do PSD/CDS. Os

submarinos foram comprados anos antes e o contrato feito anos antes e apenas se reduziu de três para dois submarinos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O líder do CDS/PP não tem nada a ver com isso!!!

O Orador: ... e sobre essa matéria não vale a pena irmos mais em conversa, porque tínhamos que aprofundar desde 98 para cá e que eu saiba o CDS não estava no governo.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência deste debate, que é a continuidade do debate que assistimos aqui ontem, gostaria apenas de dizer que há que dar a devida dimensão às matérias que estamos aqui a discutir.

Este debate, que tem uma componente ideologicamente bem identificada sobre esta posição, não é um debate que se faça só nos Açores, faz-se nos Açores, faz-se no Continente e faz-se em todo o mundo e por isso o que eu queria perguntar à Sra. Deputada Zuraída Soares, de forma muito concreta, muito objectiva e peço-lhe que tenha essa objectividade na resposta, é porquê nenhum governo no mundo, repito: nenhum governo no mundo adoptou as soluções e as propostas que apresenta?

Deputada Zuraída Soares (BE). Já tinha perguntado ontem e não tive resposta!

O Orador: Será que todos os governos do mundo são insensíveis, incompetentes ou não têm a visão e a capacidade para a bondade das propostas que apresentou? O que gostaria que deixasse claro é porquê nenhum governo no mundo, logo nenhum povo que democraticamente eleja os seus representantes, opta pelas soluções que aqui vem defender?

Muito obrigado.

Presidente: Para encerrar o debate tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quero agradecer todos os contributos e todos os comentários feitos à nossa intervenção política e rapidamente fazer também alguns comentários àquilo que foi dito.

O Sr. Deputado Helder Silva disse que o Bloco de Esquerda e eventualmente outras forças políticas têm esta tendência quase que natural para empolar os números menos interessantes e eu tenho que dizer, Sr. Deputado, que desse lado e da bancada do Governo há uma tendência também, diria que natural, para empolar os números mais interessantes e, portanto, isto vai de empolamento contra empolamento.

Agora, Sr. Deputado, há uma coisa que eu tenho que lhe dizer: vamos ver o que é que eufemisticamente *menos interessantes* quer dizer, *interessantes* aqui quer dizer pobreza, desemprego, miséria, dificuldades e, portanto, é um eufemismo um pouco estranho para dizer estas coisas todas.

Portanto, é um empolamento generalizado e cada um empola o que quer e também aí é uma opção ideológica.

Relativamente à pergunta concreta que o Sr. Vice-Presidente me fez e já ontem tinha feito, eu registei-a para, numa primeira oportunidade, lhe poder dar a minha resposta e queria dizer-lhe o seguinte:

Evidentemente que não é de maneira nenhuma incompetência dos Estados, aliás eu acrescentaria: os estados europeus foram muito competentes a salvar o capital financeiro com o dinheiro dos pobres, que é o dinheiro de todos nós e duma rapidez irrepreensível. A mesma competência e a mesma rapidez não tiveram nem para adoptar as medidas de regulação que prometeram e que disseram que eram urgentes para salvar os pobres que estão neste momento na situação em que estão.

Quando nós sabemos, por exemplo, que 60% da dívida da Grécia pertence e está nas mãos da banca alemã, nós compreendemos a demora e não é preciso fazer contas nem ser uma sumidade em economia.

Por que é que a Europa e os seus governos não escolheram ainda outra forma? Sr. Vice-Presidente, levaram-se uns largos séculos até optar pelo socialismo como forma de regulação e de governo dos povos. Provavelmente levaremos o mesmo tempo a adoptar outra forma de governo no mundo e na Europa também, que leve em consideração os interesses daqueles que têm menos e não apenas e só os interesses daqueles que têm mais. Esta é a verdade e dou-lhe um exemplo de competência...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Coreia do Norte!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Alemanha!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, essa coisa da Coreia do Norte, sinceramente eu não tenho nada a ver com isso. Se é ali o meu colega do PCP, é absolutamente agonizante.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Deputada não se meta nisso!

A Oradora: Gostaria de lhe dar um exemplo de competência e de rapidez.

Em duas medidas que já deviam ter sido tomadas, aliás, uma delas até foi ventilada *en passant* pela Sra. Merkel, nos dias em que ela acorda para dizer alguma coisa que dê alguma esperança aos povos, que é a emissão de dívida pública europeia e a criação de agências de notação europeias. Eram duas medidas rápidas, competentes e que provavelmente as implicações seriam sempre menores do que o ataque especulativo a que os povos têm estado sujeitos, nomeadamente o nosso.

Para terminar não posso deixar de dizer, e este é um raciocínio lógico, que esta incompetência para responder às necessidades das pessoas quando elas as têm e a grande competência e rapidez para salvar o capital financeiro é, no fundo, para nós a prova da falência do Tratado de Lisboa e como o Bloco de Esquerda tem dito que há outra forma, há outro modelo de Europa, tal como há outro caminho de responsabilidade para resposta à crise, os senhores sempre disseram que isto era completamente irrealista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E é!

A Oradora: Mas nós vamos continuar a dizer e a provar que há outro caminho e os senhores continuam a dizer que o caminho é só este, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas por que é que no mundo inteiro ninguém adopta?

A Oradora: ... mas a luta política e democrática faz-se desta maneira, cada um defendendo o caminho que acha mais viável.

Finalmente eu não posso deixar de fazer aqui um registo, embora o comentário não tenha sido dirigido propriamente a mim, foi um pretexto que o Sr. Deputado Artur Lima arranjou para se dirigir ao Deputado do PCP.

A sua intervenção, Sr. Deputado Artur Lima, permite-me com toda a legitimidade concluir que, para o CDS, as malfeitorias do pós 25 de Abril são incomparavelmente piores, mais graves, mais indecentes, mais desumanas, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quando se persegue e se mata pessoas!

A Oradora: ... mais maquiavélicas e diabólicas do que o regime de ditadura e de perseguição que nós tivemos durante 40 anos neste país, que amordaçou os portugueses, as portuguesas e os açorianos também. Esse é que era o bom regime, porque aquele que veio depois e que nos trouxe a autonomia que nós estamos aqui a viver e a afirmar dentro desta casa, esse é que era o bom regime.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não lhe admito isso!

A Oradora: Deixe-me que lhe diga mais uma vez, Sr. Deputado, que do ponto de vista ideológico estamos não a um submarino de distância, mas a um camião TIRE de distância.

Muito obrigada.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pretende a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para um protesto.

Presidente: Sr. Deputado, estamos a vulgarizar um bocadinho os protestos. Vou conceder-lhe a palavra para um protesto, mas creio que hoje se tem abusado um bocadinho dos protestos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Eu não aceito esse termo “vulgarizar os protestos”, porque eu pedi a palavra para protestar e, Sr. Presidente, não aceito de maneira nenhuma o seu reparo.

Eu protesto, porque a Sra. Deputada Zuraida Soares deixa aqui entendido que eu estava a defender o regime de antes do 25 de Abril e, portanto, o meu protesto é este.

Deputado Mário Moniz (BE): Toda a gente percebeu isso!

O Orador: Eu apenas condenei, condeno e volto a condenar os excessos cometidos, em nome da liberdade, pela extrema esquerda.

Não admito à Sra. Deputada, em caso algum, e arranje-me e prove aquilo que acabou de dizer, acusando-me da defesa do regime anterior, não lhe admito que faça isso.

Quero deixar bem claro que o que eu disse e volto a dizer, e não pertencemos à extrema direita, pertencemos à democracia cristã, à extrema esquerda pertencem os senhores e, portanto, é só para deixar bem claro que não lhe admito esse comportamento demagógico, anti-democrático e irresponsável que a senhora aqui teve.

Presidente: A Sra. Deputada Zuraida Soares tem três minutos para um contra-protesto.

(* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, eu não tenho necessidade nenhuma de contra-protestar, porque aquilo que o Sr. Deputado disse foi ouvido por todos os açorianos e açorianas e tenho a certeza absoluta de que não fui a única a tirar esta conclusão.

Muito obrigada.

Presidente: Passamos agora para as intervenções de interesse político relevante. Tem a palavra, para uma intervenção, a Sra. Deputada Aida Santos.

Deputada Aida Santos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realizou-se mais uma visita estatutária à ilha de Santa Maria, uma visita envergonhada, tímida e pouco suculenta para os marienses.

Realizou-se mais uma visita estatutária à Ilha de Santa Maria, uma visita envergonhada, tímida e pouco suculenta, para os marienses.

Do pouco que foi apresentado, ressaltam as pequenas inaugurações e os pequenos eventos de apresentação.

Ficaram mais uma vez adiados os verdadeiros problemas de Santa Maria, mas tal coisa não seria de esperar de um Governo que tem adiado *ad a eternum* os principais problemas e as principais preocupações dos marienses.

Costuma-se dizer que cada um tem o que merece, mas este ditado não se aplica a Santa Maria já que esta nunca teve nada e continua a ver os seus problemas adiados, ou não tivesse sido durante trinta anos governada pelo partido socialista.

Percorrendo os sucessivos Comunicados do Conselho de Governo desde 1997, encontramos a mesmas questões que se vão prolongando no tempo, feitas aos soluços e com pouca imaginação.

Que é feito das tão prometidas casas do aeroporto?

Bandeira da campanha eleitoral, onde as mesmas eram prometidas, pasme-se, a 10,00 €.

Que se passa com o nosso aeroporto, que durante quase três décadas serviu de bandeira ao poder socialista e agora passado tanto tempo, parece ser um assunto incómodo e nas palavras do Presidente do Governo Regional já é passado.

Em 16 de Setembro de 1997, podia ler-se no comunicado do Conselho de Governo e passo a citar:

“Apoiar a Câmara Municipal de Vila do Porto, no montante de 17.500 contos, conjuntamente com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, na concretização de acções de prospecção no mercado internacional de investidores interessados no aproveitamento das capacidades endógenas de Santa Maria, designadamente o seu aeroporto”

Fim de citação.

De 1997 a 2010 o que foi feito?

O aeroporto continua a perder importância e dos investidores interessados nem vislumbre, incúria da Câmara socialista da altura ou do actual governo?

Mas à mais, do muito que ficou prometido e não concretizado.

A nível do turismo em 1997, prometia-se construir uma via de acesso entre o Pico do Facho e o Calhau da Roupa, criando-se assim uma via litoral que poderia ser potenciada turisticamente no futuro, de tal via nem sinal, continuando a aguardar-se melhor destino para esse percurso.

No entanto inauguram-se canadinhas como se de grandes investimentos se tratem.

Do posto de turismo na Vila, nem sombra e todos os que habitam em Santa Maria sabem bem a falta que ele faz, ao contrário do gabinete meio escondido no

aeroporto, mas nas palavras do senhor Presidente do Governo, tal não é necessário visto que todos os marienses são posto de turismo em potência.

É pena que uma afirmação deste teor venha do mais alto responsável pela governação dos Açores, mostra pouca atenção e algum desrespeito pelos marienses.

Ainda no campo do turismo, o problema da retenção de areias na praia formosa, continua sem solução à vista embora em 1998 fosse prometido um estudo com esse objectivo. Agora nem estudo nem obra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os marienses merecem mais atenção, respeito e obra, e não demagogia barata que em nada ajuda ao desenvolvimento de Santa Maria.

Do conjunto de obras apresentadas ressalva-se o projecto Lombas II, que já corre pelo menos há quatro anos, e digo ressalva-se porque em média os projectos duram uma década a ser realizados quando o são.

Um exemplo positivo desta visita foi dado pelo senhor Secretário do Ambiente e do Mar, quando apresentou o que era preciso fazer para a preservação do nosso património natural, porque do resto da visita pouco ou nada ficou.

Ainda no campo do ambiente e resíduos sólidos em que fase estão os procedimentos para a criação de uma central de compostagem, prometida no Conselho de Governo de 2006?

Assinou-se um Protocolo para a habitação degradada mas nem uma palavra acerca da construção de novos fogos a custos controlados ou não.

Que é feito do projecto de loteamento para a freguesia de Santo Espírito prometido em 2004, isto a fazer fé no Comunicado do Governo de 2004;

Certamente perdeu-se nalguma gaveta da antiga Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Em 2009 prometia-se um edifício na zona histórica para a implantação da sede do Grupo Desportivo Gonçalo Velho e outro para outras associações, a verdade é que se passou um ano e nada.

Do mesmo modo prometia-se em 2009, a requalificação do troço da estrada regional – Rua José Leandres de Chaves, bem como a empreitada da reabilitação do centro da freguesia de Santo Espírito, assim como a correcção e reabilitação do caminho das 4 canadas, mais uma vez custa-me dizer isto, mas continuamos à espera, até quando não sabemos, mas já estamos habituados.

Esta visita foi mais uma, mas com uma especial nuance, foi a primeira após a derrota nas autárquicas e notou-se o mau estar, que isso provocou, mesmo alguma azia de uma digestão mal feita e que ainda dura passados estes meses.

As novidades foram poucas, mas isso já os marienses esperavam.

As ideias eram escassas, mas disso já estamos habituados.

A inércia para com a ilha vai teimosamente agravando-se e os problemas deixados a quem infelizmente não os consegue resolver., mas tem sido a nossa sina enquanto ilha pequena.

Foi uma visita tão pouco produtiva e pobre, em que a própria autarquia se viu excluída, mostrando-se desta forma a falta de respeito, pela mais elevada instância governativa da nossa ilha.

Disse

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Os Srs. Deputados devem inscrever-se agora, com excepção dos líderes dos grupos e representações parlamentares e do Sr. Secretário Regional da Presidência.

Estão inscritos os Srs. Deputados Duarte Moreira e Bárbara Chaves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me vou alongar muito naquilo que foi a visita do Governo à Ilha de Santa Maria, porque a minha colega Deputada Bárbara Chaves já teve oportunidade de mostrar que neste pouco mais de ano e meio, nem sequer estamos ainda a metade da legislatura, o Governo Regional prometeu, em termos eleitorais, um determinado conjunto de acções para Santa Maria e já está demonstrado que se nós pegarmos no nosso manifesto eleitoral que todos esses compromissos já estão concluídos, estão em fase de realização ou estão já comprometidos.

Estando já a metade deste mandato, o PSD e os marienses já perceberam que o Governo vai cumprir com o seu manifesto eleitoral e com os compromissos que tem para Santa Maria.

Eu não queria repetir aqui aquilo que a Deputada Bárbara Chaves disse e vou tentar não fazê-lo, mas há aqui um conjunto de situações que foram compromissos eleitorais e que estão a ser cumpridos e eu vou dar aqui só alguns exemplos para que não restem dúvidas.

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Não tenha problema. De Santa Maria percebo eu melhor do que o Sr. Deputado.

Daquilo que eu vou referir alguns estão concluídos, outros estão a ser implementados, outros já comprometidos e decididos efectuar, quer na primeira visita oficial deste Governo a Santa Maria, em Setembro do ano passado, quer através desta última visita, e repare-se que entre uma e outra decorreram poucos meses.

Relativamente à extensão do museu de Santa Maria, a aquisição das casas é um compromisso e o museu irá ser concretizado;

Requalificação do pavilhão gimnodesportivo, a obra já foi adjudicada;

Apoio ao associativismo desportivo;

A Pousada da Juventude está a concurso e vai ser adjudicada em breve e a obra irá começar ainda este ano;

A ampliação do Centro de Saúde Vila do Porto;

A criação de mais uma creche;

Compromisso de reabilitação de toda a zona histórica, que é um património para a Ilha de Santa Maria;

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso que o Sr. Deputado está a dizer estava tudo por fazer!

O Orador: Estava tudo por fazer e está a ser executado. Não se faz tudo num dia. Nós sabemos bem o estado ...

Deputado Rui Ramos (PSD): 13 anos!

O Orador: E os senhores estiveram 20 e sabemos o estado em que deixaram a Ilha de Santa Maria.

Parques Infantis, está concretizado o de Santa Bárbara e vai ser concretizado o das Lombas;

A estrada do meio do Aeroporto está concluída;

O campo de golfe decorre o seu processo natural e irá ser iniciado ainda durante esta legislatura;

O cais ferry está em fase final de conclusão e a sua rampa estará concluída ainda este verão;

O plano de remoção da flora invasora está andamento;

A requalificação da Baía de S. Lourenço, que o PSD da ilha dizia que era só uma promessa, a obra está a ser executada;

O novo cais de pescas e nova marina;

No apoio ao ASAS devo dizer que ainda não vi referido, no manifesto eleitoral do PSD para a Câmara Municipal, em que é que a Câmara está a apoiar o ASAS, mas devemos lá chegar;

Deputada Aida Santos (PSD): Leia o Plano de Actividades da Câmara Municipal e vai ver!

O Orador: O apoio à requalificação da sede dos Escuteiros, verbas já transferidas; A requalificação da reserva florestal de Santa Maria, que também terá um impacto positivo, não só para quem vive em Santa Maria, mas também para quem nos visita.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

O que se demonstra e onde eu quero chegar nesta conclusão é que toda a gente já percebeu que o PS está a cumprir e o Governo vai cumprir com aquilo que são os compromissos da Ilha de Santa Maria.

Em relação ao Aeroporto, gostaria de dizer que, no que diz respeito às casas, o protocolo foi aprovado em Conselho do Governo, vai ser assinado e só depois é que se resolverá a situação das casas.

Quando se fala que não há investimento social e não há investimento de habitação em Santa Maria, neste momento estão em fase de início 17 moradias em Santa Maria que vão ser reabilitadas.

Deputada Aida Santos (PSD): E os anos passados?

O Orador: A questão das habitações está ligada também às casas do aeroporto e se vão passar mais de 200 habitações para a Região, vamos aguardar um pouco mais para darmos um destino a essas casas.

Deputado João Costa (PSD): É mais um acto eleitoral!

O Orador: Não é mais um acto eleitoral, é uma promessa que está efectivamente a ser cumprida, mas o meu desafio é outro, é que nós estamos há 7 ou 8 meses pós eleições autárquicas...

Deputado Rui Ramos (PSD): E há 13 anos de Governo do PS!

O Orador: ... e daqui a quatro anos gostaria que tudo isto que está aqui estivesse cumprido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Prescindo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida, até porque sobre o conjunto de investimentos e medidas para Santa Maria, em curso, em fase de conclusão ou já concluídos, o Sr. Deputado Duarte Moreira já fez um bom resumo e eu lembrava que o comunicado do Conselho do Governo, na sequência da visita estatutária a Santa Maria, tem cerca de três dezenas de medidas de investimento relevante e, portanto, a Sra. Deputada optou por não identificá-los, ...

Deputada Aida Santos (PSD): São opções!

O Orador: ... preferiu falar daquilo que vinha de 1997, ao invés de falar da visita estatutária que agora aconteceu, mas o facto é que ele existe, quem quiser consultá-lo e fica a saber aquilo que nós estamos a fazer no prosseguimento dos compromissos eleitorais que assumimos e com o mesmo empenho, a mesma vontade, o mesmo desejo de progresso para Santa Maria sempre tivemos e não é por a autarquia ser agora social democrata ou ter sido socialista que a nossa vontade e o nosso empenho se alteram, como ficou patente nesta visita.

Portanto, temos muito gosto em que isso fique bem claro, foram medidas na área da habitação, apoios à juventude, rede viária, divulgação turística, promoção, habitação degradada, etc, etc, etc.

Não faltam exemplos de empenho e de vontade de fazer progredir Santa Maria. É uma obrigação do Governo Regional e é um desejo expresso e assumido.

Agora, o que se começa a passar já com alguma insistência em algumas visitas estatutárias é que o Governo faz a reunião com o Conselho de Ilha, com a presença dos Srs. Deputados das várias forças políticas representantes da ilha e depois na reunião nada se passa. O Governo esclarece, os deputados não dizem nada, entram mudos, saem calados e depois chegam ao Parlamento e já têm um rol de queixas enorme para fazer, que não fazem lá na sua ilha. Não aproveitam a circunstância para debater e depois então aproveitam o momento político aqui para fazer esse tipo de análise às visitas estatutárias.

Deputado João Costa (PSD): Pois claro, quem tem que falar são as pessoas do Conselho de Ilha!

O Orador: Do ponto de vista do Governo era muito mais útil, talvez muito mais franco, talvez muito mais indicado, perante os marienses, que essa discussão tivesse sido feita lá e teríamos todo o gosto em responder como também aqui o faremos, mas parece-me que era de maior respeito para os marienses que essa discussão tivesse sido feita em Santa Maria.

Aliás, também me parece que seria de respeito para com os marienses, que a Sra. Deputada representa, não chamar canadinhas aos caminhos rurais de Santa Maria, não chamar pequenos investimentos às obras que se fazem em Santa Maria. Para si

tudo o que é feito em Santa Maria é pequeno ou merece um diminutivo e isso também me parece uma falta de respeito para com os marienses, porque os caminhos rurais de Santa Maria têm a dimensão que a ilha tem e as necessidades agrícolas que tem.

Para terminar, gostava também de lhe dizer, Sra. Deputada, que essa questão da autarquia se sentir vítima de um tratamento diferenciado ou de ter sido tratada com menos respeito, porque a autarquia agora é do PSD, eu vou presumir que essa questão é só equívoca ...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

... que não tem nada de vontade política por detrás dessa atitude, porque o que se passou com esta visita estatutária e com a Câmara de Santa Maria é o que se passa com todas as visitas estatutárias que o Governo faz, independentemente da cor das câmaras.

A câmara é envolvida no processo desde o início, a Câmara conhece o programa, a Câmara sabe que tem um convite generalizado para acompanhar a visita do Governo e a Câmara está presente onde entende estar presente e não está presente quando entende que não deve estar. Todas as Câmaras praticam isso e a Câmara de Santa Maria não sabe.

Mas mais:

Durante a visita não se queixa, durante a visita não diz nada para depois deixar a Sra. Deputada vir fazer aqui de procuradora da Câmara Municipal de Santa Maria.

Deputada Aida Santos (PSD): Já se queixaram!

O Orador: Mais uma vez digo que teria sido mais útil que o tivesse feito lá para que fosse esclarecida, porque lá também se gerou um equívoco com o Conselho de Ilha. O Sr. Presidente do Conselho de Ilha de Santa Maria, que é novo no cargo, e julgo que não estou a cometer nenhuma inconfidência, julgava que era o Governo que convocava o Conselho de Ilha para uma reunião e foi-lhe dito na altura que não era o Governo que convocava, porque o Governo não pode convocar um órgão que é autónomo, da mesma maneira que o Sr. Presidente do Conselho de Ilha não pode convocar o Conselho do Governo.

Tudo isto foi esclarecido lá, não teve nenhum problema, não gerou nenhum tipo de equívoco nem de discussão política e ficou resolvido. O mesmo teria sido feito se a Câmara Municipal de Santa Maria tem optado por falar de voz própria e não encomendar o serviço à Sra. Deputada.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Luís Garcia (PSD): E as casas a 10 euros?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Prescindo!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Santos.

(* **Deputada Aida Santos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu também não me vou alongar muito, mas vou deixar aqui duas ou três notas.

Primeiro, nem a Câmara nem eu faltamos nunca ao respeito aos marienses.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Se houve alguém que faltou ao respeito aos marienses foi o Sr. Presidente do Governo Regional em duas situações, primeiro ao dizer que o Aeroporto de Santa Maria já era passado e que Santa Maria deveria virar-se para o mar. Assim, deixo aqui esta questão: qual é a estratégia que o Governo está a apontar para Santa Maria, para se virar para o mar? Se fosse o PSD a dizer que o Aeroporto era passado, nós éramos crucificados e os marienses não estão a aceitar esta ideia de dizer que o Aeroporto já é passado.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Portanto, se houve alguém que faltou ao respeito aos marienses não fomos nós.

Se alguém faltou ao respeito e os marienses estão indignados foi com a questão do posto de turismo. Eu posso até entender, mas os marienses não entendem quando o Sr. Presidente disse que todos nós somos, em potência, um posto de turismo. Os marienses não entenderam e eu fui abordada várias vezes pela afirmação e pela indignação dos marienses pela expressão que o Sr. Presidente utilizou no conselho de ilha, e, portanto, os marienses é que estão insatisfeitos e eu não faltei ao respeito.

Sr. Secretário, já vários Conselhos de Ilha passaram pelas reuniões do Conselho de Governo e não foi agora, por termos uma câmara social democrata que as coisas mudaram.

Portanto, as exigências e as preocupações foram sempre também diferentes com a câmara socialista e os pontos não são para resolver.

O posto de turismo continua a fazer ponto na agenda das preocupações dos marienses e isto porquê? Porque no Aeroporto passa ao lado de quem chega e é na Vila, no centro do aglomerado populacional que as pessoas se deslocam para ir ao comércio, para ir às bancas e é lá que nós entendemos que devia estar localizado. Isto não é faltar ao respeito a ninguém.

Srs. Deputados de Santa Maria, é com muito prazer que nós temos opções e ideologias diferentes. Vocês vêem Santa Maria como um oásis e eu, se calhar, vejo Santa Maria como uma realidade real e dura.

Eu na minha intervenção só quis realçar aquilo que está ao longo dos comunicados, porque aquele comunicado de 2010 desta última visita só veio provar aquilo que foi deliberado nos últimos comunicados, quer a Pousada de Juventude, quer o museu já tinham vindo em outros comunicados passados. Demoram 4, 5 ou 10 anos.

Portanto, é a morosidade com que levam os projectos a concretizar-se que eu critico aqui.

Qualquer projecto para Santa Maria, em média, leva cerca de uma década a concretizar-se. Vai-se fazendo protocolos, vai-se encomendando estudos e depois, na prática, demoram-se 10 anos. Isto é a verdade nua e crua e não andem a deitar areia para os olhos dos marienses.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Em relação à sala de desmancha, desde 2005 que o Governo deliberou fazer um estudo para activarem aquela sala de desmancha. Onde está esse estudo?

Deputado António Ventura (PSD): Exactamente!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Já foi entregue há muito tempo.

A Oradora: Sr. Deputado Duarte Moreira, para terminar, quero dizer aqui que o senhor está num partido que, infelizmente, em Santa Maria faz jus ao nome partido, visto que tem andado de derrota em derrota e é isto que os senhores ainda não conseguiram assimilar, mas aos poucos vão chegar lá.

Nas últimas eleições legislativas, em Outubro de 2008, o Partido Social Democrata conseguiu algo que já não conseguia há muitos anos, eleger em segundo lugar e esteve a pouco mais de 60 votos em eleger o segundo deputado. Isto chama-se construir, solidificar, não se chama destruir como está a acontecer com o Partido Socialista em Santa Maria.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): Tire essa conclusão para as outras ilhas e vai ver no que vai dar!

A Oradora: Nas últimas eleições autárquicas o PSD conseguiu demonstrar ao longo de 30 anos de oposição que tem feito o trabalho de casa, tem sido paciente e os marienses sabem ver e reconheceram nas urnas, porque não foi em ditadura, foi um acto democrata, que souberam escolher quem é que queriam que os governasse e escolheram.

Nós não fomos eleitos para defender aqui as autarquias, estamos a defender os interesses dos marienses e quanto às actividades e às promessas eleitorais da autarquia, Sr. Deputado Duarte Moreira, esteja descansado, mas muito descansadinho, porque nós temos uma legislatura para quatro anos, estamos há sete meses e muito já fizemos, enquanto que outras câmaras socialistas pouco ou nada fizeram.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Até quatro anos há que esperar, agora os senhores é que não estão a ser pacientes e a azia está a dar-vos cabo do estômago, mas tenham paciência porque vão ser quatro anos e vai ser aquilo que os marienses entenderem.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Só duas ou três questões, uma delas que há pouco não tive oportunidade de referir, até porque o tempo tinha acabado, que é o seguinte:

Tive oportunidade de ler uma entrevista do Sr. Presidente da Câmara de Vila do Porto a propósito das presença da Câmara na Feira Lar Campo e Mar, em Ponta Delgada, com a qual eu concordo, ...

Deputada Aida Santos (PSD): O senhor está no lugar errado: Devia estar na Câmara Municipal de Santa Maria e não aqui.

O Orador: ... em que ele dizia que Santa Maria tinha todas as condições para receber turismo, tinha camas, diversidade de actividades, tinha todas as condições

para receber visitantes de outras paragens e a pergunta que eu deixo é se essas condições foram criadas nos últimos sete meses de governação da Câmara Municipal de Vila do Porto ou se já vinham de trás?

Deputada Aida Santos (PSD): Desde 1974!

O Orador: Concordo plenamente que Santa Maria tem condições para receber os turistas, mas quando é que foram criadas essas condições e quem é que as criou?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que fez os hotéis?

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Duarte Moreira está no uso da palavra.

O Orador: Segunda questão tem a ver com o aeroporto de Santa Maria...

Deputada Aida Santos (PSD): Peça as gravações à rádio local e vai ficar esclarecido!

O Orador: ... e o que importa realçar na questão do aeroporto, e que a Sra. Deputada não disse, foi que, na reunião do Conselho de Ilha com o Governo Regional, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional disse que está tudo a ser feito para garantir a competitividade do Aeroporto de Santa Maria com ou sem privatização.

Não vou falar aqui em nome do Sr. Presidente do Governo, porque ele não está aqui, mas aquilo que eu entendi das palavras dele foi que, em relação ao Aeroporto de Santa Maria, nós não estamos na década de 50 ou de 60 e que temos, obviamente, que nos virar para outras actividades económicas para não ficarmos só dependentes do Aeroporto.

O Aeroporto continua a ter muita importância para o Partido Socialista e enquanto deputados da ilha nós temos tido inúmeras actividades e inúmeros contactos com o próprio Governo e com a ANA, no sentido de perceber o que é que está em causa e de garantir a competitividade do Aeroporto de Santa Maria e é nesse caminho que vamos continuar.

Isso não implica que não se perceba o que foi dito pelo Sr. Presidente do Governo.

Quanto aos compromissos eleitorais, cumpridos ou não cumpridos, é fácil perceber já que da parte do Governo Regional os compromissos eleitorais estão a ser cumpridos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Agora é que é!!! Os marienses já não vão nessa conversa!

O Orador: Em relação aos compromissos eleitorais da câmara municipal ainda não é fácil perceber se estão a ser cumpridos, porque reconheço que há pouco tempo, agora o que eu quero dizer é que os marienses perceberão quem cumpre e quem não cumpre. O que eu espero, sinceramente, como mariense é que aquilo que foi prometido pelo PSD nas autárquicas, não seja pura demagogia e que daqui a quatro anos esteja cumprido, porque nós também ainda não estamos a meio desta legislatura e a maioria dos compromissos estão cumpridos ou em vias de o ser. Na altura própria saberemos fazer essas contas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental para o almoço. Retomamos às 15,00 horas com a Agenda.

Bom almoço.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 07 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a Agenda e, conforme combinado em conferência de líderes, o primeiro ponto será a apresentação dum **Projecto de Resolução**, do Bloco de Esquerda, **sobre o Impacto do RSI na Região**.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A União Europeia, declarou 2010 como o Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, quando as últimas estimativas indicam que 17% da população europeia não possui recursos para fazer face às suas necessidades mais básicas, o que empobrece toda a sociedade, constituindo um indicador significativo de desigualdade social.

O Rendimento Social de Inserção (RSI), inicialmente designado por Rendimento Mínimo Garantido, constitui uma importante medida para minorar a gravidade das carências sentidas no nosso país, tendo contribuído, segundo Carlos Alberto Farinha, do Instituto da Segurança Social, para uma redução, em cerca de 28%, na intensidade da pobreza.

Considerando que, em Março de 2010, e segundo dados do Instituto de Informática, IP, do Departamento de Gestão de Informação da Segurança Social, registavam-se 20.915 beneficiários do RSI, o que corresponde a 6.147 famílias;

Considerando que em Março de 2010, e segundo dados do Instituto de Informática, IP, do Departamento de Gestão de Informação da Segurança Social, os beneficiários do RSI, nos Açores, recebiam, em média, €80,14, para uma média nacional de €96,20;

Considerando que em Março de 2010, e segundo dados do Instituto de Informática, IP, do Departamento de Gestão de Informação da Segurança Social, as famílias beneficiárias do RSI, nos Açores, recebem, em média, €272,95, para uma média nacional de €248,83;

Considerando que durante 2009, e segundo dados do Instituto de Informática, IP, do Departamento de Gestão de Informação da Segurança Social, deram entrada 3.597 requerimentos para o RSI, nos Açores, dos quais foram deferidos 2.509 processos;

Considerando as medidas introduzidas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), as quais terão um impacto significativo nas prestações sociais, e quando se prevê que o desemprego continuará a subir na União Europeia, assim como em Portugal;

Considerando que a taxa de pobreza é calculada, a partir do rendimento, sendo de prever o seu aumento significativo, devido às medidas incluídas no referido PEC;

Considerando os termos do Art. 170.º do Orçamento do Estado para 2010 (Lei n.º 3-B/2010)), o qual obriga à inclusão, no Relatório Anual de Execução do RSI, a avaliação do impacto do RSI no combate à pobreza e à exclusão social.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores apresenta o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em prol da solidariedade e segurança social, resolve recomendar ao Governo Regional:

- A realização de um estudo sobre o impacto do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social, desde a sua implementação, conduzido por uma equipa multidisciplinar da Universidade dos Açores, que considere os critérios de avaliação previstos no Art. 170.º da Lei n.º 3-B/2010 e os domínios que caracterizam esta problemática, proporcionando o diagnóstico exaustivo da situação na Região que contribua para a formulação de propostas de intervenção adequadas.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(* **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projecto de Resolução do Bloco de Esquerda do Bloco de Esquerda parece-nos, na nossa óptica, um pouco extemporâneo, uma vez que neste momento, e só por uma questão mais formal hoje não foi aqui apresentado o Projecto de Resolução que cria a Comissão Eventual para Acompanhamento e Análise do Impacto do RSI na Região, mas que é do conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, já foi aqui apresentado e será uma realidade.

Portanto, parece-me que esta recomendação ao Governo Regional eventualmente poderia fazer cabimento numa conclusão ou numa recomendação desse grupo de trabalho.

Para além disso, penso que o Bloco de Esquerda está a desconhecer a existência dum trabalho que foi feito recentemente, a pedido do Governo Regional, sobre as vulnerabilidades dos Açores e a aplicação do RSI aquando dos 10 anos de aplicação desta medida e, portanto, já existe uma base de trabalho importante para analisar o impacto do RSI.

Parece-me que são dois dados que não foram tidos em conta na proposta do Bloco de Esquerda.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Sra. Deputada Piedade Lalanda, na realidade não houve nem esquecimento nem extemporaneidade nesta nossa proposta. Ela foi absolutamente consciente e sabemos o que é que pretendemos com ela e começaria por dizer que nós pretendemos com ela e partimos exactamente da mesma base crítica, do nosso ponto de vista justa, que foi feita nesta casa em 2007 quando o grupo Parlamentar do PSD propôs uma Comissão Parlamentar para estudar os impactos e as causas da gravidez adolescente nesta Região, o Partido Socialista, pela voz da Sra. Deputada

Cláudia Cardoso, respondeu, e muito bem, que a temática de então, a gravidez adolescente, “ ... necessita de uma intervenção mais incisiva que não é de maneira nenhuma coberta por uma Comissão Parlamentar que, aliás vai trabalhar com dados que já possui, que são os dados estatísticos que estão ao alcance de qualquer clique e que não traz mais-valia para o levantamento da problemática”.

Nós consideramos que esta avaliação se aplica como uma luva à situação da Comissão Eventual para o levantamento do RSI nesta Região e passo a explicar porquê:

No artigo 2º do Projecto de Resolução do Partido Socialista que cria a comissão que tem por objecto analisar a evolução da aplicação nos Açores do RSI, nada mais se poderá fazer, a não ser invadindo o campo de competência dos técnicos e dos serviços que trabalham com este fenómeno social, a não ser registar o óbvio: quantos, donde, faixas etárias, como. Volto a repetir: nós temos isso à distância de um clique nos serviços de estatística do Governo Regional e do Governo Nacional, onde existem alguns numerozinhos.

Do nosso ponto de vista, isto não responde àquilo que é necessário perceber na aplicação e no usufruto do Rendimento Social de Inserção que, para nós, é fundamentalmente entender as causas, por que é que tantos açorianos e açorianas usufruem deste apoio social, consequência das medidas de inserção social e, portanto, laboral, onde é que falham ou se não falham e, portanto se tudo está a correr bem.

Finalmente tudo isto corresponderá a uma última pergunta: como é que seria esta Região sem este apoio social? É exactamente isso que nós queremos perceber depois do estudo feito.

Ora, se na realidade, como disse a Sra. Deputada Piedade Lalande, já foi feito um estudo sobre esta matéria que nos dá variadíssimos indicadores, então, Sras. e Srs. Deputados, eu só posso tirar uma conclusão, é que esta proposta de Comissão Eventual para ir levantar aquilo que pode ser levantado fora deste Parlamento, só pode ser uma cedência à pressão da direita e no caso muito concreto do CDS, seja nesta Assembleia, seja fora dela. Se não é uma cedência então eu tenho que concluir que há uma redundância e se há uma redundância há uma inutilidade e, portanto, não é um trabalho que este Parlamento tenha que fazer.

Deputado Berto Messias (PS): Redundante é a sua proposta.

A Oradora: Portanto, a nossa proposta de estudo pretende uma maior objectividade, seriedade, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Comissão de Inquérito!

A Oradora: Seriedade no sentido de profundidade do estudo.

Não desleia, Sr. Secretário, porque eventualmente também faremos parte dessa Comissão.

Parece é que ninguém fará parte dessa Comissão, porque o atraso de chegada a este plenário para votação foi provocado pelo desentendimento na composição da Comissão Eventual.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É falta de seriedade!

A Oradora: Não é. O Sr. Deputado vai ler o parecer e ficará a saber por que é que este Projecto de Resolução não subiu a esta câmara.

Portanto, os senhores não se entendem na composição desta mesma Comissão, o Bloco de Esquerda entendeu que é preciso avançar, enquanto os senhores discutem essa composição, e propõe este estudo.

Deputado Berto Messias (PS): O que os Srs. Deputados estão a fazer chama-se oportunismo político!

A Oradora: O Sr. Deputado pode chamar-lhe o que quiser.

Eu duvido, mas o Partido Social Democrata poderá esclarecer-me, se também chamaram à Sra. Deputada Cláudia Cardoso de populista demagógica quando ela propôs um levantamento e um estudo em vez de uma Comissão Eventual, partindo exactamente dos mesmos pressupostos. Portanto, Sr. Deputado, ou há moralidade ou então comem todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Está encerrado o pedido de apresentação do Bloco de Esquerda.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/2010 – “Estabelece os Princípios Orientadores da Organização e da Gestão Curricular da Educação Básica para o Sistema Educativo Regional”**.

Tem a palavra, para apresentar o diploma, a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta estabelece os princípios que orientam a organização e gestão curricular da educação básica no sistema educativo regional.

O currículo regional de educação básica procura criar as condições para uma melhor qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, bem como para a crescente melhoria dos resultados escolares dos nossos alunos.

Como é que poderá ser operacionalizado este processo? Respeitando a lei de bases do sistema educativo, bem como a legislação nacional no âmbito do currículo nacional de educação básica, sempre em coerência com as políticas curriculares europeias, assumindo a identidade açoriana como um factor de relevância curricular para as aprendizagens dos alunos, valorizando outras referências identitárias, diferentes culturas, questões religiosas, étnicas e valores que devem ser assegurados, respeitando a autonomia curricular das escolas e fazendo a relação entre o local e o global em termos de aprendizagens, tendo sempre por base uma cultura de exigência.

O currículo regional vai-se traduzir em quê? Em termos práticos, o currículo regional traduz-se em diferentes iniciativas, entre as quais saliento a integração da educação pré-escolar no desenho curricular da educação básica, a valorização do papel do professor titular no 1º Ciclo do Ensino Básico, a consolidação duma língua estrangeira no 1º Ciclo, o aumento da carga horária de várias disciplinas, entre elas o português e a matemática, criando um espaço curricular para o desenvolvimento da formação pessoal e social, bem como da literacia digital, sem nunca perder a transversalidade que esta área exige à abordagem transversal ao longo de todo o currículo, assegurando que a área curricular não disciplinar de cidadania seja leccionada por dois docentes, ou seja, em par pedagógico,

valorizando as actividades de pesquisa e de experimentação nos alunos ao longo de todo o currículo, desde o pré-escolar e o 1º Ciclo e promovendo, no âmbito do projecto educativo e curricular das escolas, o desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular de carácter facultativo.

Portanto, esta proposta do currículo regional espera-se que venha a garantir uma crescente melhoria da qualidade do sistema educativo e a promover aprendizagens e competências nos nossos alunos.

Obrigada.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que estamos a apreciar, de iniciativa do Governo Regional, parte, em nossa opinião, de dois pressupostos que são errados: um deles tem a ver com o facto de que a matriz nacional não é adequada e um outro de que resulta de uma suposta implementação da matriz curricular experimental que está a decorrer durante este ano.

Duas perguntas para a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação:

Onde é que está a avaliação que permite concluir que a matriz nacional não é adequada?

Segunda questão: como é que se pode continuar a chamar uma experiência a uma matriz que foi generalizada? Não me parece que possa de forma nenhuma.

Nesta primeira intervenção quero ainda dizer o seguinte:

O PCP até pode considerar que a escola, tal como ela está organizada, nomeadamente ao nível dos currículos, não dá uma resposta satisfatória aos alunos, não dá uma resposta satisfatória às famílias, não dá uma resposta satisfatória aos profissionais do ensino, aliás, os profissionais do ensino quando muito têm uma grande frustração e essa frustração depende exactamente daquilo que os Governos, quer na Região, quer na República, têm vindo a fazer à educação.

Mas até posso admitir que, e admito sim senhor, essa resposta não é a mais adequada e estamos perfeitamente disponíveis, aliás como referi na Comissão, para poder encetar um processo de discussão com uma grande envolvência da comunidade educativa, da sociedade em geral, das escolas para avaliar aquilo que está mal, aquilo que queremos corrigir e encontrar até soluções que possam permitir à escola dar as respostas que todos nós certamente queremos que a escola dê.

Nenhum de nós aqui dirá o contrário disto que eu vou afirmar: a educação é um factor fundamental de qualquer projecto, de qualquer modelo de desenvolvimento. É aí que assenta este modelo e estamos disponíveis para isso. Nós não estamos disponíveis, e, pelos vistos, nem ninguém, para aceitar uma iniciativa que não teve discussão pública, que não foi objecto de negociação, que não decorre de nenhuma avaliação da matriz curricular, quer da anterior, quer também da suposta experiência que V. Exas. generalizaram o ano passado, também de duvidosa legitimidade política.

Aliás, essa questão foi colocada através de requerimento ao Governo e o despacho da Sra. Secretária foi desenhado exactamente na medida da resposta que foi dada ao requerimento do PCP, mas penso que isso já está esclarecido.

Portanto, nós estamos perfeitamente disponíveis para encetar esse processo, não estamos disponíveis é para isto que V. Exa., em nome do Governo Regional, nos traz aqui. Para isso nós não estamos disponíveis.

Para terminar esta primeira intervenção, quero fazer uma pergunta directa à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Relativamente a uma questão que, com certeza, daqui a pouco irá ser abordada, nomeadamente com o desaparecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação, com o desaparecimento dessa disciplina e segundo a proposta do Governo, a sua integração numa nova área a ser criada, a área da cidadania, V. Exa. respondeu, quando questionada sobre algumas dificuldades relativamente à mobilidade dos alunos no território nacional, que esse problema não se coloca, porque é bem exemplo dessa possibilidade ver suprida a frequência duma disciplina, através da avaliação das competências específicas que ela pretende desenvolver.

Mas diz mais:

Diz que essa situação já se verifica relativamente ao acolhimento de alunos estrangeiros. Nós estamos a falar do território nacional, estamos a falar de cidadãos que têm a mesma nacionalidade.

Esta sua comparação com a integração e o acolhimento do sistema educativo de alunos estrangeiros parece-me, pelos menos, motivadora dum esclarecimento da Sra. Deputada e eu agradeço a V. Exa. que o faça durante esta discussão.

Sr. Presidente, para já, acabei a minha primeira intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas e 45 minutos.

(Eram 15 horas e 30 minutos).

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 48 minutos)

(O Sr. Deputado Cláudio Lopes foi substituído na mesa pelo Sr. Deputado Mark Marques)

Eu gostava de esclarecer que foi distribuído recentemente um mapa, anexo III de matriz curricular do 2º Ciclo.

Trata-se de uma alteração do Partido Socialista que faltou na primeira distribuição.

Portanto, considerem-na como tal e anexem-na no lugar respectivo, porque foi uma falha que ocorreu.

Vamos prosseguir com o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perante um documento que é de natureza estruturante e essencial na definição dos próximos anos do sistema educativo regional e é um documento que, quanto a nós, já o deixámos claro em sede de Comissão, merecia outra maturação e uma discussão mais abrangente e atempada e prova disso são os pareceres que chegaram das diversas escolas até ao prazo fixado de 14 de Maio e continuaram a chegar até à madrugada de segunda-feira, feitos em condições muito precárias, com grande esforço de muitas escolas, numa semana em que se trabalhava na preparação das PASES e isto, ironicamente, no culminar de um processo, quanto a nós, apressado e precipitado.

Um documento que levou 9 anos a ser feito dentro de um gabinete não mereceu depois uma resposta atempada daqueles que são os agentes educativos no terreno, aqueles que são os verdadeiros especialistas da educação na nossa Região e que mereciam ter sido ouvidos com mais tempo, com mais parcimónia e, acima e tudo, que todos nós tivéssemos tido o tempo suficiente para ler estes pareceres com detalhe e obviamente enriqueceria muito este debate e poderia enriquecer este documento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: O que resulta claramente destes pareceres é que, apesar do prazo ter sido apertadíssimo, houve uma participação massiva e houve essa participação porque a natureza deste documento a isso obriga.

Resulta também das audições em sede de Comissão e dos pareceres recebidos argumentação demolidora contra este diploma e que põe a nu as fragilidades de que o mesmo enferma e existe um clima de indignação generalizada pela forma como este processo foi conduzido apressadamente, depois de 9 anos, num prazo de 15 dias quer-se fazer aprovar isto nesta Câmara, o que é manifestamente lamentável. A pressa em apresentar isto cirurgicamente com uma margem temporal irrisória não pode merecer, de forma nenhuma, o nosso acordo.

A teimosia em implementar o currículo regional já no próximo ano lectiva sem que as etapas essenciais, definidas pelas Direcção Regional, tenha sido cumpridas. Não foram vistas competências, não foram identificadas, não foram elaborados materiais, não há acervo, não há formação, não há discussão pública, não foram definidos perfis, não há rigorosamente nada. Estamos a trabalhar completamente no vazio.

Em suma, esta proposta de diploma revela claramente, primeiro a desorientação completa da tutela que está em rumo nesta matéria, revela também o auto-isolamento a que a tutela da educação se vota na nossa Região, porque abdica constantemente da negociação, abdica constantemente de ouvir os autores educativos no terreno e isso obviamente não pode merecer o nosso acordo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Isto resume-se numa fragilidade que, quanto a nós, é confrangedora e este desrespeito sistemático por quem trabalha na educação todos os dias não pode continuar por muito mais tempo.

Mudando de assunto, para parafrasear a Sra. Secretária ontem, a alegação de urgência invocada pelo Governo para compulsar este diploma na agenda de Maio é completamente irrisória. É irrisório, porque não é coerente e para fundamentar esta não coerência basta invocar que em Julho de 2009 foi publicado o Despacho 858/2009 que instituiu o desenho curricular que vigora.

Ora, se se pretende compulsar este diploma em Maio para que o lançamento do próximo ano lectivo em Junho decorra sem convulsões, Sras. e Srs. Deputados, há menos de um ano, em Julho, estava a lançar-se uma matriz curricular e o ano lectivo correu sem problemas de maior quanto a isso.

Portanto, este argumento quanto a nós não colhe e é perfeitamente vazio e estéril.

O que esta medida faz, no fundo, usando um pouco uma linguagem metafórica, é criar gavetas e não pôr nada lá dentro e não põe nada lá dentro, porque, sinceramente, o Governo Regional ainda não tem nada para pôr lá dentro, trabalha no vazio e porquê? Porque as metas deveriam ter sido definidas neste diploma, não foram seguidas e se não foram seguidas nós chegamos aqui a um momento em que estamos a aprovar uma forma, mas sem nenhum tipo de conteúdo.

Diz a Sra. Secretária que não houve incumprimento da calendarização, houve apenas uma dilação e depois afirma categoricamente que vamos cumprir todas as etapas até Julho para implementar o currículo regional já em 2010/2011, ou seja, as etapas que deveriam ter surgido ao longo dos últimos meses e que não surgiram, vão agora surgir em catadupa até Julho. Que tipo de estabilidade é que isto vai gerar nas escolas nos meses em que não se pretende gerar instabilidade.

Isto a nós soa-nos a ficção científica salpicada com um pouco surrealismo.

Portanto, o que se faz neste momento é apressar esta iniciativa para ganhar tempo depois.

Um dirigente sindical, em sede de audição, utilizou uma metáfora que nos parece adequada ao denominar esta iniciativa de “Cavalo de Tróia” legislativa. É uma metáfora pertinente porque aprovamos as gavetas vazias e depois o Governo há-de enchê-las por decreto com aquilo que é, de facto, essencial e que deveria também passar por esta casa. Irá pôr lá as competências que entender, os conteúdos de índole regional que entender, enfim, tudo o que entender e sem haver possibilidade de escrutínio por parte desta casa e sem haver auscultação prévia da comunidade educativa, o que é gravíssimo.

Tudo isto seria evitável se tivesse havido cumprimento da calendarização estipulada. Dessa forma neste momento todos nós saberíamos sobre o que é que nos estamos a pronunciar aqui e não estaríamos a falar sobre uma coisa que é completamente vazia e oca.

Assim, o que o Governo Regional está a pedir a esta casa neste momento é que lhe passe um cheque em branco.

Ora bem, Sras. e Srs. Deputados, um cheque em branco, com a assinatura desta bancada não vai.

Depois alterar cargas horárias e alterar o desenho curricular levanta muitas dúvidas quanto ao seu enquadramento e à compaginação com o que é a lei de bases do sistema educativo vigente que mereceriam outro tipo de atenção.

A redução da carga horária da educação física no 1º Ciclo revela uma total incoerência com as anunciadas políticas de promoção da saúde escolar e com o combate à obesidade infantil que, pelos vistos, estão a tentar minorar agora com uma proposta de alteração.

Outro aspecto que nos parece extremamente relevante tem a ver com ...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Desculpem interromper os vossos apartes. Se me permitirem gostaria de continuar.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: A ausência de estudos e avaliações sobre as experiências dos últimos anos revelam também um completo desnorte da tutela.

Muda-se constantemente o rumo, alicerçando a mudança numa mão cheia de nada. Foi assim com o programa inter-ciclos, é assim com as matrizes curriculares vigentes e escusa a Sra. Secretária de vir dizer que a matriz que vigora agora é uma aproximação e que serve de experimentação para o que se pretende aprovar hoje e mesmo que fosse, careceria duma avaliação que não existiu. Não há avaliação do que sucedeu ao longo deste ano e isso é lamentável, porque obviamente que não havendo dados concretos que permitam legitimar uma mudança, por muito ténue que ela seja, ela não se fundamenta em nada.

Sra. Secretária, uma aproximação não é uma aterragem. Neste momento estamos a aterrar numa pista que ninguém conhece e que está envolta por um denso nevoeiro, porque o que é conteúdo e substância ainda não existe e temos dúvidas que venha a existir em tempo útil.

Termino esta primeira intervenção com uma alusão ao desabafo da Sra. Secretária, em sede de Comissão, que não podia deixar aqui em claro, que disse o seguinte: “quando não faço sou criticada, quando faço sou criticada”. Pois, Sra. Secretária, habitue-se a conviver com a crítica, porque faz parte do pacote.

Da parte do Grupo Parlamentar do CDS/PP esteja a Sra. Secretária descansada, porque não é criticada só quando faz ou quando não faz, é criticada quando faz de conta que faz, que é exactamente o que sucede neste momento,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: ... porque esta proposta bem espremidinha só pode valer uma mão cheia de críticas.

Os expedientes utilizados e a pressa invocada para um documento que anda a marinar há 9 anos revelam muito bem a sua competência.

A Sra. Secretária diz que quer honrar um compromisso com 10 anos. Isto é extraordinário! É com esta proposta que quer honrar um compromisso de 10 anos queimando as outras etapas? Com isto ganha, de facto, um lugar na história da educação na nossa Região e na história deste Governo que, no fundo, é o lugar que se ganha quando se traz a esta casa um diploma que faz tanta falta como uma viola num enterro.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma primeira intervenção.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos aqui a discutir é a continuação de um calvário, um calvário que se tem vindo a desenvolver desde que a Sra. Secretária da Educação tem a tutela desta pasta no Governo Regional e este problema começou por ser um problema do Governo Regional, do Partido Socialista, e estou absolutamente convencido que o Partido Socialista sabe que tem aqui um gravíssimo problema, agora também é um problema de todo o sistema educativo e é um problema de todos os açorianos, porque este desnorte, esta falta de qualidade na elaboração de propostas, esta falta de argumentação, este completo vazio que nós vivemos nesta área, uma área fundamental para o progresso da Região, é algo que é absolutamente assustador.

Começo a minha intervenção com as anedotas desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Há horas tinha uma discussão com o Sr. Deputado Berto Messias sobre o que é que era ser reaccionário e agora tenho aqui um bom exemplo, Sr. Deputado, para lhe explicar o que é que é ser reaccionário.

Deputado Berto Messias (PS): Com a sua reacção ontem, percebi logo!

O Orador: Sabe o que é que é ser reaccionário? Ser reaccionário é colocar em opção, num sistema educativo, a educação cívica ou religião e moral. Isso é ser reaccionário, Sr. Deputado.

Quero dizer-lhes uma coisa, Srs. Deputados: este Governo do Partido Socialista, um partido laico, apresentou uma proposta destas, que coloca em opção a educação cívica ou religião e moral.

Deputado Francisco César (PS): Não é isso que lá está!

O Orador: Este tipo de atitudes devia ser o suficiente para que os senhores fossem expulsos da Internacional Socialista, ...

(Risos das bancadas do CDS/PP e do BE)

... porque isto é, de facto, uma barbaridade,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Barbaridade é a sua intervenção!

O Orador: ... do ponto de vista técnico, colocar em opção a educação cívica e a religião e moral. Não só é uma barbaridade técnica como, do vosso ponto de vista, é uma barbaridade ideológica, tendo em conta os pergaminhos do Partido Socialista.

Portanto, Sr. Deputado Berto Messias, isto é que é ser reaccionário. Nem os partidos de extrema-direita na Europa Ocidental apresentam propostas deste cariz, deste conteúdo. Isto é que é ser reaccionário.

É evidente que também em relação aos conteúdos do currículo regional o que nós temos aqui é outra anedota.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, não faça manobras de diversão para tapar a sua incapacidade.

O Orador: Eu lembro-me da Sra. Deputada Zuraida Soares, quando estivemos a discutir a história dos Açores, ter colocado insistentemente à Sra. Secretária qual era a sua alternativa e dali vinha sempre um silêncio, que tinha tido uma equipa de especialistas a trabalhar nisso e depois vamos apresentar-vos isso.

A equipa de especialistas continua a trabalhar, como se vê, fora de calendário, não cumprindo calendário absolutamente nenhum. Devem estar nas Bahamas de férias, porque até agora ainda não apresentaram a este Parlamento trabalho absolutamente nenhum.

Esta é uma proposta que é um vazio total e que diz o seguinte: Nós mais tarde vamos apresentar-vos qualquer coisa sobre isso.

Eu temo muito que os conteúdos regionais comecem assim: O *homo sapiens sapiens*, chegou ao Governo dos Açores em 1996 e o que eu temo é que os conteúdos regionais venham a ser altamente politizados e que venham a ter aquele discurso que fez o Sr. Deputado Berto Messias em relação à análise da história dos Açores. Se esses forem os conteúdos regionais, estamos conversados. Eu estou à espera de conteúdos regionais da índole do exercício de bajulação que fez o Sr. Deputado Berto Messias em relação ao governo socialista.

Esta é uma proposta de conteúdo regional que de conteúdo regional não tem nada. É a segunda anedota desta proposta.

A terceira anedota são os conteúdos da cidadania que é aqui definida como uma disciplina que é uma espécie de “Torre de Babel” cabe lá tudo, agora o que vai acontecer é que vamos ter 5 minutos para cada uma das questões que são identificadas, porque vai ser discutido o cabe tudo: alguém dessa bancada se lembra de discutir a sexualidade e a educação da cidadania, alguém se lembra de discutir religião/cidadania, alguém se lembra de colocar qualquer coisa em relação à emigração/cidadania.

Portanto, o que vai acontecer, meus senhores, é que isto, do ponto de vista técnico, é novamente uma barbaridade e evidentemente que não tem qualquer tipo de conteúdo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Barbaridade é essa intervenção!

O Orador: Esta intervenção é uma barbaridade sobre a barbaridade que está realizada. Não posso melhorar o nível sobre isso, a não ser que descesse ao nível do insulto e isso eu não faço.

Termino por aqui e tenho várias áreas mais específicas que quero depois anotar, mas há outra coisa que vos quero dizer e que foi fundamental:

É evidente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista olhou para esta proposta, verificou que ela foi feita por especialistas, que de especialistas não têm nada, reparou as barbaridades que aqui estavam e apresentou algumas propostas de alteração. Eu quero dizer ao Partido Socialista, que não ao Governo, porque o Governo apresentou esta barbaridade, que teve o condão de tentar mexer naquilo que eram as anedotas que acabei de citar e, de facto, os senhores conseguem corrigir aqui alguma coisa. Evidentemente que não conseguem alterar toda a proposta, porque isso é que era necessário, mas pelo menos nas anedotas os

senhores mexem, o que é fundamental, mas há uma última alteração que os senhores fazem, além da educação cívica, que era realmente em opção à educação moral que era uma barbaridade e foi feito por especialistas, que é o seguinte: Falar em autonomia curricular da escola e retirar-lhe autonomia curricular, é uma anedota e não lhe posso dar outro nome, porque os senhores tiravam à escola a opção de oferecer uma disciplina de conteúdo diferente, de currículo diferente e depois falam, no enunciado do texto, em autonomia das escolas em relação aos currículos. Isto é uma anedota.

Nesse sentido, já que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha que mexer na educação cívica e na educação moral, também podia criar a tal opção das escolas continuarem a ter autonomia real em relação à definição do currículo, mas parece-me que foi uma alteração importante para tornar isto menos grotesco.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto ninguém ama o que não conhece e precisamente por isso sempre fomos favoráveis à introdução de conteúdos regionais no currículo e na formação dos nossos jovens e das nossas crianças.

Todavia, pela importância e complexidade que este documento apresenta, deveria vir a esta casa devidamente amadurecido de forma a ser melhorado com o saber e com a experiência de quem trabalha e de quem está no terreno.

Não foi assim, houve pouco tempo para a reflexão, nem se conhece tão pouco o relatório, aliás chegou agora em cima da hora – e Sra. Secretária perdoe-me que lhe diga, “a pressa é má conselheira” – e nem consigo sequer abrir aqui no *site* da Assembleia o parecer que supostamente fundamenta todo esse documento.

Num documento desta natureza é absolutamente essencial a participação das pessoas que estão no terreno, que conhecem a realidade das nove ilhas dos Açores e isso não aconteceu.

Eu devo recordar aqui um parecer da Escola Tomás Borba que diz claramente o seguinte:

“Parece-nos que o tempo disponibilizado para análise aprofundada, que esta proposta exigia, foi manifestamente insuficiente”, que em jurisprudência equivale a dizer que aparentemente a consulta sofria desde logo desse vício. Parece que houve pressa. Os senhores estão desde 2001 para implementar isso e à última da hora dizem: é agora que tem que ser.

Para além disso diz o parecer:

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Ouça, S. Secretário, que faz-lhe bem ouvir. São os profissionais que trabalham no terreno, não são os partidos. Ouça bem, abra bem os ouvidos.

“Resulta este parecer de um conjunto de consultas que foram efectuadas aos órgãos de administração e gestão escolar e a todas as estruturas intermédias da escola, sendo de registar que não foi possível reunir o parecer de todos, pela incapacidade

de analisar e tecer considerações num tão curto espaço de tempo sobre uma proposta com esta dimensão e esta importância implicaria”.

Eu devo dizer aos Srs. Deputados e aos açorianos em geral que, percebendo da necessidade das escolas e das pessoas que trabalham com os nossos alunos terem tempo de participarem e melhorarem este documento, nós fizemos em sede de Comissão, aliás todos os partidos nela presentes consideraram válida essa proposta, no sentido de trazer este documento no próximo plenário precisamente para permitir uma melhoria substancial do mesmo que, aliás, já tem inclusivamente propostas de alteração do Partido Socialista.

Mas o problema nem é só tempo, o problema é que nós, açorianos em geral, queremos ser esclarecidos e o documento que saiu da Secretaria Regional da Educação e Formação apresentava um calendário com determinadas acções.

Até 30 de Outubro de 2009 iriam rever e eventualmente reformular as competências actualmente definidas. Sabemos quais são as competências? Eu não sei, mas a Sra. Secretária vai esclarecer.

Até 29 de Janeiro de 2010 a Secretaria Regional da Educação e Formação iria identificar as áreas temáticas e os conteúdos regionais por área curricular e eu pergunto: Que áreas são essas? Que conteúdos são esses?

Esperamos que agora tenhamos resposta, porque na Comissão não tivemos. Aliás, tivemos não respostas.

Estabelecer as regras para a elaboração de materiais didácticos originais. Onde é que estão as regras? Isso era para ser feito em Janeiro de 2010.

Até Fevereiro de 2010 iria divulgar nas escolas as regras para a produção dos ditos materiais didácticos originais. Onde é que está a divulgação?

Ouçam isto:

Iam colocar em discussão pública as áreas temáticas e os conteúdos regionais por área curricular, disciplina do 1º ao 3º Ciclos. Muita coisa ia fazer a Secretaria Regional da Educação e Formação.

Iria definir ainda, até 9 de Abril de 2010, os perfis globais de desempenho por disciplina, por ano e por Ciclo. Pois nós e os açorianos gostaríamos de conhecer esses perfis.

Portanto, são essas questões que nós queremos ver agora esclarecidas para que os açorianos saibam concretamente do que é que estamos a falar, porque, convenhamos, a apresentação que a Sra. Secretária acabou de fazer, pouco esclareceu os açorianos e, portanto, é isso que nós queremos ver esclarecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou-me permitir parafrasear a Sra. Secretária Regional, para lhe dizer, como V. Exa. disse ontem aqui nesta casa: eu nem sei o que lhe dizer e muito menos sei o que é que a senhora quer que nós lhe digamos sobre uma Proposta de Decreto Legislativo Regional, que é uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma.

Para nós, Bloco de Esquerda, é lamentável que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional tenha chegado a nós da forma como chegou e é quase constrangedor.

Sra. Secretária, eu disse isto em Comissão e vou-lhe repetir aqui: o mau bocado que a Sra. Secretária está a passar é por uma única razão que se chama pressa e teimosia, porque lhe foi dada a possibilidade, em sede de Comissão, de adiar, de prorrogarmos o prazo e continuarmos, nós, a Sra. Secretária e o Governo, a trabalhar um documento que tivesse alguma coisa sobre a qual esta casa se pudesse pronunciar. A Sra. Secretária e a maioria parlamentar entenderam que não era preciso. Isso é lamentável, tal como é lamentável que aquilo que pomposamente se tem chamado a isto que aqui está, até ao nível da comunicação social, currículo regional.

Só este título, Sra. Secretária, merece respeito, merece empenho, merece carinho e até, em última análise, merecerá orgulho ter um currículo regional na Região Autónoma dos Açores, ter conteúdo de índole regional no currículo desta Região.

Agora, a forma como o Governo Regional tem tratado esta matéria retira-lhe toda a dignidade, todo o valor e toda a capacidade de consenso alargado, não só na classe docente, não só nos representantes legítimos da classe docente, mas a toda a sociedade em geral, porque é sobre ela e é para ela que este currículo é feito e, portanto, retirando-lhe valor e dignidade, em última análise isso não dignifica a Secretaria da Educação e Formação e não dignifica também V. Exa.

Portanto, como aqui já foi dito, eu não vou repetir toda a argumentação já aduzida por todas as outras bancadas, aquilo que o Governo Regional nos pede, e a Sra. Secretária em particular, é um cheque em branco, porque tudo aquilo que é verdadeiramente importante é atirado para regulamentação as metas, os conteúdos, a forma de formação de professores, tudo é relegado para regulamentação e então nós o que é que temos para nos pronunciarmos, é sobre a tais gavetinhas de que falava o Sr. Deputado Paulo Rosa? Não me parece que valha a pena trazer gavetinhas para o Parlamento se pronunciar. Cheques em branco não.

Lamentavelmente, e volto-lhe a dizer, o processo foi aquilo que foi e penso que ninguém, independentemente das críticas que possa estar sujeito os seus conteúdos quando eles existirem, aproveitou com esta pressa e a pressa, se calhar, tinha valido a pena ter-se transformado em calma, porque quando a Sra. Secretária Regional se queixou, como lembrou também o Deputado Paulo Rosa, de que uma vez era criticada porque fazia e outras vezes era porque não fazia, eu lembro à Sra. Secretária que, não uma, mas várias vezes, a senhora disse aqui nesta casa relativamente até a algumas propostas que – de repente lembro-me da história dos Açores – não se iria pronunciar e estava contra, porque isso faria parte do futuro currículo regional.

Ora, atirando tantas coisas para a gaveta do currículo regional, era suposto que ele surgisse com calma, bem recheadinho, bem anafadinho para que todos nós nos pudéssemos pronunciar sobre ele. Assim, continua a ser uma gaveta vazia, porque nada do que foi atirado para lá existe.

Na agenda também consta um diploma sobre a introdução do empreendedorismo nas escolas dos Açores. Eu pergunto onde é que nas tais disciplinas transversais,

eventualmente constantes deste currículo regional, em algum sítio deste diploma está escrita a palavra empreendedorismo, que é suposto constar também aqui?

Quanto a perguntas directas, Sra. Secretária, vou-lhe confessar que o Bloco de Esquerda desistiu de as fazer, porque ainda não houve uma única vez que a Sra. Secretária Regional nos tivesse feito a graça de nos responder, mesmo que seja agastada e aborrecida com a pergunta, objectivamente ao que nós perguntamos e, portanto, palavras para quê, perguntas para quê?

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(* **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria pela apreciação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo apresentou hoje a esta casa.

Como sabem, este processo, o processo da aplicação do currículo regional remonta a 2001 pela aprovação que fizemos então do Decreto Legislativo Regional 15/2001 e que abriu a possibilidade, no ordenamento jurídico regional, de dispormos de um currículo com características que atendiam à especificidade da Região.

Esta opção, na altura, foi uma opção, como alguns se recordarão, polémica, que não colheu o aplauso de todas as bancadas nem dos sindicatos do sector e também de muitas unidades orgânicas, nomeadamente recorde a posição renitente que o PCP teve então na aprovação desta iniciativa, por considerar que nós não tínhamos competência própria e que inclusivamente se revestia de ilegalidade, como alguns dos presentes se lembrarão, uma iniciativa deste teor. Como a memória é sempre útil, começo por recordar que avançámos com essa iniciativa e efectivamente essa ilegalidade não se veio a comprovar. Sobretudo, do nosso ponto de vista, inaugurámos algo que é substancialmente importante e que interessa neste debate também trazer à colação que é a possibilidade da Região dispor em matéria do âmbito pedagógico e deixar de ser, como tinha sido durante longos anos, uma Secretaria da Educação meramente de teor administrativo e, portanto, começámos a tratar as matérias pedagógicas com a devida relevância que elas deviam e podiam ter.

Evidentemente não nos parece, nem é esse o objectivo desta proposta, que ela contrarie de nenhuma forma ou que ela entre em contradição com o que é disposto no currículo nacional, com o que está patente na própria lei de bases do sistema educativo. A unidade nacional, como é bom de ver, tem de ser também em matéria de educação atendida, sendo certo que há especificidades regionais que devem e podem ser salvaguardadas.

Eu recordaria também, como aqui foi dito, embora com uma adjectivação talvez incompreensível, que houve uma suposta matriz que esteve em implementação no ano lectivo transacto. Evidentemente que essa matriz esteve e está em implementação através do Despacho 858, todos a conhecem, e, portanto, eu não percebo bem, mas se calhar os Srs. Deputados que utilizaram essa adjectivação poderão precisar por que é que a qualificam de suposta, porque parece-me que ela é concreta e não suposta nem eventual nas vantagens que me parece que esta proposta legislativa traz.

Nós não estamos a falar de um processo que se iniciou ontem ou que se iniciou há 15 dias quando esta proposta deu entrada na Assembleia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Há 15 anos!

A Oradora: Nós estamos a falar de um percurso que é conhecido de todos, que tem uma vertente legislativa e uma outra parte do trabalho que tem sido feito por uma comissão constituída no âmbito da DRE e que tem feito e produzido trabalho neste sentido, inclusivamente ao nível de produção de materiais e doutros aspectos que têm sido feitos no sentido da implementação desta matriz.

Como é evidente, uma matriz curricular e a implementação do currículo regional, também é bom de ver, não se esgota na apreciação nem na aprovação desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Este é o início, é o que permite que nós possamos depois continuar a dar passos neste mesmo sentido e eu gostaria aqui de destacar alguns aspectos, porque ainda não vi destacados pelos Srs. Deputados que intervieram antes de mim, que me parecem merecer atenção e que os Srs. Deputados, obviamente, depois terão oportunidade de se pronunciarem sobre se entendem se eles são relevantes ou não.

O primeiro deles, a dignidade conferida ao pré-escolar ao incluí-lo no desenho curricular que me parece que é inédita, não aconteceu antes, e que deve ter a nossa concordância - pelo menos tem a concordância do Partido Socialista - e que acautela áreas muito importantes e transversais, desde logo a questão, e ressaltando apenas essa, embora haja outras, da introdução da pesquisa e da experimentação logo ao nível do pré-escolar.

Depois, parece-me que a extinção duma panóplia variada de áreas curriculares não disciplinares que tínhamos e a congregação numa única área curricular, com mais carga lectiva semanal, pode vir a ser benéfica pela capacidade que terá de ter uma gestão flexível e integradora de todas essas componentes, ou seja, não se pode hoje querer que as TIC, por exemplo, sejam ensinadas desgarradas ou como uma disciplina em si, devem ser ensinadas numa área e envolvendo conteúdos de outras.

Depois há um foco claro nesta proposta na questão da literacia digital que, como sabemos, é fundamental.

Também há um acompanhamento que decorre da matriz que esteve em implementação e uma proximidade em relação a esta.

A preocupação que é visível coincide com a introdução do ensino experimental das ciências no 1º Ciclo de ensino e ao nível do pré-escolar.

A questão da formação transdisciplinar, a previsão de um par pedagógico que ninguém abordou, até os próprios sindicatos fizeram questão de ressaltar isso na Comissão, a importância da existência de um par pedagógico, por exemplo, no caso da cidadania, constituída pelo director de turma e por um professor com formação em TIC.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande novidade!

A Oradora: Também a questão da possibilidade de ao nível da EVC nós termos no 2º e 3º Ciclos, desde que tendo mais de 15 alunos, a possibilidade desse par pedagógico existir.

Em relação à contestação, evidentemente que eu concordo que o facto de nós podermos ter mais tempo para apreciação, teria sido benéfico e seria ideal para

todos. É evidente que da parte do Partido Socialista nós também apreciámos todos os pareceres com alguma pressa.

Pode ter dificultado, porque todos nós conhecemos como funcionam as nossas escolas, que têm que reunir em departamentos e que têm que reunir os vários órgãos de escola, mas não impediu que esta pronúncia fosse feita, aliás, de forma, como puderam ver, aprofundada.

O que eu quero com isto dizer é que a comparação partiu muito daquilo que foi a matriz experimental, se quiserem assim chamar, e o que é a proposta agora feita.

Mas se nós tivermos em atenção aquilo que é a previsão da carga lectiva que está contida nos Decretos-Lei 6/2001 e 7/2001, nós percebemos que esta proposta segue de perto aquilo que são os Decretos-Lei em muitos aspectos e, portanto, está com eles em consonância, mesmo ao nível da carga lectiva de final de ciclo.

Indo agora à questão que me foi levantada pelo Deputado Aníbal Pires, evidentemente que eu sei que o Sr. Deputado só poderia estar a fazer uma graça, porque evidentemente que eu distingo que estamos a falar do território nacional.

A questão que eu queria colocar, e tentando clarificar aquilo que eu disse em Comissão, é que esta situação não se põe por uma razão muito simples: o senhor como bem sabe nós hoje procedemos a uma avaliação de competências e, portanto, não é o facto da disciplina não estar contemplada como tal no 9º ano que vai impedir problemas de mobilidade, porque o senhor sabe muito bem que a nível nacional nós temos a questão da física e da química que levanta exactamente o mesmo problema e que o aluno quando chega à Região não há nenhum registo dum aluno ter sido prejudicado por ter tido uma disciplina que na Região não era leccionada ou vice-versa, e quando transita ter sido prejudicado por isso. Não há nota disso.

Por outro lado, foi nesse sentido, obviamente, que eu quis dizer que aquelas diferenças, como é o caso desta, não prejudicam de nenhuma forma mobilidade nem, no nosso entendimento, o poderiam fazer. É por isso que entendemos que a TIC, sendo leccionada no âmbito da cidadania, salvaguarda precisamente essa questão que foi levantada.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cabendo-me intervir depois da Sra. Deputada Cláudia Cardoso, gostaria de começar por dizer que apreciei a sua coragem e o esforço que fez para tentar justificar aquilo que é injustificável.

Na verdade, Sra. Secretária, em sede de Comissão apelei ao seu bom senso para, a exemplo daquilo que lhe disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, lhe dar a oportunidade de, em conjunto com todos os intervenientes da comunidade educativa, construir uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que servisse os interesses e os propósitos de uma área tão nobre como é a educação e o currículo regional.

Infelizmente, Sra. Secretária, assim não foi e gostaria de lhe dizer que na vida há momentos em que se ganha e em que se perde e a Sra. Secretária se tivesse perdido a oportunidade de hoje querer aprovar aqui à pressa esta proposta, eventualmente

teria ganho muito, mas teria ganho muito mais o currículo escolar e teria ganho muito mais o processo educativo na Região Autónoma dos Açores.

Foi com um misto de alguma satisfação, por um lado, mas de alguma preocupação, por outro, que eu constatei que há aqui uma proposta de alteração do Partido Socialista, alterando de dois para três momentos as aulas de educação física. Felizmente que assim foi, mas isso só veio dar razão àquilo que eram as preocupações que lhe foram expressas em sede de Comissão e que, Sra. Secretária, mostram efectivamente algo que também já aqui foi dito, que afinal, em termos de educação e nesta área curricular, mas supostamente também nas outras, não se sabe muito bem para onde vamos. Como presumo que a senhora saiba, a prática da educação física no 1º Ciclo do ensino básico é um factor fundamental para o desenvolvimento das crianças.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não está mal!

O Orador: Não está mal, Sr. Secretário, não está mal nem está bem, mas pode ficar muito pior...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor sabe de educação física, deve ter muito a dizer.

As piscinas são a sua especialidade!

O Orador: ... e temo que a sua ironia seja sinónimo de ignorância nessa área.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor é especialista em piscinas e em números. São 31 milhões de euros!

O Orador: A sua ironia e o seu riso não podem predizer outra coisa qualquer.

Quero-lhe dizer, Sr. Secretário, que ao nível da educação física os seus benefícios são fundamentais em todo o processo educativo e se o senhor não sabe a educação física ao nível deste ciclo...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Faça as contas e depois a gente fala!

O Orador: O Sr. Secretário, quando quiser falar de contas eu venho aqui falar de contas e não tenho qualquer receio em falar de contas consigo. Neste momento, Sr. Secretário, estamos a falar doutras contas, das contas que o senhor não conhece e de contas que o senhor não é capaz de compreender.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

O Orador: Eu estava a dizer, Sr. Secretário, que estamos num momento crítico das aprendizagens físicas e das qualidades motoras nesta área de ensino.

Não se ria Sra. Secretária, porque me mete dó quando a senhora se ri. Percebo que a senhora disfarce o seu mal-estar chutando para o lado com um riso que não é sorriso.

Como estava a dizer, ao nível do 1º Ciclo, esta fase é uma fase crucial, é um ciclo determinante na formação e no desenvolvimento das nossas crianças. São ciclos irrepetíveis e que a esse nível se as aprendizagens e o desenvolvimento de cada um desses ciclos não for feito, eventualmente nunca mais ele é recuperado.

Mas, Sra. Secretária, há ainda um outro aspecto particularmente importante...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Lina Mendes*): O senhor está baralhado!

O Orador: É como dizia a Sra. Deputada Zuraida Soares, a senhora, efectivamente, tem aqui uma capacidade de baralhar toda a gente, mas há aqui um outro aspecto muito preocupante, Sra. Secretária.

Nós vivemos neste momento, e presumo que a senhora o conheça, um momento complicado para a maior parte das nossas crianças. Os últimos estudos revelam, e presumo que os conheça, que os Açores ainda estão piores que o Continente em matéria de disfunção adiposa na maior parte das nossas crianças.

Deputado Francisco César (*PS*): Nas empresas municipais. É nessa matéria que os Açores estão mal!

O Orador: A maior parte das nossas crianças tem massa corporal a mais e os Açores estão no topo da tabela e por isso mesmo seria suposto que, num momento como este, Sra. Secretária, em vez da senhora reduzir a actividade física dentro das escolas, fizesse precisamente ao contrário e, se calhar, foi por isso que a senhora não respondeu a um aspecto muito importante quando lhe perguntaram quais são os estudos, o que é que têm, o que é que fundamentou essa decisão de reduzir a educação física para dois tempos semanais de 45 minutos, quando os próprios 45 minutos são contraproducentes e insuficientes, porque uma aula de educação física precisa de 10 minutos para despir, 10 para vestir e 30 minutos, no mínimo, de prática para que se exerça a função que a educação física deve ter nas crianças e no seu desenvolvimento.

Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*) e **Paulo Estêvão** (*PPM*): *Muito bem!*

O Orador: Por isso mesmo, Sra. Secretária, como é que nós numa sociedade em que todos os dias falamos na promoção/destinos de vida saudáveis, assistimos numa Região como esta, que já foi pioneira na implementação e no incremento das actividades físicas, a uma redução tão significativa sem qualquer justificação como aquela que aqui apresenta?

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Helder Silva)

O Orador: Sr. Deputado, para si eu também tenho algumas que a seu tempo hão-de chegar lá. Aliás, o senhor esteja descansado que nós lá chegaremos.

Por isso, Sra. Secretária, estamos em presença de um diploma muito importante, não só na área da educação física, mas em todas as outras áreas.

É o processo educativo na Região Autónoma dos Açores que está em causa. É o futuro, é a educação de todas as crianças açorianas, é o futuro dos nossos filhos.

Termino quase como comecei a minha intervenção: neste momento, Sra. Secretária, ganhava muito mais se hoje aqui tivesse a humildade de perder, assumindo que este diploma precisava de ser trabalhado e que os agentes da comunidade educativa, aqueles que nela estão envolvidos, tivessem uma participação muito mais activa.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A posição do PCP relativamente a esta questão e naquela que diz respeito a 2001 quando se introduziram no sistema educativo na Região alguns conceitos que supostamente pretendiam regionalizar vários aspectos, a posição do PCP foi aquela que foi e que decorre daquilo que está na Lei de Bases do Sistema Educativo e que, de facto, aponta para a introdução e para a possibilidade de que as regiões possam introduzir conteúdos e não alterar os currículos.

Mas quero-lhe dizer, Sra. Deputada Cláudia Cardoso, que neste momento a questão não reside aí, aliás há claramente uma atitude de abertura para que possamos trabalhar nesse sentido, mas nunca com a metodologia e com a forma como o Governo Regional tem conduzido este processo.

Eu abstenho-me de referenciar o facto, porque já foi referenciado, de neste período de tempo nada ter sido cumprido, nada ter sido produzido e, aliás, foi perfeitamente notório que a anterior tutela deixou cair a questão do currículo regional.

Quanto ao facto do Partido Socialista em 2001 ter inaugurado uma nova era na educação, é verdade, foi uma era de martírio, de calvário para as escolas e para os professores. De facto, é verdade, Sra. Deputada, uma era de sacrifícios, de martírio, um calvário. Isso foi o que os senhores inauguraram.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Olhe que não!

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Já não se lembra!

O Orador: A quem é que eu já ouvi isso?

Deputado Francisco César (PS): Já não se lembra!

O Orador: Então não lembro! Eu tenho uma memória que é uma coisa terrível. Aliás, a propósito de memória começa-me a fazer aqui saudades algumas questões que depois referirei na parte final da minha intervenção.

Relativamente à questão da experiência ou da implantação, a questão é a seguinte: a senhora não compreendeu e não quis compreender, porque, como eu já aqui afirmei, V. Exa. é dotada de uma grande inteligência, reconheço, e julgo que não está com nenhum problema ao nível auditivo.

A senhora não compreendeu, porque não quis compreender, porque aquilo que eu disse foi que aquilo a que vocês chamam uma experiência, ela não pode ser considerada uma experiência, porque aquilo foi uma generalização duma matriz curricular.

Mais:

As experiências avaliam-se e esta não foi avaliada ou se o foi ninguém tem conhecimento da avaliação que foi feita.

Há aqui uma outra questão, Sra. Deputada Cláudia Cardoso, que eu gostava de colocar: logo no início das intervenções, quando estamos a avaliar, e independentemente até do sentido de voto que pretendemos dar, normalmente a abordagem que faço é realçar alguns aspectos positivos e vou-lhe dizer claramente por que é que eu, neste caso, não o fiz.

Posso até concordar com os que enumerou, até posso encontrar lá outros, agora nunca o faria depois da metodologia que foi utilizada para a apresentação desta iniciativa por parte do Governo.

Portanto, um assunto desta natureza, pela importância que se reveste, teria de ter um envolvimento e uma discussão pública ampla e não pode ser imposto, com toda a legitimidade que o Governo tem, desta maneira, Sra. Deputada. É isso que me leva a não valorizar nenhum aspecto, nem o inicial nem as propostas de alteração que sucessivamente estão aqui a cair na bancada. Não sei se virá mais alguma. Possivelmente virá, porque vocês têm tanto para emendar.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não concorda?

O Orador: Não. Já lhe disse que sobre esta questão a minha discordância se situa no plano da metodologia que foi utilizada para trazer esta iniciativa ao Parlamento. Quanto à resposta que me deu relativamente à questão que lhe coloquei, o que lhe posso dizer é que podia ter utilizado exactamente esse argumento na Comissão e não o utilizou, utilizou foi o dos cidadãos estrangeiros e que isso não oferecia nenhum tipo de dificuldade.

Para terminar quero-lhe dizer o seguinte, Sra. Deputada Cláudia Cardoso:

Estou a ficar com saudades das suas intervenções cheias de fulgor, de assertividade, de acutilância, a sua retórica, o brilhantismo das suas intervenções e isso só pode ficar a dever-se a uma coisa, é à opacidade da intervenção da Secretária Regional da Educação e Formação e ao seu esforço meritório para assumir a defesa daquilo com que possivelmente até nem concordará.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira palavra que gostava de aqui deixar era de lamento. E de lamento porque estamos na presença de um diploma que tinha todas as condições para ser um diploma consensual, um diploma que poderia unir todas as forças partidárias à volta do seu conteúdo e da sua importância. E de lamento ainda porque este diploma se viu transformado num diploma fracturante e, sobretudo, num diploma desligado da comunidade educativa que nele, pelos pareceres que recebemos, não se revê. E todos nós sabemos que não vale a pena fazer leis se os professores, se a comunidade educativa, de uma maneira geral, não acredita e não se revê nessas leis, ...

Deputados Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... porque essa é a primeira condição para o sucesso de uma qualquer intervenção legislativa na área da educação.

Depois gostava de dizer que procuro por ser um homem de fé e por isso, enquanto a Sra. Deputada Zuraida Soares diz que já perdeu a sua fé e esperança nas respostas da Sra. Secretária, eu vou ainda ter fé em que ela responda a algumas questões que são importantes para podermos melhor avaliar este diploma.

A primeira questão que gostava de colocar à Sra. Secretária tem a ver com uma afirmação que aqui fez na introdução ao diploma, quando disse, referindo como um dos seus aspectos positivos, que ele representava um aumento da carga horária

nas disciplinas de Português e Matemática e eu gostava de perguntar à Sra. Secretária se este aumento da carga horária nas disciplinas de Português e Matemática se verifica por comparação a quê?

Segunda questão: nesta nova matriz curricular que está aqui à discussão, a disciplina de Ciências Naturais, no 3º Ciclo, foi a mais penalizada em termos de carga horária. Ora, nós sabemos que a maioria dos alunos das nossas escolas escolhe, no secundário, o curso de Ciências e Tecnologias e para esse curso é estruturante e é pré-requisito essencial o domínio das competências das Ciências Naturais no 3º Ciclo. A questão que eu gostaria de colocar directamente à Sra. Secretária é a seguinte: o Governo garante que, ao ter apresentado esta proposta de alteração, acautelou que este facto não vai provocar distorções nem se vai reflectir negativamente nos conhecimentos dos alunos à saída do 3º Ciclo e, por consequência, afectar negativamente o seu desempenho no Ensino Secundário?

A terceira questão que gostava de colocar à Sra. Secretária é a seguinte: na introdução deste diploma diz-se que ele aparece na sequência de um processo de auscultação a um amplo conjunto de entidades que, de forma directa ou indirecta, se relacionam com o sistema educativo regional.

Eu gostava que a Sra. Secretária Regional nos dissesse quais as entidades que foram ouvidas e que sobre ele deram parecer?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(* **Deputada Graça Teixeira (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tentando falar após diferentes Srs. Deputados já o terem feito, tentarei corrigir algumas inverdades que aqui foram ditas.

Começarei por citar e quase que me associar à frase que o Sr. Deputado Rui Ramos proferiu: “ninguém ama o que não conhece”. Continuarei a amar aquilo que conheço e julgo que dentro da bancada do PS continuaremos sempre amar as nossas escolas, a nossa Região e continuaremos a lutar para que nas nossas escolas tenhamos alunos, professores, comunidade educativa cada vez mais satisfeita.

Deputado Rui Ramos (PSD): Desde que não seja em cima do joelho ou à papo-seco!

A Oradora: Não se trata de reformas em cima do joelho nem se trata de questões. Parece que as pessoas que estão a falar não conhecem o que é a escola.

Começaria por referir as inverdades que foram aqui feitas relativamente ao currículo regional, que dizem que nada foi feito e que nada existe sobre o currículo regional.

Eu aconselharia a leitura da Resolução 124/2004, de 9 de Setembro. Todos a conhecemos.

Deputado Costa Pereira (PSD): E para que é que serviu?

A Oradora: Sr. Deputado, ouça que eu também o ouvi e não o incomodei durante a sua intervenção.

Para além disso sabemos que o que está aqui em análise é uma matriz curricular que foi e que está testada e que, no fundo, o que se está aqui a fazer é tentar, com

que as áreas curriculares em que tivemos pareceres, reajustar aquilo que deve ser reajustado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Ouça quem trabalha no terreno!

A Oradora: O que estamos a aprovar é uma matriz curricular e todos os que estamos aqui sabemos é que esta matriz vai ser e terá conteúdos de âmbito regional que nunca poderão ir contra, desfazer nem deixar de conter o que está preconizado no Decreto-Lei 6/2001, realçando sempre que neste momento, e todos sabem e é público, estão no terreno desde o início do ano em trabalho 53 professores, que têm equipas elaboradas, que têm dado conhecimento à escola e à tutela do trabalho que está a ser feito.

As escolas não estão de costas voltadas para o que está a ser feito, as escolas estão a participar nesta iniciativa.

A nós compete-nos, neste momento, aprovar uma matriz curricular, uma matriz curricular que é...

Deputado Rui Ramos (PSD): É turva! Nem é claro nem é escuro!

A Oradora: Não é escuro nem é claro, é claríssima.

Para além disso ninguém está aqui a pôr em causa trabalho e a não auscultar as escolas e a dizer que o tempo foi pouco. Podemos sempre dizer que o tempo é pouco, como também leu aqui e todos os Srs. Deputados leram aspectos menos bons e aspectos até muito positivos em relação à matriz que está em causa.

É sempre possível dizermos que o tempo é pouco para análise de determinado documento. O tempo é o tempo psicológico, é o tempo que lhe quisermos dar e a prova é que este tempo foi suficiente para produzir os documentos que recebemos,

...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não foi!

A Oradora: ... foi suficiente para reflectir e reajustar aquilo que se pretende para um currículo do ensino básico.

Verificamos também que em muitos destes pareceres a sua principal preocupação e a preocupação das escolas, e todos nós temos esta capacidade de ler e analisar, é dizer que os alunos passam muito tempo na escola, os alunos não têm tempo para brincar, os alunos não têm tempo para estar com as famílias, os alunos não têm tempo para as actividades extra-curriculares, mas quando se pede para repensar os tempos das suas disciplinas, nenhum é capaz de dizer que pode prescindir do tempo lectivo das suas disciplinas, reconhecendo que todas as suas aulas e todas as disciplinas são extremamente importantes e todos reconhecemos que são importantes, senão não estariam no currículo do ensino básico e não estariam preconizadas, mas sejamos coerentes e sejamos verdadeiros.

Não podemos estar a falar numa escola só de professores, estamos a falar de uma escola de alunos que são os nossos principais clientes, clientes no sentido escola, porque a escola não é só professores.

Para além disso quando falamos na carga horária semanal de todas as disciplinas, todas são insuficientes e ninguém pode prescindir dum tempo que seja.

Outro aspecto importante a referir é que esta matriz curricular dá a liberdade às escolas perante o seu projecto educativo, perante a sua realidade, perante a forma como entende a sua gestão autónoma e a sua gestão como deve fazer e entender, dá a possibilidade à escola de gerir esses tempos e gere-os e de que maneira.

Relativamente às ciências, por exemplo, tem uma carga indicativa que é mínima e tem uma carga indicativa máxima.

Ora, vejamos:

Quando nos dizem no 3º ciclo que há o mínimo de blocos a ser ministrados, não significa que cada uma das escolas fique pelos mínimos, atendendo a que ela pode chegar aos máximos.

Se calhar isto é um pouco a resposta ao Sr. Deputado Costa Pereira que não verificou que as ciências naturais não perderam nenhuma carga lectiva, as ciências naturais continuam a ter no final de ciclo, se assim o entender, os mesmos tempos lectivos que tinham anteriormente, tal como a físico-química, tal como a geografia, tal como a história, basta a escola entender e que os professores dessas disciplinas sintam que esses tempos são necessários para cumprir aquilo que preconizam.

Há uma outra inverdade que aqui foi referida e focar-me-ei nela com o devido cuidado e o respeito que me merece.

Os alunos das nossas escolas, e todos nós por vezes aqui nos sentimos um pouco defraudados com aquilo que tanto investimos, que tanto queremos e que tanto pedimos à escola, sentem que algo não está a correr da forma como se preconizava, ou seja, o investimento que está a ser feito não está a colher os frutos que pretendíamos a curto prazo, porque em educação todos sabemos que tal não é a forma tão rápida de o atingir, mas quase que me apeteceu justificar e pensar que neste momento a obesidade que existe na nossa sociedade é, e só faltou dizer isto, culpa da escola e que todos somos responsáveis por termos meninos gordos na escola.

Eu defendo a educação física nas escolas desde o primeiro ciclo, mas para além disso falta outra formação e outros hábitos familiares que os nossos alunos e que os nossos meninos, infelizmente, deixaram de ter, deixaram de brincar na rua, deixaram de correr, porque o tempo torna-se...

Deputado Rui Ramos (PSD): O que é preciso é pensar com qualidade!

A Oradora: Claro, Sr. Deputado, então voltamos à questão: o tempo na escola é muito e quando se tenta reduzir no tempo das disciplinas, ninguém pode mexer nas disciplinas de cada um, porque são sagradas. Vamos ver se nos entendemos.

Neste momento nós precisamos, sim, no âmbito do espaço de cidadania também trabalhar os hábitos alimentares e cada vez mais impedir que algumas coisas sejam feitas e que sejam mantidas ao nível das famílias, porque é muito mais fácil comprar um pacote de qualquer coisa que seja do que fazer uma sandes e mandá-la para a escola com o menino, para além do refrigerante em vez do copo de água e tudo o resto que conhecemos.

Estas são questões de demasiada importância para serem ditas desta forma.

De facto é o tempo que dedicamos à nossa escola, que faz com que a nossa escola seja tão importante para nós.

Muito obrigada.

Deputado José Lima (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve para finalizar a minha participação sobre esta matéria, uma vez que não há muito mais a dizer sobre a proposta em apreço.

Quero deixar sinalizadas apenas algumas ideias.

Eu penso que em relação ao currículo regional o que nós temos aqui é uma enorme dificuldade em implementar o currículo regional com o currículo nacional tendo os mesmos tempos lectivos à disposição e nesse sentido é óbvio que a proposta que tive a oportunidade de apresentar há uns meses atrás tinha essa vantagem objectiva. O que nós temos em relação a esta questão do currículo regional é uma coisa muito simples e muito prática. Não falo de estudos, não falo de programas, não falo de calendarizações, falo apenas de uma realidade concreta, é que os senhores governam desde 1996 até 2010 e vão governar até 2012 evidentemente, e durante todo este período ensina-se na escola história dos Açores? Não se ensina história dos Açores. Ensina-se geografia dos Açores? Pouco. Ensina-se cultura açoriana? Pouco e, portanto, ensinam-se várias especialidades.

Eu tive a oportunidade de vos mostrar um manual que escolhi ao acaso, um manual do 9º ano e que tinha uma linha sobre a história dos Açores e é isso que está a ser ensinado às nossas crianças.

Os senhores governam desde 96, como gostam de recordar, e têm algum resultado concreto a apresentar nesta área? Não.

Este diploma traz alguma coisa de concreto em relação a esta matéria? Também não. Remete para não sei quando.

Portanto, o que nós temos aqui é realmente uma ineficácia absoluta nesta matéria, que é fundamental em relação à autonomia e os senhores falam tantas vezes da autonomia, mesmo hoje de manhã discutiram a questão da autonomia, de quem era a paternidade da autonomia e os senhores nem sequer têm ensino nas escolas açorianas e há 14 anos que têm esta responsabilidade objectiva. Os senhores que são os grandes defensores da autonomia deveriam ter a preocupação de ensinar às crianças dos Açores o que é que é a autonomia, como é que funciona o nosso sistema político. Deviam explicar-lhes isso, deviam ensinar o significado do esforço que foi para muitas gerações açorianas a conquista da autonomia e os senhores ainda não ensinam isso.

A verdade é que agora este diploma não traz sobre esta matéria nada de novo, nem novo nem velho, não traz nada e depois com a agravante da casa mãe da autonomia ficar excluída do futuro debate destes conteúdos regionais. Isso é outra matéria de enorme gravidade.

Quando nós estamos a falar no currículo regional, o que os senhores querem que o Parlamento aprove é o seguinte:

Nós não temos nada para vos dizer sobre o currículo regional.

Em relação aos conteúdos, não fazemos a menor ideia, não nos dão uma ideia sobre essa questão, mas aprovem lá. É evidente que o Parlamento não vos pode dar uma resposta positiva em relação a essa questão e eu percebo que a vossa vulnerabilidade é imensa nesta área.

Portanto, quero frisar bem que compreendo que em relação à criação dum currículo regional e compatibilizá-lo com o currículo nacional, é algo que os senhores vão ter que conseguir fazer, agora têm é enormes dificuldades e mais: têm um passado

de negligência que já soma 14 anos. Em relação a essa questão esta é a primeira linha de abordagem, que fique bem assente.

Em relação às falhas técnicas, eu quero elogiar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para que os senhores vejam bem que eu não sou faccioso em relação à análise que faço desta questão, porque as modificações que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez foram bastante positivas.

Dou-vos aqui este elogio, porque a proposta do Governo Regional, como já tive oportunidade de demonstrar, por exemplo, em relação à proposta de religião e moral, aquela proposta é uma vergonha para a história do Partido Socialista e mais do que isso, é uma coisa que podem remeter como exemplo para a Liga Norte em Itália: olhem lá, como é que nós resolvemos aqui o problema da educação cívica e da religião? Vejam o exemplo do Governo dos Açores.

Evidentemente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista modificou esta asneira e muito bem, eu aplaudo-vos por essa medida.

Relativamente também à criação da possibilidade das escolas poderem optar nalguma coisa, em termos do seu currículo, essa proposta é muito boa, porque a do Governo era mais uma barbaridade e, portanto, eu aplaudo-vos em relação a essa questão, que era também uma questão essencial.

Mais um histórico que é fundamental: ...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Berto Messias)

Deputado Helder Silva (PS): Ele não gosta é que o Sr. Deputado lhe conte histórias!

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias não gosta que eu fale em história, mas eu tenho que falar, porque isto tem a ver com a vossa história, a história do Partido Socialista.

... quem é que criou, Sr. Deputado Berto Messias, as áreas curriculares não disciplinares em Portugal? Não sabe? Foi o Partido Socialista.

Quem que é chegou à conclusão de que isto é uma asneira? O Partido Socialista.

Meus senhores, esta asneira é vossa, mas o problema é que podiam ter aproveitado para alterar todas as asneiras como, por exemplo, quem é que fez, Sr. Deputado Berto Messias, a asneira de reduzir para 45 minutos os tempos e que não se pratica em lado nenhum da Europa? O Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, eu não sou participante neste debate.

O Orador: Quem é que vai acabar por a resolver?

Espero que os senhores até 2012 façam alguma coisa e que modifiquem também esta matéria, porque também era importante.

Termino, dizendo que, apesar das alterações que os senhores introduziram, a proposta é tão má, tão má, tão má que o PPM vai ter que votar contra esta proposta, porque a minha proposta, em relação a esta matéria, é mais sintética: em vez que propor uma alteração do Decreto Legislativo Regional, proponho-vos uma alteração da Secretária Regional da Educação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou levar muito tempo nesta intervenção, porque eu tenho a certeza que a nossa bancada do Partido Socialista tem pessoas muito mais qualificadas do que eu para debater este documento.

Queria só esclarecer esta casa, todos os açorianos e principalmente o Sr. Deputado Francisco Álvares sobre aquilo que ele tentou dizer, que eu, sinceramente, não percebi, mas queria só dar uma achega.

Em minha opinião nunca a escola deve ser o cerne principal para a aprendizagem dos hábitos de vida saudáveis. Dá uma grande ajuda, sem dúvida alguma, mas nunca será o cerne principal.

Em relação aos estudos científicos que o Sr. Deputado falou, realmente os estudos científicos sobre a obesidade infantil são todos com amostras da população escolar, nomeadamente no ensino básico, mas em nenhum artigo científico, que eu tenha conhecimento, e posso-vos indicar a si e a todos aqueles que se referem a esses artigos, dá indicação de que a culpa do índice da obesidade infantil deve-se àquilo que é feito em actividade física dentro das escolas. Isso eu garanto-vos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso não tem nada a ver!

Deputado João Costa (PSD): Como é que o senhor explica uma coisa que não percebe?

O Orador: A Organização Mundial de Saúde, Sr. Deputado, diz que há realmente a necessidade de aumentar a actividade física no dia-a-dia da criança e não na escola.

A obesidade de que o Sr. Deputado fala tem vários factores para a sua incidência, como deve saber, mas também sabe que o combate dessa mesma obesidade depende das escolas, do Governo, instituições públicas, clubes e principalmente de autarquias, porque estas é que estão em contacto directo com as populações e dentro da população as famílias, principalmente os encarregados de educação ou os pais.

Portanto, se as autarquias investissem mais e incidissem mais em projectos para a qualidade de vida para os seus munícipes, logicamente que esse mesmo índice de obesidade reduzia bastante.

Quando nós nos esquecermos de que a importância são as pessoas e não os projectos de arquitectura, provavelmente os hábitos de vida vão melhorar também nos Açores.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O importante são as pessoas e não as grandes obras que o Governo faz!

O Orador: Mesmo assim, os deputados do PS realmente fizeram com que se mantenham os três segmentos que se diz que são pertinentes para o desenvolvimento da aptidão e actividade física dos nossos alunos. Conseguimos isso e esperamos que votem favoravelmente também.

Sr. Deputado, isto é ou não arranjar medidas para combater a obesidade infantil de que falou e principalmente os hábitos de qualidade de vida aqui na Região?

Sr. Deputado, não se esqueça também que esta Secretaria, que tutela a educação, tem feito muito e disponibilizado muitas verbas para que melhore a qualidade de vida na Região.

Deputado Rui Ramos (PSD): Dito dessa maneira até parece!

O Orador: Vamos falar, por exemplo, nos espaços físicos com a qualidade que nós temos e que mesmo após a hora dos alunos estarem lá, esses mesmos espaços estão disponíveis para a prática desportiva, para diferentes modalidades, para o treino do gesto técnico que eles têm preferência.

Há outra situação de que o Sr. Deputado, talvez, se esqueceu, mas eu vou relembrar-lhe, já que falou da obesidade e dum termo que eu nunca ouvi falar cientificamente, devo dizer-lhe que, quer a neuro, quer a músculo plasticidade humana não se desenvolvem com apenas duas ou três horas por dia, nas idades sensíveis das nossas crianças. Essa plasticidade desenvolve-se com muitas e muitas horas por dia e os alunos não estão essas horas todas na escola, Sr. Deputado, os alunos estão no dia-a-dia em casa com as famílias e é a partir daí que há esse mesmo desenvolvimento.

A escola dá a achega e se os senhores aprovarem, tal como nós queremos aprovar os três segmentos, é uma achega para colaborarmos com a família, com a comunidade, com os autarcas, com o Governo para que criemos exactamente esses mesmos hábitos de vida saudáveis que pretende.

Tenho dito.

Deputada Catarina Furtado (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Deputado não percebeu, mas explicou!

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Eu presumo que estamos a aproximar-nos do final deste debate e não gostaria que ele acabasse sem eu ver esclarecidas três dúvidas com que o iniciei e vim para ele e ainda não as vi respondidas em nenhuma das intervenções.

Eu vou reformular estas minhas três dúvidas, não fazendo questão de quem me possa responder, mas agradecendo evidentemente que alguém o faça.

A primeira questão que eu gostaria de ver esclarecida é a seguinte: foi dito aqui variadíssimas vezes, sobretudo por intervenções da bancada da maioria que, no fundo, a maior parte, eventualmente a totalidade, das alterações introduzidas por este diploma decorrem da matriz que esteve em implementação ao longo deste anos, matriz de aproximação ao currículo regional e a Deputada Cláudia Cardoso chamou-lhe até e bem uma matriz experimental.

A minha questão é se estas alterações decorrem da avaliação que necessariamente teve que ser feita a esta tal matriz experimental, onde é que está a avaliação exaustiva dos resultados, das dificuldades, do sucesso ou do fracasso desta matriz experimental? Todos os Deputados e Deputadas desta casa têm o direito a ter

acesso a esta documentação. Esta é a primeira questão que eu gostaria que o debate não acabasse sem ver resolvida.

Segunda questão: eu pergunto claramente ao Governo Regional e à bancada maioritária se não vos incomoda a violência das críticas da totalidade dos pareceres emanados pelas escolas, que é como quem diz, pelos professores desta Região?

É evidente que as Sras. e os Srs. Deputados podem sempre desvalorizar esses pareceres, dizer que não concordam com eles, que todos eles foram feitos de má fé, por razões egoístas ou corporativas, mas dificilmente os podem ignorar e a minha questão é se não vos incomoda e se acham que essa é a forma de contribuir para o consenso generalizado que esta iniciativa do Governo Regional merecia e exigia que se criasse na sociedade.

A última questão tem a ver com educação moral e religiosa ou cidadania e eu pergunto: ...

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Não é assim, Sra. Deputada!

A Oradora: Sra. Secretária, cidadania e educação cívica é a mesma coisa.

... Os seus conteúdos são antagónicos, são alternativos, são um tipo de castigo por turnos ou, em última análise, uma criança – estou a falar do diploma, não estou a falar da proposta de alteração do Partido Socialista – que cresce estruturada pelos valores religiosos está impedida de crescer estruturada nos valores da cidadania?

O que o diploma tem é isso e esta proposta de alteração é a constatação de que não é com a cidadania que se vai fazer a alternância, mas com uma outra disciplina ainda a criar pelas escolas, porque, na realidade, aquilo que estava em cima da mesa é que uma criança tinha que escolher em termos de formação em educação cívica, cidadania, valores do civismo ou então educação moral ou religiosa, como se elas tivessem que ser absolutamente antagónicas ou então um castigo por turnos, ora um, ora outro.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não pretendia fazer uma segunda intervenção, porque penso que o diploma já está exaustivamente debatido na generalidade, mas de qualquer forma o Deputado Aníbal Pires levantou uma série de considerações e interpelou-me mesmo nesse sentido e por essa razão faço esta segunda intervenção.

O primeiro aspecto tem a ver com algo que foi dito nas várias intervenções, e a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda também falou disso, que me parece útil ressaltar aqui.

Há uma certa dramaticidade nesta questão dos pareceres enviados pelas escolas e eu gostava de colocar à vossa consideração esta questão que me parece importante: Como sabem, em matérias deste teor que são estruturantes e importantes para as escolas, o consenso é algo que é muito difícil de obter e acho que aqui estamos todos de acordo.

Em 2001, quando esta matéria se discutiu, não houve também consenso e houve um mês ou mais para a pronúncia sobre o diploma que estava em apreciação.

Numa matriz curricular, como é óbvio, e os pareceres dão bem conta disso, cada grupo disciplinar, cada departamento quer mais tempo, mais carga lectiva para si, o problema é nós conseguirmos conjugar a pretensão da EDT, das Ciências Naturais, das Físico-químicas com a redução lectiva que os pais e os encarregados de educação pedem para as crianças, sobretudo ao nível do 1º Ciclo. Isto é impossível, não podemos ter o melhor dos dois mundos, não podemos ter, como sabem, “sol na eira e chuva no nabal”.

Portanto, é esta a questão e não vamos dramatizar o consenso, porque, como bem sabem, o consenso nestas matérias, independentemente do tempo para apreciação, não é fácil.

Depois eu bem sei que a discussão de hoje não é discussão de ontem e não quero fazer deste momento do Parlamento Regional a RTP-Memória, mas também é importante, Sr. Deputado Aníbal Pires, recordar o que disse o PCP, pela voz do então Deputado Paulo Valadão na altura e o que ele dizia era o seguinte: “Estamos perante uma profunda reforma de todo o sistema educativo,...” – falava do sistema educativo nacional, o 6 e o 7 de 2001 – “... mas essa profunda reforma ainda será mais profunda na nossa Região com a implementação do Decreto Legislativo agora em apreciação, se ele não foi considerado ilegal, conforme nós esperamos”.

Portanto, Srs. Deputados, qualquer passo dado no caminho do currículo regional, parece-me a mim que o PCP sempre esteve contra e está hoje contra, quer seja com esta matriz ou com qualquer outra. Isto parece-me que é muito importante.

Os senhores falaram das propostas de alteração apresentadas pelo PS e eu devo dizer nestas propostas de alteração, que o Deputado do PCP tentou explicar a não apresentação de propostas por parte do PCP.

Isto para mim só revela uma coisa, e não é boa para o PCP, revela que os Deputado do PS leram, acolheram, compreenderam algumas das preocupações das unidades orgânicas e acataram. Cá estão elas nas nossas propostas.

Contrariamente ao que diz a Deputada Zuraida Soares, nós não ignoramos, nós ouvimos, lemos, compreendemos e acatamos e aceitámos aquelas que iam de encontro àquilo que é também o nosso entendimento em relação a esta organização. É por isso que compreendemos algumas e que elas aqui estão.

Isto significa que houve trabalho da nossa parte, o mesmo não se pode dizer da vossa parte.

A posição de não apresentar propostas de alteração, para mim só significa que os senhores não quiseram dar-se ao trabalho, os senhores não quiseram propor também melhorias a este diploma e esta é a profunda diferença que nos separa.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi aqui dito, como crítica, que se apressou a iniciativa para ganhar tempo, mas é mesmo isso. Em educação o tempo é precioso...

Deputado Rui Ramos (PSD): 2001!

A Oradora: ... e nós queremos que o arranque do ano lectivo decorra com normalidade.

Mais tempo não significa maior qualidade na apreciação, mais tempo para discussão não significa maior qualidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para si não!

A Oradora: As escolas e os alunos precisam do currículo regional e, pelos vistos, na interpretação da oposição, não é importante o currículo regional, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É tão importante que os senhores não querem discutir a sério!

A Oradora: ... não é importante os alunos terem inglês no 1º Ciclo, não é importante os alunos terem mais carga horária e aproveitamento para dizer que é mais carga horária relativamente à nacional, mais carga horária em português, por exemplo no 3º Ciclo mais um bloco e meio, cada bloco são 90 minutos, em matemática mais bloco e meio, em língua estrangeira mais um bloco, em história e geografia mais um bloco, em ciências naturais e físico-químicas mais um bloco.

Também não deve ser importante ter um espaço para a abordagem das questões da formação pessoal e social e da cidadania.

Eu interrogo-me: os partidos da oposição não devem considerar isto importante? Nós, Governo, consideramos importantíssimo o currículo regional para os nossos alunos, para as nossas escolas. É uma forma de dar uma resposta adequada às necessidades dos nossos alunos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E a educação sexual, Sra. Secretária?

A Oradora: A tutela e os professores trabalharam em conjunto, reunimos especialistas e professores das nossas escolas e, partindo duma avaliação da matriz curricular que foi posta em prática este ano lectivo, temos pareceres das diversas escolas, que foram entregues. Esteve em discussão pública durante 30 dias a matriz curricular que serviu de aproximação ao currículo regional.

Portanto, nós não carecemos de mais apreciação, nós temos é que ganhar tempo, porque o tempo é útil e nós pretendemos mais trabalho, mais rapidez e mais qualidade, isto sem dar nas vistas, porque, pelos vistos, o que está a preocupar os Srs. Deputados é as equipas trabalharem e ninguém saber o que é que elas estão a fazer.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Com certeza!

A Oradora: Nós temos especialistas em currículo e professores das escolas, que eu acho que entendem mais desta matéria do que os senhores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem? Que conversa é essa?

A Oradora: Temos especialistas em currículos a trabalharem nesta matéria.

As questões e as orientações metodológicas e avaliativas não estão aqui contempladas, tal como não estão no diploma nacional e não é obrigatório que aqui estejam, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A senhora copiou um erro!

A Oradora: ... porque são matérias muito específicas, são matérias de foro pedagógico que eu julgo que os Srs. Deputados não estarão à altura de as discutir. Obrigada.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(* **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma questão em que me parece que a bancada do Partido Socialista, nomeadamente pela intervenção da Deputada Graça Teixeira, pretendeu trazer aqui alguma confusão.

A questão do tempo, pelos menos por parte do Deputado do PCP, não tem nada a ver com os pareceres que foram dados às escolas ou que nos foram dados a nós, o problema tem a ver com o não envolvimento da comunidade educativa e da sociedade açoriana relativamente a esta matéria. Isso é outra questão e não tem nada a ver com o tempo que foi dado, quer aos deputados, quer às escolas, para a elaboração de pareceres. Nada disso e não venha confundir os coisas.

Daquilo que foi dito, nomeadamente por mim, na Comissão dos Assuntos Sociais quando estivemos a apreciar este diploma, foi exactamente isso que lá está dito e quem quiser ver vá ao relatório da Comissão dos Assuntos Sociais. Essa questão nunca foi colocada aqui.

Portanto, não venha mistificar esta câmara e quem nos está a ouvir fora dela, porque isso não tem sido o argumento.

De resto, a Sra. Deputada depois limitou-se a tentar dar-nos algumas lições sobre nutrição, mas que, sinceramente, dispenso e sobre isso posso eventualmente até dar-lhe alguns conselhos.

Aliás, o Deputado Carlos Mendonça veio também a terreiro falar duma questão que eu achei, no mínimo, estranha e disse que não competia à escola a responsabilidade pela introdução de hábitos de vida saudáveis.

Ora bem, o Partido Socialista não tem feito mais nada, neste longo calvário, neste longo martírio, do que introduzir competências e obrigações à escola que não devem ser exclusivamente da escola.

Mas há aqui ainda uma outra coisa que o senhor não referiu, é que ter hábitos de vida saudáveis, nomeadamente ao nível da alimentação, custa caro e os açorianos ganham pouco.

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Relativamente à intervenção da Sra. Deputada Cláudia Cardoso, eu gostava de perguntar: o que é que a Sra. Deputada não percebeu da minha intervenção? Eu fui claro relativamente à posição do PCP.

Queira o Partido Socialista e terá o apoio do PCP, não só para a questão dos conteúdos regionais como para a possibilidade de termos aqui um currículo regional.

Se a senhora me disser: não é igual à posição de 2001, certamente que não é, porque depois de 2001 muita coisa aconteceu.

Não houve alteração da lei de bases do sistema educativo, mas houve muitas outras alterações o que implica necessariamente alteração relativamente a determinadas posições. Eu disse-lhe isso há pouco e a Sra. Deputada não entendeu porque não quis, porque isso ficou perfeitamente claro.

Relativamente a uma outra questão, que eu nunca utilizei, e já o disse à Deputada Graça Teixeira, eu nunca referi e muito menos enfatizei o tempo que foi dado para os pareceres e aquilo que a Sra. Deputada disse sobre os pareceres, eu também

concordo com isso, mas o problema não é esse, o problema foi a forma como o Governo Regional conduziu isto.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

Portanto, Sra. Deputada, se o Governo e bancada do Partido Socialista quiserem tratar deste assunto seriamente - e pela sua importância devia ter tido um outro tratamento – retirem a proposta e discutam-na em condições pela sociedade açoriana, porque essa é a única alteração que é possível fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, de facto em educação o tempo é precioso: Mais tempo não significa mais qualidade, mas menos tempo significa sempre menos qualidade.

Portanto, em relação a essa matéria, estamos conversados.

As escolas precisam do currículo regional, disse a Sra. Secretária.

Ainda nesta casa ninguém percebeu o que é o currículo regional. O que é isso? Revele-nos o mistério.

Claro que nos preocupam também os especialistas que trabalham em surdina, à revelia das nossas escolas, dos nossos actores educativos no terreno. Isso preocupa-nos muito e assumimos isso claramente.

A senhora entende que nos ofende ao dizer isso, nós assumimos isso claramente. A quem é que cumpre o papel de fiscalizar nesta Região?

Sra. Secretária, que fique bem claro também que nem eu, nem, e penso que isto é transversal, os restantes deputados desta casa, lhe reconhecemos direito e competência para questionar a legitimidade e a capacidade de nenhum de nós nos pronunciarmos seja sobre que matéria for. Também em relação a isto estamos bastante claros.

Retomando uma questão que já abordei na primeira intervenção e que, entretanto, já foi reiterada de forma bastante clara, mas que ainda não teve resposta e que não gostaríamos de sair daqui sem ela, tem a ver com a questão da experiência que foi implementada este ano, embora por aproximação à tal matriz experimental que a Sra. Deputada Cláudia Cardoso referiu com algum interesse conceptual, das experiências em educação e de tudo na vida tem de resultar claramente uma avaliação.

Ainda não se conhece a avaliação desta experiência ou desta aproximação, como lhe quiser chamar, e duma avaliação têm que necessariamente emanar três cenários possíveis: ou se mantém a experiência e se alarga a experiência tornando-a oficial no conjunto, ou se fazem reajustes ou se altera o corpo. O que nos parece neste momento é que o Partido Socialista e o Governo vêem esta proposta de matrizes curriculares como um reajuste que, no entanto, tem que resultar duma avaliação e nós não temos nenhum dado concreto que reflecta uma avaliação objectiva feita sobre este assunto.

Deste ponto de vista temos que depreender que a avaliação feita é uma avaliação empírica, o que é, de facto, muito pouco para uma situação deste teor e desta responsabilidade.

Portanto, Sra. Secretária, uma pergunta bastante objectiva: onde é que os Deputados desta casa podem aceder aos relatórios das equipas de trabalho?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Agora, em cima da hora e à pressa!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que ele está?

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Eu já o trouxe!

O Orador: Reformulando a pergunta: por que é que esses relatórios só surgem hoje no momento em que estamos a debater este assunto, porque não podemos debater este assunto com convicção e com ligeireza falando no vazio? Só com dados concretos e substanciais é que podemos falar efectivamente do currículo regional.

As etapas foram atropeladas e obviamente que não podemos compactuar com isso. Uma nota final, pela consideração que me merece a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, a senhora referiu um deputado que falou duma suposta matriz em vigor.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, eu de facto falei duma suposta aproximação. Então já está esclarecida pelo Sr. Deputado Aníbal Pires e desse ponto de vista estamos claros.

Em relação à dramaticidade que invocou em relação aos pareceres, eu penso que é uma ilação um bocadinho excessiva. É óbvio que é difícil obter consensos e eu diria mesmo que é impossível, embora “impossível” seja um termo forte, obter consensos, agora é sempre possível procurar plataformas de entendimento e, no fundo, é isso que se deve procurar junto daqueles que trabalham diariamente nas escolas, junto dos alunos e também dos encarregados de educação, da comunidade educativa em geral. Deve-se sempre fazer um esforço nesse sentido e esse esforço, obviamente, exige tempo e não é com semana e meia ou, com um pouco de generosidade, duas semanas, que foram dadas às escolas para se pronunciarem sobre este assunto, porque nos parece manifestamente insuficiente e quanto a nós inquina à partida toda a validade desta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) Deputado Francisco Álvares (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Uma curta intervenção para comentar a intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça que, estando nós aqui a falar de alhos, veio falar de bugalhos, procurando descentrar e distrair os presentes daquilo que era o essencial da questão, mas mais do que isso, trazendo aqui uma concepção completamente atrofiada daquilo que é a actividade física e daquilo que é a educação física no 1º Ciclo, utilizando aqui dois palavrões da área da psico-motricidade para classificar a educação física.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado Carlos Mendonça, a educação física não é ginástica, a educação física no 1º Ciclo não tem só a ver com os alongamentos das massas musculares e das articulações, é uma proposta muito mais eclética e que tem a ver

com um conjunto de aquisições que devem ser proporcionadas às crianças através das actividades que lhes são facultadas e que hão-de depois ser importantes mais tarde em áreas e em outros conhecimentos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado, obviamente que percebi que a sua intenção não era responder à minha intervenção, era procurar chutar para lado.

Eu percebi o Sr. Deputado e percebo a ânsia que muitos têm de, efectivamente, seguir esse caminho, mas vamos recentrar novamente a questão, porque eu não vou por aí e aquilo com que deveria estar preocupado era com a resposta e com os pareceres que os especialistas, não aqueles que entendem a ginástica e a educação física como o Sr. Deputado, mas aqueles que sabem o que é a educação física deram àquilo que era a proposta que hoje está aqui a ser discutida nessa área, mas mais do que isso, Sr. Deputado, o senhor deveria estar efectivamente muito preocupado, porque demonstrou uma outra fragilidade na sua intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: É óbvio que não é à escola que compete sozinha promover hábitos e estilos de vida saudáveis, mas também é à escola, porque aquele é um ciclo crucial da vida de cada uma das crianças, é ciclo de tal forma significativo que as aprendizagens feitas naquele momento ficam como marcas indeléveis para todo o sempre.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por isso mesmo, Sr. Deputado, é fundamental que a escola intervenha de forma direccionada nesta área e não de forma aleatória para que essas competências e essas aquisições sejam possíveis e deixe-me dizer-lhe que eu se estivesse no seu lugar estaria hoje preocupado, não com isso, com a contestação generalizada que este diploma, que hoje também vai ser responsável pela sua aprovação nesta casa, vai ter no futuro e que vai merecer seguramente a contestação generalizada de toda a classe educativa, de todos os intervenientes no processo educativo, mas pior do que isso, as consequências que ele eventualmente irá ter, como disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, as reformas não se fazem contra os agentes do processo educativo, mas fazem-se com todos eles.

Portanto, Sr. Deputado, aquilo que neste momento receio, como aqui foi dito, é que seja aprovado hoje aqui uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que põe em causa o futuro desta sociedade e que põe em causa aquela área que todos sabem que é estruturante e representativa para o futuro desta Região.

Deputados Cláudio Almeida e Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não é propriamente para intervir sobre a matéria específica, porque não contava intervir neste debate, mas apenas para contestar o deslante da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação de vir aqui passar um atestado de competência ou de incompetência aos deputados deste Parlamento.

Eu pergunto-lhe: que legitimidade tem a senhora para vir aqui passar atestados de competência ou de incompetência a quem quer que seja? Olhe, minha senhora, o

mais fraco destes deputados, o mais fraquinho deles todos é infinitamente mais competente que a senhora!

A senhora ainda não percebeu que está na casa da democracia. Eu sei que a democracia é uma palavra muito vã para si e que faz tábua rasa da democracia. Sei isso muito bem, mas a senhora habitue-se, porque quem a fiscaliza aqui dentro somos nós. A senhora aqui não fiscaliza nem passa atestados de competência a ninguém.

Agora, devo dizer-lhe que se há alguém que já lhe passou um atestado de incompetência não foi esta casa, foi o congresso do seu partido que lhe passou atestados de incompetência e é isto que a incomoda.

Portanto, protesto, em nome e em defesa desta casa, pelo seu comportamento, pela falta de respeito e, sobretudo, pela cobardia de não querer discutir um documento. É este protesto que fica aqui, Sra. Secretária. É a defesa da dignidade deste Parlamento e desta instituição.

Quem não sabe conviver em democracia fica em casa, Sra. Secretária.

Digo-lhe mais:

A senhora não tem competência para deputada, nem para Secretária nem para estar sentada aqui dentro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ela foi eleita como o senhor foi!

O Orador: Eu já lá vou Sr. Vice-Presidente.

A competência é que muitos de nós que fomos eleitos, fomos cabeças de listas, não fomos eleitos de carrinho, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quantos é que estão aqui que foram cabeças de lista?

O Orador: Foram cabeças de lista em várias ilhas e não foram eleitos de carrinho. Portanto, a Sra. Secretária não tem nenhuma legitimidade para fazer o que fez, por muito que custe aos senhores, e isso é inadmissível e deve ficar registado aqui, porque a Sra. Secretária quando deve falar, às vezes entra muda e sai calada, e quando fala não diz grande coisa e isso é lamentável. São os senhores que dizem isso, não sou eu.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado!

O Orador: Sra. Secretária, sempre lhe quero dizer que não há currículo regional. Teve, naturalmente, muita gente, grandes especialistas, a quem a senhora reconhece grande competência, a fazer aquele currículo regional, mas que a sociedade não sabe quem são.

Eu pergunto: a senhora não era um desses especialistas que colaborou nesse currículo regional e com a Secretaria antes de ser Secretária? A senhora não colaborou nesses projectos? Não fazia também parte desses especialistas?

Minha senhora, as coisas sabem-se todas...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Isso explica muita coisa!

O Orador: Só isso explica muita coisa, Sra. Secretária.

Portanto, reafirmo, em nome desta casa, o protesto pela desconsideração e pela sua falta de democracia que revelou nesta casa.

Quem, se calhar, não tem a competência e dignifica o lugar que ocupa é a senhora.

Deputados Paulo Rosa (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Presidência deseja a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para um protesto. Tem três minutos.

(* **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, usei a figura do protesto para poder fazê-lo na sequência da sua intervenção, porque senão teria que me inscrever, só para lhe dizer o seguinte:

Deputado João Costa (PSD): Aqui não se usa a figura de protesto quando dá mais jeito!

O Orador: Nós podemos ser terrivelmente incompetentes nesta bancada. Todos os Secretários desta bancada podem ser terrivelmente incompetentes e o senhor pode ser terrivelmente sábio, o mais sábio de todos, mas há uma coisa que ficou clara depois da sua intervenção, Sr. Deputado, é que na nossa reacção nós somos terrivelmente bem educados.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para um contraprotesto.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Secretário Regional, eu estava à espera que quem protestasse fosse a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

Agora se são terrivelmente bem educados, olhe que não parece, Sr. Secretário, a avaliar pela Sra. Secretária Regional da Educação e Formação e, portanto, eu dirigi-me à Sra. Secretária, critiquei-a e devo dizer-lhe, Sr. Secretário Regional da Presidência, pese embora o entusiasmo nas palavras, não retiro uma vírgula àquilo que disse, porque não ofendi ninguém e a Sra. Secretária é que ofendeu todo este Parlamento.

Foi isso que aconteceu e, portanto, às vezes é duro ouvir as coisas, Sr. Secretário, e às vezes elas têm que ser ditas numa maneira mais dura e sem ofender ninguém. Foi essa dureza que eu acho que se impunha àquela Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

Portanto, de vez em quando impõe-se a dureza, porque a Sra. Secretária é reincidente nessas matérias e já nos mandou até consultar a internet no plenário passado. Há uma reincidência da Sra. Secretária que eu hoje entendi que não devia deixar passar.

Para terminar, Sr. Secretário, devo-lhe dizer que lições de boa educação não recebo de ninguém.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto.

Presidente: É para protestar ou sente-se ofendido?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para protestar pelo que foi dito pela bancada do Governo. Exactamente nos mesmos termos com que o Sr. Secretário utilizou a palavra.

Presidente: Mas qual é a parte da intervenção do Sr. Secretário Regional que o ofendeu?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual foi a parte da intervenção do Sr. Deputado Artur Lima ofendeu o Sr. Secretário? Foi a mesma que me ofendeu a mim. Eu sinto-me ofendido com aquilo que aqui foi dito.

Presidente: Eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para um protesto. Tem três minutos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que se coloca aqui é que o que foi afirmado, o que está anotado no Diário das Sessões é esta frase: “Os Srs. Deputados não estão à altura de discutir este diploma”.

Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Não foi isso!

O Orador: Foi exactamente isso que foi dito.

Em vez do Sr. Secretário vir aqui tentar dar lições de educação, o que o senhor devia aqui fazer era pedir desculpa, em nome do Governo, por aquilo que foi afirmado por outro membro do Governo, passando aqui um atestado de incompetência aos Srs. Deputados. Isso é que é lamentável.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Sobre esta ofensa que nos atinge a todos, porque são todos os deputados que não têm competência para analisar este diploma, o que o senhor devia ter feito era ter aconselhado a sua colega de Governo que a pedir desculpa por aquilo que disse e aí é que o senhor demonstrava boa educação. Assim não mostrou boa educação nenhuma.

Presidente: Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Sr. Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Prescindo.

Presidente: a Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, eu já estou perdida, não sei se é protesto, se é contraprotesto, se é contra contraprotesto, mas é no seguimento da tomada de posição, quer do Deputado Artur Lima, quer do Deputado Paulo Estêvão.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente da virulência, diria mesmo da violência, com que o protesto foi feito pelo Sr. Deputado Artur Lima, eu quero dizer que na sua indignação pela forma como a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação se dirigiu aos deputados e às deputadas desta casa eu subscrevo inteiramente aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse.

Muito obrigada.

Presidente: Para um contra-protesto tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. Tem três minutos.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Lina Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só queria referir que as questões estruturantes do currículo foram aqui debatidas. As questões pedagógicas do foro específico das escolas não é nesta Assembleia que serão discutidas.

Portanto, cada um tem competências próprias, tem um papel próprio, nos lugares próprios, porque nós queremos qualidade neste diploma.

Obrigada.

(Apartes inaudíveis das diversas bancadas da oposição)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, faço um apelo à serenidade.

O Sr. Deputado Costa Pereira pediu a palavra para?

Deputado Costa Pereira (PSD): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra. Tem três minutos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pensava tomar uma posição no contexto da intervenção para que estava inscrito, mas penso que a forma como as coisas se precipitaram exige do Grupo Parlamentar do PSD uma tomada de posição que, no fundo, é aquilo que eu ia dizer na intervenção.

Aquilo que tenho para dizer, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, é que lamentamos e condenamos os adjectivos com que a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação se dirigiu a todos os deputados desta casa.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

Deputado Hernâni Jorge (PS): O senhor fez pior a seguir. Seria o último a falar!

O Orador: Os especialistas em currículo, de que a Sra. Secretária tanto gosta, não estão aqui. Quem está aqui nesta casa para aprovar, para discutir e para ter a última palavra sobre os diplomas que aqui vêm somos nós os deputados que foram eleitos pelo povo açoriano...

Vozes das bancadas do PSD e PPM: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

O Orador: ... deputados de todos os partidos. Somos nós todos que aqui estamos, mandatados pelo povo, para aprovar, em última instância, os diplomas que aqui vêm e nós todos somos merecedores, pelo menos, de respeito e consideração...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Que o senhor há pouco não teve com um colega seu!

O Orador: ... e esse respeito deve começar por si, Sra. Secretária, que é detentora de um cargo político e que é politicamente responsável perante esta casa onde presta contas pelas suas políticas. Por isso, Sra. Secretária, lamentavelmente temos que dizer que teve um momento muito infeliz e só lhe ficava bem pedir desculpa por aquilo que aqui disse.

Vozes das bancadas do PSD e PPM: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Eu perguntava ao Sr. Deputado Costa Pereira se mantém a sua inscrição.

Deputado Costa Pereira (PSD): Mantenho, sim senhor.

Presidente: Vamos prosseguir o nosso debate e dou a palavra, para uma segunda intervenção, exactamente ao Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

A questão que eu coloquei, antes deste episódio, à Sra. Secretária tinha a ver com as entidades que tinham sido auscultadas neste processo e a Sra. Secretária não me referiu uma única entidade, falou-me de especialistas em currículo e que eu saiba não são entidades.

Portanto, continuamos sem resposta e tem razão aquela escola que no seu parecer diz e cito: “Este diploma padece de um mal que começa a ser comum, que é apresentar-se hoje para entrar em vigor ontem”. É este o cerne do problema que estamos aqui a debater. Isto é o essencial.

Eu comecei por lamentar, na minha primeira intervenção, o facto de estarmos a transformar um diploma que tinha todas as potencialidades para ser um diploma consensual num diploma fracturante devido exactamente a esta pressa, que é inimiga da perfeição, de se aprovar um diploma que tem a discordância da maioria das nossas escolas e que não é capaz de concitar nesta casa o apoio dos vários partidos. Mais: este diploma nem sequer foi objecto de parecer daquele que é um órgão fundamental junto da tutela, o Conselho Coordenador do Sistema Educativo. Pior ainda, só na sua reunião do próximo dia 27, vai este Conselho tomar conhecimento duma coisa que já está concluída, feita e aprovada apenas pelo Partido Socialista.

Isto não é envolver a comunidade educativa nas decisões na área da educação; isto não é querer construir consenso; isto é querer apenas impor a vontade de um pequeno grupo de pessoas, supostamente iluminadas.

Segunda questão:

É evidente que o consenso neste diploma, como em qualquer outro diploma, não cai do céu, trabalha-se, procura-se, negocia-se, ouve-se as pessoas, as instituições e quem está no terreno, não se impõe. E o vosso grande erro neste diploma é querer impô-lo à pressa e isso é inaceitável.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Depois há uma questão de má consciência absoluta neste aspecto e que tem a ver com a forma como os senhores rapidamente mudam o parâmetro de comparação.

Eu perguntei à Sra. Secretária sobre o Português e a Matemática, e segundo as suas palavras tinham um aumento da carga horária em comparação com o diploma nacional. Mas já há muito tempo que é assim, e a Sra. Secretária sabe-o muito bem. Por isso, omite que por comparação com aquilo que neste momento é a carga horária dessas disciplinas nas escolas dos Açores, há uma redução.

Portanto, andam todos aqui a brincar com os números. Inclusivamente a Sra. Deputada Graça Teixeira diz que as Ciências Naturais não perderam carga horária. Eu só lhe vou ler o parecer da Escola Domingos Rebelo que diz assim: “O número

de blocos propostos para a disciplina de ciências naturais no 3º ciclo do Ensino Básico representa um retrocesso escandaloso...”

Deputada Graça Teixeira (PS): Não sabe analisar!

O Orador: O seu problema, Sra. Deputada, é que já há muito tempo que não dá aulas e não faz ideia das coisas. Consulte e compare aquilo que está nesta grelha com aquilo que está em vigor neste momento nas escolas e verá que há uma redução significativa!

Deputada Graça Teixeira (PS): Mantenho o que disse!

O Orador: Em relação à questão da procura do consenso e do envolvimento das escolas, é evidente que nós estamos aqui a aprovar uma parte, mas falta-nos o resto para percebermos. Como é que podemos aprovar esta grelha e esta proposta curricular se não se conhecem outras questões essenciais como, por exemplo, as eventuais alterações a incluir nos programas das disciplinas.

E só é possível avaliar com pleno conhecimento este diploma quando se conhecer o que se pretende fazer com os programas das disciplinas onde se verificam reduções na sua carga horária. Ora, se os professores dessas disciplinas dizem que não têm tempo para cumprir os programas e ainda lhe querem tirar carga horária, é evidente que o resultado será a impossibilidade de cumprir os programas. Como se vê, a questão dos programas é correlativa da questão da carga horária.

Os senhores dizem que estão agora a alterar a carga horária e dizem que daqui a uns tempos vão fazer um decreto regulamentar com os conteúdos. É esta pressa, é fazer estas coisas de forma desgarrada, sem as ligar umas com as outras, é isto que inquina à nascença a bondade que este diploma podia ter. O sistema educativo regional só ganharia se se conseguisse, com calma e com segurança, fazer uma alteração que envolvesse as escolas e que elas percebessem o que é que se está a alterar, o que é que se está aqui a fazer e os senhores lamentavelmente não querem fazer isso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, são 18,00 horas. Vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Retomamos às 18,30 horas.

(Eram 18,00 horas)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que retomassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 35 minutos)

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Aníbal Pires. Tem três minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de pedir o esclarecimento à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, quero apenas fazer uma referência ao facto da Sra. Secretária Regional ter declarado incompetente esta câmara e julgo que isso foi desagradável e apelo ao

bom senso da Sra. Secretária para se redimir relativamente a esta questão e sobre o assunto nada mais tenho a dizer.

Sobre a matéria em apreciação coloquei uma questão muito clara logo na primeira intervenção à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação que não foi respondida e gostaria que o fosse, mas volto a formulá-la: onde está a avaliação da implementação da matriz que entretanto foi generalizada durante o ano lectivo de 2009/2010?

Vou acrescentar uma outra pergunta e que é a seguinte: Porquê a pressa, quando se começa a concluir que em vez do *fast*, talvez a cultura do *slow* seja mais favorável para a tomada de decisões correctas?

Relativamente a esta matéria, porque ela é efectivamente importante, estruturante, com a dimensão que todos lhe reconhecemos, julgo que neste caso, como em muitos outros, a pressa não é boa conselheira, porque estamos a tratar duma matéria que consideramos estruturante.

Não estranharei a ausência de respostas da Sra. Secretária se efectivamente não quiser responder, porque as não respostas, como todos sabemos, também têm significados e, como tal, não interpelarei mais a Sra. Secretária sobre esta matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O que se tem passado aqui, o silêncio da Sra. Secretária Regional sobre esta matéria e as parcas explicações sobre as questões que foram levantadas aqui por esta câmara e pelos vários partidos da oposição, envergonham a educação e envergonham a democracia nesta Região.

Os açorianos continuam sem saber que áreas temáticas, que conteúdos regionais estão pensados, continuam sem saber que regras para a elaboração de materiais didácticos originais, continuam sem saber e as escolas não sabem que divulgação dessas mesmas regras foram feitas, não houve discussão pública, não foram definidos, em tempo oportuno, os perfis globais de desempenho por disciplina. Isto é uma calendarização que a Secretaria Regional da Educação e Formação apresentou e que não cumpriu com aquilo que disse.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: E mais:

Vamos a quem trabalha no terreno.

Foi dito há bocado que este modelo era uma aproximação.

Pois bem, vamos à Escola do Topo.

O modelo proposto por decreto legislativo vem criar uma rotura com as práticas que vinham a ser implementadas onde existia, efectivamente, uma maior aproximação entre os diversos ciclos de ensino.

No caso de ser aprovada esta proposta de decreto, iremos assistir a um retrocesso ao nível do processo ensino/aprendizagem.

Os docentes do departamento acrescentam ainda, de forma crítica, que as constantes alterações, o tal experimentalismo do desenho curricular, são

extremamente nocivas para a motivação dos discentes, dos alunos e dos docentes, pelo que, a ser implementada esta matriz curricular, deverá ser feita com algum cuidado de forma a não prejudicar ainda mais os alunos.

Outro parecer: “Considera-se que o trabalho em monodocência, nos termos definidos na mesma, se encontra ultrapassado, dado que actualmente se reconhece que a existência de equipas pedagógicas pequenas, com um número reduzido de docentes, a leccionar este ciclo de ensino, garante um acréscimo à qualidade e à promoção das aprendizagens”. Outro retrocesso.

Outra opinião: “Lamentamos mais uma vez que não se cumpra o Estatuto da Carreira Docente no que diz respeito ao horário do professor do 1º Ciclo e estranhamos que isso tudo continue a acontecer sem qualquer intenção de cumprir a lei”.

Outro aspecto: “Se retroceda em relação às anteriores orientações e práticas pedagógicas no que diz respeito às aulas de inglês”.

Mais:

Estabelece esta proposta no seu preâmbulo que a publicação da Resolução 124/2004, de 9 de Setembro constitui mais um passo importante na progressiva explicitação das aprendizagens, cuja realização por parte dos alunos açorianos deve ser promovida através de abordagens que tenham em conta as características dos Açores.

Na verdade, são todas as unidades orgânicas que dizem que desconhecem as conclusões, as propostas e orientações da Comissão Regional para o Desenvolvimento Curricular. Desconhecemos todos.

Outro parecer: “Consideramos não haver fundamentação para reduzir de três para dois blocos e meio a carga horária afecta à língua portuguesa e à matemática do 9º ano”. As tais disciplinas nucleares que tinham tido um reforço nessa matéria.

Ao terminar esta segunda intervenção, peço mais uma vez que haja bom senso nesta câmara e que se pense as coisas como deve ser para evitar experimentalismos, porque sabemos de antemão que a pressa é inimiga da perfeição, sabemos que a pressa é má conselheira e, talvez, tenha sido essa pressa que levou, por exemplo, a que hoje de manhã tenha havido no exame do 9º ano de matemática uma gralha e um erro científico graves.

Não se pode continuar a brincar com a educação na Região Autónoma dos Açores. Chega de experimentalismos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os alunos merecem outra consideração, merecem outra profundidade na análise dos diplomas e não aceito nem posso aceitar, nem acho que qualquer um de nós poderá aceitar que a Sra. Secretária nos declare incompetentes para analisar estas matérias.

Muito obrigado.

Vozes das bancadas do PSD e PPM: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra para uma segunda intervenção, a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(*) **Deputada Graça Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pela consideração que nos merecem os órgãos de gestão das escolas, os professores e toda a comunidade educativa, eu apelava a esta câmara que nos concentremos no que está em discussão e o que está em discussão é um reajustamento à matriz curricular que este ano foi aplicada nas nossas escolas e esteve a título de experiência.

Parece que estamos aqui a falar de coisas que nunca existiram na escola. Nós estamos a falar de uma matriz curricular que queremos e queremos respeitar os pareceres que foram pedidos às escolas, em que todos se empenharam com mais e menos sacrifício, com o sacrifício que aqui reconhecemos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Respeitar as escolas é respeitar as suas opiniões!

A Oradora: O apelo que faço à câmara e aos Srs. Deputados é que permitam que no próximo ano lectivo haja um início estabilizado, um arranque calmo e, no fundo, o bom senso que todos queremos que exista nas escolas.

O Sr. Deputado Rui Ramos leu alguns dos pareceres que as escolas remeteram e, só como um mero exemplo, eu gostaria de ler um dos pareceres: ...

Deputado Rui Ramos (PSD): O da Ribeirinha!

A Oradora: ... “Salientar favoravelmente a organização da gestão do currículo regional da educação básica, entre outros seguintes princípios orientadores, o respeito pela autonomia curricular das escolas expressa nos seus projectos curriculares, a promoção de uma cultura de exigência, através da demanda de padrões nacionais e internacionais de qualidade”.

Deputado Rui Ramos (PSD): Qual é essa escola?

A Oradora: “Consideramos positivo o facto do docente titular de turma ser directamente responsável pela gestão das áreas curriculares nucleares, tanto disciplinares como não disciplinares, ou seja, consideramos importante a monodocência durante as 25 horas semanais”.

Deputado Rui Ramos (PSD): Qual é essa escola?

A Oradora: “Daqui resulta que se mantém e até se reforça, como mais adiante iremos referir, o actual regime de monodocência ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É a escola da Lagoa?

A Oradora: Sr. Deputado Cláudio Almeida, para sua informação a Escola Secundária da Lagoa ministra o 3º ciclo e secundário e nunca poderá ter monodocência. Para seu conhecimento, informe-se.

... assenta na figura central de um professor e tendo, nomeadamente em conta a perspectiva das crianças, a melhor forma de organização do 1º ciclo.

Consideramos muito satisfatório que a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional destaque as actividades experimentais no que respeita ao ensino das ciências.

Nesta sequência de ideias realçamos a criação da cidadania, a área curricular não disciplinar”.

Outra escola, por exemplo diz: “Há um bom enquadramento geral da nova matriz”.

Foquemo-nos apenas no que está aqui em análise, uma matriz curricular que apenas tem um nome diferente numa curricular não disciplinar, cidadania, que existiu no ano que está a decorrer como investigação e apoio multidisciplinar.

Neste momento quando se questiona que programas, que conteúdos, todos sabemos que os programas são os mesmos, todos sabemos que o que está em

causa, o que está a ser contextualizado e o que foi pedido por esta câmara, em proposta de resolução com o currículo regional, é vincular as escolas tal como já foi aqui dito por outras pessoas com responsabilidades no ensino e que estiveram anos ligadas até a órgãos de gestão, que o faziam independentemente de estar ou não decretado.

O que nós estamos aqui a analisar, e posteriormente será objecto de contextualização, são os aspectos curriculares da açorianidade.

Outro aspecto importante tem a ver com o seguinte:

Quando se pede às escolas que livremente utilizem a sua gestão, a sua autonomia na definição dos seus tempos escolares, quer nas ciências humanas e sociais, quer nas ciências físicas e naturais e indo ao encontro do que ficou no ar relativamente às ciências naturais e o facto desta disciplina ver a sua carga horária diminuída, não é verdade e os pareceres das escolas vêm demonstrar isso mesmo, como é demonstrado pelos pareceres dos professores de ciências, de história ou de geografia que sentem necessidade de mais horas para leccionar os conteúdos que lhe são propostos, têm o mesmo tempo que tiveram no ano lectivo transacto.

Acho que são estes aspectos que convém que fiquem bem esclarecidos.

Nós não estamos aqui a aprovar nada de novo, estamos, sim, a contextualizar, estamos a reajustar uma matriz que esteve em funcionamento este ano lectivo.

Muito obrigada.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os senhores não fazem a mínima ideia do que querem, os senhores não cumpriram com aquilo que prometeram.

Nós estamos falando dum diploma que na sua génese vem de 2001 e os senhores tiveram todo este tempo para fazerem as coisas bem feitas, para ouvirem as pessoas que estão no terreno e não o fizeram, não cumpriram com aquilo que puseram por escrito. Os senhores não fizeram a formação dos professores, mas os senhores querem que em Setembro os alunos vão para a escola ter aulas não sei de quê, e ainda não houve formação de professores, mas pior disso tudo é que os serviços mínimos de defesa das propostas do Governo em vez de virem do proponente, vêm da parte dos Srs. Deputados do Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: Portanto, o que se quer aqui é esclarecimentos por parte do proponente. Os senhores estão a fazer os serviços mínimos, nós queremos os serviços máximos, os açorianos merecem esses serviços máximos, os alunos e a juventude dos Açores merecem isso mesmo.

Isto que se está a passar aqui é uma vergonha e com isso não podemos compactuar. Muito obrigado.

(*) **Presidente:** Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições. Acaba de dar entrada na mesa um requerimento que vem assinado por alguns Srs. Deputados que julgo que representam alguns grupos parlamentares, são eles Zuraida Soares, Artur Lima, António Marinho, Paulo Estêvão e Paulo Rosa.

O requerimento é do seguinte teor:

“Considerando a importância da Proposta de Decreto Legislativo Regional – Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional e os seus efeitos no sistema educativo regional;

Considerando que importa aprofundar a auscultação da comunidade educativa e favorecer o seu maior envolvimento na versão final da proposta a ser aprovada de forma a que ela traduza uma opinião maioritária das nossas escolas;

Considerando que continuam a chegar pareceres sobre os quais não foi possível em tempo útil levar em devida conta.

Ao abrigo do artigo 134º do Regimento da ALRA, propõem os deputados signatários a sua baixa à Comissão.

Horta, 19 de Maio de 2010”.

Segundo os artigos 134º e 87º do Regimento, os requerimentos são postos à votação de forma automática sem discussão e sem direito sequer a declarações de voto escritas.

Para interpelar a mesa tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

Deputado Helder Silva (PS): É para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Para interpelar a mesa tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu creio que o pedido regimental solicitado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista não é possível, na medida em que já estamos em processo de votação do requerimento.

Já está anunciado, não tem discussão e está a iniciar-se o processo de votação e, portanto, não é admissível este pedido de intervalo regimental.

Nessa medida peço ao Sr. Presidente que reconsidere a sua decisão.

Muito obrigado

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para interpelar a mesa.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** É para interpelar a mesa, discordando da interpelação do Sr. Deputado Pedro Gomes, para dizer que o que o Regimento diz é que, feito o requerimento, passa-se imediatamente à votação, o que significa que não há debate.

Portanto, antes de ainda se entrar na fase de votação foi requerido um intervalo regimental, que é regimental e que deve ser concedido.

Presidente: Eu concordo com a interpretação regimental do Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Acho que o que se pretende aqui salvaguardar é a existência de debate e, portanto, de discussão substantiva.

Creio que a interpelação à mesa foi tempestiva, porque não tínhamos iniciado o processo de votação e, portanto, vou concedê-la. Retomamos os nossos trabalhos às 19 horas e 30 minutos.

(Eram 19,00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 30 minutos)

Vamos reiniciar os nossos trabalhos com a votação do requerimento que deu entrada e que eu li há pouco, cujo teor é de baixa à Comissão dos Assuntos Sociais do diploma que acabámos de discutir na generalidade.

Assim sendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O requerimento apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Passamos agora à votação do diploma na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos ao debate na especialidade.

Os primeiros três artigos não têm qualquer proposta de alteração. Se não houver oposição da câmara eu colocá-los-ia à votação em bloco.

Não havendo oposição, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Passamos agora ao artigo 4º, para o qual existe uma proposta de alteração, que altera os nºs 10 e 19, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(*) Deputada Graça Teixeira (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveitaria, com a licença do Sr. Presidente, para explicar na globalidade as propostas de alteração, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Relativamente ao artigo 4º e atendendo aos pareceres emitidos pelas escolas, a expressão “física e motora” manter-se-á em três momentos semanais, sendo que o docente tutelar da turma conta com a coadjuvação do professor de educação física do 2º Ciclo em dois momentos semanais de 45 minutos cada, ou seja, o que aqui se pretende dizer é que o professor de educação física do 2º Ciclo é responsável por ministrar a componente específica da educação física.

Em relação ao ponto 19 do artigo 4º, nos 2º e 3º Ciclos a educação moral e religiosa é leccionada em regime opcional a outra disciplina ou área curricular não disciplinar, a definir pela unidade orgânica.

O que se pretendeu aqui foi pôr em execução uma recomendação desta casa de 2001.

É nesse sentido que a disciplina de educação moral e religiosa surge como opção a uma outra área disciplinar não curricular de oferta de escola e de unidade orgânica, mantendo depois toda a carga horária na restante matriz que havia proposto.

No fundo, na cidadania como também muitos dos pareceres das escolas diziam, bastaria um bloco e não um bloco e meio e foi aí que foram retirados os 45 minutos para darem alternância à educação moral e religiosa, neste caso a qualquer uma das confissões.

Muito obrigada.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação desta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 4º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Os artigos 5º a 10º do diploma não têm quaisquer propostas de alteração. Se não houver oposição da câmara, coloco-os à votação em bloco.

Parecendo não haver oposição, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o Anexo II.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o Anexo II do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Anexo II foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o Anexo III do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o Anexo III do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Anexo III foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração para o Anexo IV.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação do Anexo IV do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Anexo IV foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos proceder agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da nossa parte uma breve declaração de voto.

Já aduzimos todos os qualificativos que tínhamos para esta proposta e não vale a pena repisar esses argumentos, agora o que resulta desta discussão e desta votação é que a tutela da educação fica numa posição insustentável que resulta de vários erros, o erro de impor à pressa matrizes curriculares, o erro de desprezar os contributos da comunidade educativa, o erro de fazer uma fé cega num grupo de especialistas que, a avaliar pelos pareceres, estão distantes da realidade educativa do dia-a-dia, o erro de diminuir a capacidade e desrespeitar este Parlamento e os erros reflectem uma fragilidade confrangedora de uma Secretária cada vez mais só. Conseguiu a indignação generalizada da comunidade educativa e conseguiu a indignação de toda a oposição parlamentar e não só; conseguiu, finalmente, 9 anos depois trazer a esta casa uma proposta de currículo regional que é uma mão cheia de nada. É caso para dizer que a “montanha pariu um rato”.

A Sra. Secretária conseguiu, finalmente, sair desta casa sem responder à quase totalidade das questões levantadas e colocadas frontalmente e de forma pertinente pelos deputados eleitos pelo povo açoriano.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e do PPM)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(* **Deputado Rui Ramos (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Contra tudo e contra todos o Partido Socialista e o Governo fizeram fé na sua força bruta para impor a todos os partidos da oposição e a toda a comunidade educativa uma coisa que, por ser à pressa e por estar enviesada de todos os erros que o Deputado Paulo Rosa bem explicitou, vai provavelmente e com toda a certeza criar constrangimentos graves no decurso dos próximos anos lectivos.

São os senhores, o Governo e o Partido Socialista, os únicos responsáveis e serão os senhores que terão o ónus de todos os problemas que daí advierem.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta discussão em torno duma questão crucial do currículo regional deixou o Partido Socialista completamente isolado na sociedade açoriana, deixou o Partido Socialista isolado dos cinco partidos da oposição parlamentar, deixou o Partido Socialista isolado em relação à opinião de todos os sindicatos dos professores dos Açores, deixou o Partido Socialista isolado em relação aos pareceres que foram veiculados pela esmagadora maioria das escolas dos Açores, deixou o Partido Socialista completamente isolado em termos da opinião pública, deixou o Partido Socialista isolado em termos da razão pura e dura.

Sendo este um instrumento fundamental da autonomia como é a implementação de um currículo regional, se esta é a vossa ideia de uma autonomia forte, duma autonomia que consiga unir e congregar os esforços dos açorianos, independentemente das suas origens ideológicas, então esta ideia de autonomia é uma ideia de facção e é uma ideia não representativa.

Portanto, é difícil e é incompatível querer representar a autonomia e depois representarem-se apenas a si próprios.

Este não é o currículo regional dos Açores, este currículo regional é o currículo regional, única e exclusivamente, do Partido Socialista. Neste sentido, obviamente que isto é uma enorme derrota parlamentar, é uma enorme derrota política, é uma enorme derrota social que os senhores hoje tiverem neste Parlamento.

Esta questão tem que ter consequências políticas, isto é a continuação da agonia política também da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação nesta área.

O que temos vindo a observar ao longo dos debates sobre os diversos projectos relacionados com a área da educação é que progressivamente o isolamento é maior, progressivamente a falta de capacidade de diálogo é maior, progressivamente a capacidade de conseguir mobilizar apoio na sociedade açoriana, mobilizar apoio junto dos sindicatos, mobilizar apoio junto dos docentes, mobilizar apoio junto das famílias, mobilizar apoio junto dos alunos é cada vez menor e isso significa, na minha perspectiva, que o que o Governo Regional deveria fazer, ao nível de patriotismo autonómico, era considerar que a Sra. Secretária Regional não tem condições políticas para tutelar este sector.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que ao longo do debate na generalidade ficou perfeitamente clara a disponibilidade e o empenho de todos os partidos da oposição em contribuir para a construção de um currículo regional e mostraram essa disponibilidade, mas partindo do pressuposto de que a forma tinha de ser alterada.

Foram feitos alguns apelos informais durante o debate para a retirada do diploma. Finalmente fez-se um requerimento formal a pedir a baixa à comissão, mas a verdade é que havia disponibilidade de fazer retroceder o processo ...

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

O Orador: Nada disso, Sr. Secretário.

A verdade é esta e os senhores viram bem qual foi o sentido de voto que aqui foi dado a esta vossa proposta.

... e o Partido Socialista quis ficar sozinho, isolou-se e não quis os contributos de uma fatia significativa dos representantes do povo açoriano, numa questão estrutural como é a educação, todos os contributos que os senhores quisessem, mas não da forma como o fizeram. Isso é duma gravidade tal que tem de ser dito às açorianas e aos açorianos, tem de ser dito aos açorianos e açorianas que nós quisemos contribuir, nós quisemos construir uma matriz curricular para o sistema

educativo regional e que os senhores não quiseram e abdicaram do contributo duma parte significativa da sociedade açoriana.

Nós somos representantes duma parte muito significativa da sociedade açoriana e os senhores recusaram esse contributo e isolaram-se relativamente a esta matéria, uma matéria que, como sabemos, e também comungam desta ideia, é estruturante para a Região Autónoma dos Açores. Os senhores estão neste momento a negar, estão a hipotecar o futuro desta Região ao introduzir uma matriz regional redutora que pretende até introduzir competências regionais. Isso cabe na cabeça de quem? Competências regionais! Por amor de Deus, Srs. Deputados!

(Aparte inaudível da bancada do PS)

O Orador: Ó Sr. Deputado, vá perguntar à especialista da Universidade do Minho, contratada pela Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, se não foi isto que ela lhe disse.

Aquele sorriso da Sra. Secretária Regional traduz bem qual é a resposta. Foi isto mesmo, Sra. Secretária, não foi? Foi, Sra. Secretária! A gente sabe que foi!

Portanto, é lamentável que numa situação destas o Partido Socialista se tenha negado a construir colectivamente uma solução que é estruturante. É lamentável aquilo que hoje aconteceu e julgo que as açorianas e os açorianos terão isso em consideração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ficou absolutamente claro para todos que os apelos ao bem senso fizemo-lo nós, deputados e deputadas desta casa de todas as forças políticas aqui representadas, menos da maioritária, desde logo em sede de Comissão de Assuntos Sociais.

Preocupação com a serenidade e com a responsabilidade a que qualquer início do novo ano lectivo exige, tivemo-lo nós, deputados e deputadas desta casa, de todas as forças políticas representadas, à excepção da maioria parlamentar.

Respeito pelas comunidades educativas tivemo-lo nós, deputados e deputadas desta casa, de todas as forças parlamentares, menos da maioria, quando aqui há pouco apresentámos à mesa um requerimento solicitando ao Governo Regional uma maior maturação de todo este processo, para maior dignificação da sua própria Proposta de Decreto Legislativo Regional, e foi reprovado.

Pressa, má consciência, aliás, má consciência desde o início deste processo, arrogância e falta de respeito, seja pelo diploma que o próprio Governo apresentou, pelo seu valor e pela sua importância, seja por esta casa, teve a bancada da maioria e teve a bancada do Governo.

Em meu nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda eu peço daqui desta casa desculpa aos professores, às professoras e às comunidades escolares, a quem pedi para darem parecer sobre este diploma e que continuam a chegar às nossas caixas de correio, sem que nenhum deles tenha sido considerado.

Isto é uma falta de respeito pelas comunidades escolares, pelos professores e até pelo funcionamento desta casa.

Finalmente, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, até este momento eu não fiz um único reparo sobre a sua competência, mas vou fazê-lo agora, não sobre a sua competência, mas sobre o seu comportamento absolutamente inaceitável. Quando os deputados e as deputadas desta casa estão a falar da senhora e para a senhora e o mínimo que a senhora pode fazer é olhar para nós em vez de estar a trabalhar no computador. Isso, Sra. Secretária, é inaceitável.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também para uma breve declaração de voto, mas, neste caso, imprescindível, no meu entendimento.

Como tive a oportunidade de dizer, procedemos à aprovação de um diploma que é importante para o sistema educativo regional e cuja urgência da aprovação permitirá que no próximo ano lectivo, já em Setembro, as escolas possam - como sabem já no próximo mês decorre a distribuição de serviço e a feitura de horários - com normalidade proceder à integração duma nova matriz nas escolas da Região.

Este conjunto de intervenções que tivemos oportunidade de ouvir, levam a que eu na minha declaração de voto tenha que fazer dois ou três reparos.

Primeiro, não é verdade que continuam a entrar pareceres dirigidos à presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Os últimos pareceres vieram fora de prazo, foram aceites por mim e foi na sexta-feira o último dia em que aceitei os pareceres que entraram.

Portanto, vamos repor a verdade e não exagerar na dramaticidade da questão.

Depois, não é verdade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tenha ficado sozinho.

Como tiveram oportunidade de ouvir durante intervenções que foram feitas no decurso deste plenário, muitas escolas, embora sugerindo alterações, faziam uma apreciação positiva da nossa matriz.

Mais:

É importante que fique aqui claro, claríssimo que o Partido Socialista não só trabalhou, como teve a oportunidade de ler na íntegra todos os pareceres, e foram muitos que nos chegaram de vários departamentos curriculares, e acatámos, na medida daquele que também é o nosso entendimento do que poderiam ser as melhorias a fazer a este diploma. Fizemo-lo, ao contrário de outros grupos parlamentares que não tiveram este entendimento, não o quiseram fazer e tiveram uma postura de: nós queremos trabalhar, mas não é para já; queremos, mas não é hoje e, portanto, com isso é que nós não pactuamos.

Nós fizemos o que tínhamos a fazer, quem não fez foram os senhores.

Muito obrigada.

Deputado Carlos Mendonça (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos encerrar os nossos trabalhos por aqui. Retomamos amanhã pelas 10,00 horas com o PTAP. Pedia aos líderes dos grupos e representações parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência para se acercarem da mesa.

(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 55 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

Manuel Herberto Santos da Rosa

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges Almeida

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Partido Comunista Português

Aníbal da Conceição Pires

() Texto não revisto pelo orador.*

Documentos entrados

Projecto de Resolução

A União Europeia, declarou 2010 como o Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, quando as últimas estimativas indicam que 17% da população europeia não possui recursos para fazer face às suas necessidades mais básicas, o que empobrece toda a sociedade, constituindo um indicador significativo de desigualdade social.

O Rendimento Social de Inserção (RSI), inicialmente designado por Rendimento Mínimo Garantido, constitui uma importante medida para minorar a gravidade das carências sentidas no nosso país, tendo contribuído, segundo Carlos Alberto

Farinha, do Instituto da Segurança Social, para uma redução, em cerca de 28%, na intensidade da pobreza.

Considerando que, em Março de 2010, e segundo dados do Instituto de Informática, IP, do Departamento de Gestão de Informação da Segurança Social, registavam-se 20.915 beneficiários do RSI, o que corresponde a 6.147 famílias;

Considerando que em Março de 2010, e segundo dados do Instituto de Informática, IP, do Departamento de Gestão de Informação da Segurança Social, os beneficiários do RSI, nos Açores, recebiam, em média, €80,14, para uma média nacional de €96,20;

Considerando que em Março de 2010, e segundo dados do Instituto de Informática, IP, do Departamento de Gestão de Informação da Segurança Social, as famílias beneficiárias do RSI, nos Açores, recebiam, em média, €272,95, para uma média nacional de €248,83;

Considerando que durante 2009, e segundo dados do Instituto de Informática, IP, do Departamento de Gestão de Informação da Segurança Social, deram entrada 3597 requerimentos para o RSI, nos Açores, dos quais foram deferidos 2509 processos;

Considerando as medidas introduzidas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), as quais terão um impacto significativo nas prestações sociais, e quando se prevê que o desemprego continuará a subir na União Europeia, assim como em Portugal;

Considerando que a taxa de pobreza é calculada, a partir do rendimento, sendo de prever o seu aumento significativo, devido às medidas incluídas no PEC;

Considerando os termos do Art. 170.º do Orçamento do Estado para 2010 (Lei n.º 3-B/2010)), o qual obriga à inclusão, no Relatório Anual de Execução do RSI, a avaliação do impacto do RSI no combate à pobreza e à exclusão social.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores apresenta o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em prol da solidariedade e segurança social, resolve recomendar ao Governo Regional:

- A realização de um estudo sobre o impacto do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social, desde a sua implementação, conduzido por uma equipa multidisciplinar da Universidade dos Açores, que considere os critérios de avaliação previstos no Art. 170.º da Lei n.º 3-B/2010 e os domínios que caracterizam esta problemática, proporcionando o diagnóstico exaustivo da situação na Região que contribua para a formulação de propostas de intervenção adequadas.

Horta, 18 de Maio de 2010

A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores, *Zuraida Soares*

RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 103º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE MAIO DE 2010

CAPÍTULO I Generalidades

1. A Comissão Permanente de Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Socialista (PS)

- Alexandre Pascoal;
- Berto Messias;
- Cláudia Cardoso;
- Domingos Cunha;
- Graça Teixeira;
- Nélia Amaral;
- Piedade Lalanda.

b) Do Partido Social Democrata (PSD)

- António Gonçalves;
- Cláudio Almeida;
- Francisco Alvares;
- Rui Ramos.

c) Do CDS Partido Popular (CDS - PP)

- Paulo Rosa.

d) Do Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Soares.

2. Constituição da Mesa da Comissão:

Presidente – Cláudia Cardoso

Relatora – Nélia Amaral

Secretário – António Gonçalves

CAPÍTULO II Reuniões Efectuadas

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 14 de Abril de 2010, por vídeo-conferência, e nos dias 17 e 18 de Maio de 2010 na Sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta.

Na reunião de 14 de Maio os Deputados Alexandre Pascoal e Domingos Cunha, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foram substituídos pelos Deputados António Toste e José Lima, respectivamente.

O Deputado Aníbal Pires, da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português participou na referida reunião, sem direito a voto.

A Subcomissão reuniu no dia 5 de Maio de 2010, por vídeo-conferência.

CAPÍTULO III **Trabalhos Realizados**

Trabalhos desenvolvidos pela Comissão:

Reunião de 14 de Maio:

1. Análise, apreciação e emissão de parecer sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional”:

- 1.1 Audição do Sindicato dos Professores da Região Açores;
- 1.2 Audição do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores;
- 1.3 Audição da Secretária Regional da Educação e Formação;
- 1.4 Análise e emissão de parecer.

Parecer: A iniciativa em apreciação mereceu parecer favorável dos Deputados do Partido Socialista e a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, do Deputado do CDS/PP e do Bloco de Esquerda, que reservam a sua posição final para o Plenário.

Assim, a Comissão deliberou por maioria, emitir parecer favorável à aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional”, pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

2. Análise do Projecto de Decreto Legislativo Regional “Revogação do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/A, de 24 de Março”:

- 2.1 Apresentação pela Representação Parlamentar Proponente;
- 2.2 Audição da Secretária Regional da Educação e Formação;
- 2.3 Análise e emissão de parecer.

Parecer: A iniciativa em apreciação mereceu parecer desfavorável dos Deputados do Partido Socialista, a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata e do Deputado do CDS/PP, que reservam a sua posição final para o Plenário, e o voto favorável da Deputada do Bloco de Esquerda.

Assim, a Comissão deliberou por maioria, emitir parecer desfavorável à aprovação do Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Revogação do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/a, de 24 de Março”, pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3. Análise do Projecto de Decreto Legislativo Regional “Segunda alteração ao regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2003/A, de 9 de Junho”:

3.1 Apresentação pelo Grupo Parlamentar Proponente.

4. Análise do Projecto de Resolução “Cria a Comissão Eventual para analisar a aplicação do Rendimento Social de Inserção nos Açores”:

4.1 Apresentação pelo Grupo Parlamentar Proponente;

Parecer: A Comissão deliberou, por unanimidade, não colocar a iniciativa à votação até que sejam revistos, em sede própria, os critérios de composição das Comissões Eventuais, em consonância com o disposto no Regimento da Assembleia bem como no respeito pelo princípio da proporcionalidade e da participação com direito a voto.

5. Análise, emissão de parecer e aprovação do relatório da Comissão referente ao Projecto de Resolução “Programa de Educação para o Empreendedorismo nas Escolas dos Açores”:

Parecer: A iniciativa em apreciação mereceu parecer favorável dos Deputados do Partido Socialista, do Deputado do CDS/PP e da Deputada do Bloco de Esquerda e a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, que reservam a sua posição final para o Plenário.

Assim, a Comissão deliberou por maioria, emitir parecer favorável à aprovação do Projecto de Resolução – “Programa de Educação para o Empreendedorismo nas Escolas dos Açores”, pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Reunião de 17 de Maio:

1. Aprovação dos relatórios da Comissão referentes às seguintes iniciativas legislativas:

1.1 Projecto de Resolução “Programa de Educação para o Empreendedorismo nas Escolas dos Açores”;

1.2 Projecto de Decreto Legislativo Regional “Revogação do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/A, de 24 de Março”;

1.3 Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional”.

Reunião de 18 de Maio:

Reunião de trabalho da Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com uma representação da 8ª Comissão da Assembleia da República.

Na referida reunião foram abordadas temáticas referentes à composição, áreas de competência e funcionamento das duas Comissões. Procedeu-se igualmente a uma análise comparativa das políticas educativas regionais e nacionais, designadamente no que concerne: investimento e tipologia das infra-estruturas escolares, regime de autonomia e gestão das escolas, avaliação do pessoal docente, educação especial e oferta curricular.

Trabalhos desenvolvidos pela Subcomissão:

Reunião de 5 de Maio:

1. Análise, emissão de parecer e elaboração de relatório sobre o Projecto de Lei que “Dispõe sobre a denominação de bens públicos e outros, proibindo a sua atribuição a pessoa viva”.

Parecer: A Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberou, por maioria, nada ter a opor à aprovação do Projecto de Lei em apreciação, com os votos favoráveis dos Deputados do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e do Bloco e Esquerda e o voto contra do Deputado de CDS/PP.

A Comissão promoveu a consulta das Representações Parlamentares do Partido Comunista Português e do Partido Popular Monárquico, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, porquanto estas não integram a Comissão de Assuntos Sociais.

As referidas Representações Parlamentares não se pronunciaram sobre o Projecto de Lei em apreciação.

CAPÍTULO IV

Trabalhos pendentes

1. Projecto de Decreto Legislativo Regional “Segunda alteração ao Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2003/A, de 9 de Junho”;
2. Projecto de Resolução “Roteiros Culturais”;
3. Projecto de Resolução “Cria a Comissão Eventual para analisar a aplicação do Rendimento Social de Inserção nos Açores”;
4. Projecto de Resolução “Alteração do Regulamento dos Postos de Informação Juvenil”.

Horta, 18 de Maio de 2010.

A Relatora, *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Cláudia Cardoso*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE LEI N.º 211/XI – PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL DOS CAMPOS DE GOLFE

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 12 de Maio de 2010, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a apreciação, relato e emissão de parecer, na sequência do solicitado por sua excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre o projecto de Lei n.º 211/XI – Programa de Gestão Ambiental dos Campos de Golfe.

O mencionado Projecto de Lei, iniciativa do Grupo Parlamentar Os Verdes junto da Assembleia da República, deu entrada na Assembleia Legislativa no passado dia 22 de Abril, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A audição dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores relativamente às questões de competência dos órgãos de soberania que digam

respeito à Região exerce-se por força do disposto no n.º 2 do artigo 229º da Constituição da República Portuguesa e na alínea g) do n.º 1 do artigo 7º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Tratando-se de actos legislativos, compete à Assembleia Legislativa a emissão do respectivo parecer, conforme determina a alínea i) do artigo 34º do citado Estatuto Político-Administrativo.

O prazo para a pronúncia não pode ser inferior a 20 dias quando se tratar de parecer a emitir pela Assembleia Legislativa, excepto em situação de manifesta urgência devidamente fundamentada e declarada pelo órgão de soberania. Tudo como resulta do disposto no artigo 118º, n.ºs, 4 e 5 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção que lhe foi dada pela Lei 2/2009, de 12 de Janeiro.

A emissão do parecer da Assembleia Legislativa cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos da alínea e) do artigo 42º do Regimento.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a matéria relativa ao ambiente é da competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III APRECIACÃO DA INICIATIVA

a) Na generalidade

A iniciativa em apreciação pretende impor regras de desempenho ambiental dos campos de golfe, fazendo depender o licenciamento da construção de avaliação de impacte ambiental e de parecer favorável do Instituto do Ambiente, que deverá versar, também, sobre o programa de gestão ambiental, cuja apresentação passa a ser obrigatória. Quanto ao licenciamento de funcionamento, pretende-se que o mesmo dependa da verificação do cumprimento das normas constantes da proposta em apreciação.

Prevê-se a renovação anual do referido programa de gestão ambiental, o qual deve conter normas relativas à gestão da água, controlo da poluição, gestão de resíduos, eficiência energética, conservação da biodiversidade e do património e sensibilização ambiental. A proposta consagra os princípios que devem ser tidos em conta na elaboração das normas de gestão para cada uma destas áreas.

A iniciativa prevê a suspensão do funcionamento dos campos de golfe em caso de risco para a segurança ambiental, sendo certo que não se procede à apresentação do conceito de risco para a segurança ambiental.

b) Na especialidade

Na análise na especialidade não foram apresentadas propostas de alteração.

Capítulo IV SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O *Grupo Parlamentar do PS* manifestou a sua discordância com a iniciativa em apreciação, por considerar que o meio mais adequado para a prossecução dos objectivos preconizados na mesma será a execução da recomendação constante da Resolução da Assembleia da República n.º 19/2006, de 9 de Março, atendendo à complexidade técnica da matéria em causa.

Os *Grupos Parlamentares do PSD* e do *CDS-PP* abstiveram-se de se pronunciar sobre a iniciativa em apreciação.

A *Representação Parlamentar do PCP* manifestou a sua concordância com a iniciativa legislativa, considerando importante a sua aprovação.

Nos termos do n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão promoveu, ainda, a consulta ao *Grupo Parlamentar do BE* e ao Deputado da *Representação Parlamentar do PPM*, porquanto estes não integram a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho. O *Grupo Parlamentar do BE* manifestou a sua concordância com a iniciativa em apreciação, enquanto o Deputado da *Representação Parlamentar do PPM* manifestou-se discordante, pelos mesmos argumentos expressos pelo Grupo Parlamentar do PS.

Capítulo V CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efectuada, a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho conclui pela desadequação da iniciativa legislativa, tendo deliberado, por maioria, com os votos contra do PS, as abstenções do PSD e CDS/PP e o voto a favor do Deputado do PCP, emitir parecer desfavorável à aprovação do Projecto de Lei n.º 211/XI – Programa de Gestão Ambiental dos Campos de Golfe.

Ponta Delgada, 12 de Maio de 2010

A Relatora, *Isabel Almeida Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL – “ESTABELECE OS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O SISTEMA EDUCATIVO REGIONAL”

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu no dia 17 de Maio de 2010, na Sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, para aprovar o relatório e parecer referente à Proposta de Decreto Legislativo Regional

– “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional”.

A iniciativa em análise deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 4 de Maio de 2010 e foi submetida à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, datado do mesmo dia e mês, para apreciação e emissão de parecer até ao dia 4 de Junho de 2010

Posteriormente foi solicitado pelo proponente que a Assembleia diligenciasse no sentido da referida iniciativa ser apreciada pelo Plenário da Assembleia na sua reunião de Maio.

CAPÍTULO II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação foi apresentada pelo Governo Regional nos termos da alínea *f*) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro e da alínea a) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, que lhe confere o poder genérico de iniciativa legislativa perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A iniciativa em análise foi apreciada em comissão de acordo com o estatuído no Regimento da Assembleia Legislativa Regional relativamente ao processo legislativo comum.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, as matérias relativas a “educação” são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III PROCESSO DE ANÁLISE

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir, em audição, o membro do Governo Regional com competência em matéria de educação, e os sindicatos representativos do pessoal docente com sede na Região, bem como solicitar o parecer de todas as unidades Orgânicas da Região, incluindo as respectivas associações de pais e de estudantes, e da Universidade dos Açores.

A Comissão reuniu no dia 14 de Maio de 2010, por vídeo-conferência, para proceder às audições assim como à apreciação da iniciativa e à emissão de parecer.

Reunida novamente a 17 de Maio de 2010, na Sede da Assembleia, na Cidade da Horta, a Comissão procedeu à aprovação do respectivo relatório e parecer.

Audição do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA):

O Presidente do sindicato iniciou a sua apreciação tecendo uma crítica ao tempo exíguo de que as escolas usufruíram para apreciação e emissão de parecer sobre a iniciativa em análise afirmando que muitas escolas não se pronunciaram exclusivamente por falta de tempo para a debaterem.

No que se reporta ao conteúdo da proposta de diploma reafirmou a opinião desfavorável que o sindicato sempre expressou relativamente à criação do currículo regional. No entender do sindicato a iniciativa legislativa em apreço, ao propor a criação de um currículo regional fere a Lei de Bases do Sistema Educativo, uma vez que esta apenas prevê a possibilidade de existência de conteúdos de índole regional em complemento do currículo nacional.

Numa análise na especialidade, o Presidente do sindicato manifestou igual desacordo com alguns aspectos do articulado, designadamente: a extinção de três áreas curriculares não disciplinares, bem como da disciplina de TIC no 9.º ano de escolaridade. Em seu entender, esta última alteração implicará certamente dificuldades na mobilidade de alunos entre os sistemas educativos regionais (dos Açores e da Madeira) e o nacional.

Questionou também a previsão de criação de competências regionais por via regulamentar. A este propósito afirmou que as competências devem ser comuns ao todo nacional não devendo, por isso, ser criadas novas competências específicas para a Região. Acrescentou ainda que mesmo que pudessem ou devessem ser criadas, não deveriam sê-lo por via regulamentar.

A finalizar o Presidente do sindicato referiu aquilo que considerou ser uma inversão na política educativa para o primeiro ciclo do ensino básico assumida pelo anterior governo ao abandonar as equipas pluridisciplinares em benefício da monodocência pura, prevendo situações de monodocência coadjuvada apenas para a Educação Física e o Inglês.

Finda a apresentação seguiu-se um período para esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Piedade Landa, Cláudia Cardoso, Graça Teixeira e Aníbal Pires.

A Deputada Piedade Landa solicitou que o sindicato clarificasse se considera a opção pela monodocência uma má escolha lembrando que, em ocasiões anteriores, o próprio sindicato havia questionado a adopção de outros modelos que implicavam a participação de outros docentes.

O Presidente o sindicato esclareceu nada ter a opor ao contributo que outros professores podem dar no primeiro ciclo. Aquilo que questionava no passado era a desigualdade existente entre as escolas, defendendo que o modelo que fosse adoptado devia ser igual para todos.

Numa segunda intervenção a Deputada Piedade Lalanda lembrou que o sindicato também havia considerado que a introdução de outros intervenientes ao nível do primeiro ciclo feria a monodocência e esbatia as especificidades que distinguem o funcionamento do primeiro ciclo do ensino básico dos ciclos restantes.

A finalizar considerou que a monodocência pode trazer maior estabilidade a um ciclo de ensino que coloca desafios específicos em função da idade das crianças e acrescentou que em seu entender é exagerado considerar necessária a presença de “professores especialistas” numa ou noutra disciplina, neste ciclo de ensino.

Em resposta o Presidente e a Vice-Presidente do sindicato manifestaram o seu acordo com o modelo de monodocência para o primeiro ciclo, desde que coadjuvada por outros professores “especialistas”, designadamente no caso da educação musical, das expressões dramáticas e da educação física.

O sindicato considerou impossível conciliar a monodocência com a introdução de outras disciplinas no primeiro o ciclo, como é o caso do Inglês. A este propósito acrescentaram que os professores do primeiro ciclo possuem uma formação de cariz generalista pelo que consideram que estes devem ser coadjuvados nas áreas para as quais detenham menos competências e nas quais existam professores especialistas.

A Deputada Cláudia Cardoso lembrou que a Lei de Bases do Sistema Educativo privilegia o regime de monodocência para o primeiro ciclo, sem bem que possa ser coadjuvada. Na sua opinião importa manter este modelo em particular tendo em conta a idade das crianças e o comprovado benefício decorrente da existência do professor titular de turma enquanto figura de referência.

Considerou ainda que, atendendo à formação generalista dos professores do primeiro ciclo, tal como o sindicato afirmara, correr-se ia o risco de serem necessários professores especialistas para uma multiplicidade de áreas, até em função das fragilidades de cada docente. Em seu entender, correr-se-ia o risco de transformar o professor de turma num coordenador da actividade dos outros docentes em prejuízo do professor enquanto figura de referência do grupo.

No que concerne a introdução do Inglês no primeiro ciclo lembrou que se trata de uma área curricular de enriquecimento.

A finalizar, e em relação à extinção da disciplina de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no 9.º ano afirmou que, apesar de deixar de existir uma disciplina específica, continuarão a ser desenvolvidas competências em TIC de

forma integrada, de acordo com o modelo de aprendizagem em contexto e integradas na área curricular não disciplinar de Cidadania.

Em reacção às observações efectuadas o sindicato reafirmou a sua defesa da participação de professores especialistas no primeiro ciclo, num modelo de monodocência coadjuvada, sem comprometer a manutenção do professor de turma enquanto figura de referência do grupo.

Reiterou igualmente as suas preocupações quanto à eliminação da disciplina de TIC no 9.º ano de escolaridade. Em seu entender, mesmo que os alunos adquiram as competências no âmbito da área curricular não disciplinar, inevitavelmente sofrerá constrangimentos de mobilidade, podendo mesmo ver-se impedido de concluir o ensino básico num outro sistema de ensino por falta de avaliação referente a esta disciplina.

A Deputada Graça Teixeira interveio no sentido de reforçar a mensagem de que as TIC não são abandonadas. A matriz curricular proposta apenas reflecte a percepção de que se trata de um conjunto de competências que não devem continuar a ser trabalhadas de forma isolada, no contexto de uma disciplina, mas antes de forma integrada e com início no primeiro ciclo.

Em seu entender esta alteração não acarreta quaisquer constrangimentos à mobilidade dos alunos uma vez que as competências em TIC serão desenvolvidas podendo também ser avaliadas caso o aluno opte por se transferir para outra parcela do território nacional ou até para o estrangeiro. A este propósito lembrou que a Região tem recebido e integrado alunos estrangeiros, sem que este problema se tenha colocado.

A finalizar afirmou que importa reduzir a diversificação de professores no primeiro ciclo em defesa da salvaguarda do professor titular como figura de referência do grupo. Importa igualmente reforçar o investimento nas disciplinas nucleares: Língua Portuguesa e Matemática, potenciadoras do sucesso educativo.

O Presidente do sindicato afirmou que mesmo admitindo que as competências em TIC sejam desenvolvidas, continua a considerar que qualquer aluno do 9.º ano que vá dos Açores para o Continente ou para a Madeira irá certamente ser confrontado com problemas.

Acrescentou que mesmo que a matriz curricular nacional venha a ser alterada, não será certamente no próximo ano lectivo e nada garante que siga esta orientação. Para mais referiu que não são ainda conhecidos dados objectivos sobre a implementação da matriz curricular experimental que decorre no presente ano lectivo, pelo que considera esta alteração prematura. Assim, propôs que a iniciativa em apreciação preveja uma implementação gradual, com início apenas no primeiro ano de cada ciclo.

Numa segunda intervenção, a Deputada Cláudia Cardoso reafirmou que em seu entender, a questão da mobilidade dos alunos levantada pelo sindicato não se coloca sendo que a eficaz integração de alunos estrangeiros é bem exemplo dessa possibilidade de ver suprida a frequência de uma disciplina através da avaliação das competências específicas que nela se pretende desenvolver.

A finalizar lembrou que o diploma em análise não representa a propositura de um currículo autónomo. Trata-se sim de uma matriz curricular muito semelhante àquela que vigora no presente ano lectivo, por despacho do Governo Regional e, essa sim, com cariz experimental, que segue de perto o currículo nacional e que respeita na íntegra a Lei de Bases do Sistema Educativo.

O Deputado Aníbal Pires considerou importante e até desejável que sejam introduzidas alterações ao sistema educativo regional que permitam melhorar a resposta da Escola. No entanto considerou que este processo de reforma curricular devia merecer uma discussão mais envolvente de toda a comunidade educativa e assentar numa avaliação quer do sistema na sua globalidade, quer da experiência em curso no presente ano lectivo.

Considerou que a iniciativa foi apresentada e está a ser analisada de forma apressada e questionou o sindicato quanto à sua oportunidade bem como quanto à afirmação de que contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Em resposta às questões colocadas o Presidente do sindicato reafirmou que, em seu entender a Lei de Bases não prevê a criação de currículos regionais mas apenas a possibilidade de, no âmbito do currículo nacional, serem aprofundados conteúdos de índole regional. Na opinião do sindicato o que competia ao Governo Regional era definir esses conteúdos, transmitir essa informação às escolas e produzir o material pedagógico necessário para que fossem efectivamente abordados.

Concluiu afirmando que o sistema educativo regional necessita de estabilidade o que, em seu entender, não tem existido.

Audição do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDP):

O Presidente do sindicato procedeu à apresentação do parecer escrito enviado à Comissão, reafirmando algumas questões que considera mais pertinentes.

Numa abordagem ao processo de elaboração e de apresentação da presente iniciativa legislativa lamentou que a mesma não tenha a participação dos docentes nem dos sindicatos representativos dos docentes uma vez que estes, apesar de o terem solicitado, não integraram a Comissão para o Currículo Regional, nem foram ouvidos em sede de abordagem negocial.

A este propósito lamentou que a iniciativa não tenha sido colocada em discussão pública e considerou insuficiente o prazo disponibilizado às escolas e aos sindicatos para análise e emissão de parecer.

Ainda numa abordagem prévia considerou a apresentação da iniciativa inoportuna uma vez que a calendarização das diferentes etapas conducentes à elaboração do Currículo Regional, proposta pelo próprio Governo não foi cumprida.

Passando a uma apreciação da iniciativa, na generalidade, o Presidente do sindicato reafirmou a posição assumida pelo SDP desde 2001, aquando da aprovação do Decreto Legislativo Regional 15/2001/A. Já então o SDP considerava um princípio básico que se cumpra na Região o currículo nacional, sob pena de prejuízo para os alunos dos Açores. Em seu entender é isto que preconiza a Lei de Bases do Sistema Educativo. Não compete às Regiões Autónomas a criação de currículos regionais mas apenas a introdução de conteúdos de índole regional no currículo nacional.

Assim, considerou que a tarefa do Governo Regional nesta matéria devia centrar-se na emissão de orientações claras para as escolas sobre os conteúdos regionais a leccionar, a sua incorporação no currículo nacional e a disponibilização de um acervo de suporte documental conducente à efectiva abordagem dos referidos conteúdos. Importaria igualmente proporcionar aos docentes oportunidades de formação relevantes incidindo sobre matérias de índole regional.

No entender do SDP a iniciativa do Governo Regional desrespeita a lei vigente porquanto ultrapassa as competências que lhe estão previstas na Lei de Bases do Sistema Educativo, no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2001/A, na Resolução n.º 124 e no Decreto-Lei n.º 6/2001.

O Presidente do SDP considera a iniciativa inoportuna por duas ordens de razão:

Em primeiro lugar por considerar que a mesma devia ser o último passo de uma cadeia de etapas definidas pelo Governo. Estando essas etapas ainda por cumprir não se compreende a apresentação do produto final, que delas devia surgir.

Para mais, e em congruência com o princípio defendido pelo sindicato de que qualquer tentativa de currículo regional terá, obrigatoriamente, carácter subsidiário ao cumprimento escrupuloso do currículo nacional, considera inaceitável que se proceda à aprovação da presente iniciativa num contexto de revisão do currículo nacional e em antecipação aos resultados dessa revisão.

Passando a uma apreciação na generalidade, o Presidente do sindicato considerou imprecisas algumas afirmações referidas no preâmbulo da iniciativa designadamente no que concerne à introdução da disciplina de Inglês no primeiro ciclo.

Refutou também as afirmações referentes ao processo de auscultação de agentes educativos, afirmando desconhecer quais foram as entidades ouvidas, qual a avaliação que foi efectuada à matriz experimental em vigor no presente ano lectivo e que documentos foram produzidos.

O Presidente do SDP questionou o facto de não ver contemplado na presente iniciativa o alargamento da escolaridade obrigatória ao 12.º ano de escolaridade e lamentou que matérias estruturantes sejam remetidas para futuros Decretos Regulamentares que, em seu entender, comprometerão ainda mais a participação activa da comunidade educativa.

A finalizar a apreciação na generalidade concluiu que a presente iniciativa precipita um desenho curricular extemporâneo, que vai colidir com as alterações que vierem a ser introduzidas ao currículo nacional e que não cumpre com os objectivos definidos pelo próprio Governo Regional. Em seu entender impõe-se que a iniciativa recue a todas as fases previstas pelo Governo e que ainda não se encontram concluídas. No próximo ano lectivo deverá proceder-se exclusivamente à formação dos docentes e à disponibilização de materiais de apoio, essenciais ao desempenho dos docentes.

Concluiu afirmando que as Unidades Orgânicas da Região nunca deixaram de abordar conteúdos regionais.

Numa apreciação na especialidade o Presidente do sindicato reafirmou que a gestão flexível do currículo nunca pode significar currículos diferentes do nacional mas sim o desenvolvimento de competências de concorrência.

Partindo deste pressuposto questionou a fundamentação para as alterações que se verificam na matriz curricular agora proposta em relação à matriz experimental que vigora no presente ano lectivo por força do Despacho n.º 858, salientando que, em alguns casos essas diferenças consubstanciam reduções da carga horária de disciplinas nucleares, o que contraria o espírito do próprio diploma.

Teceu um conjunto de considerações sobre o disposto para os diferentes ciclos do ensino básico, incluindo a educação pré-escolar, que se encontram expressas no articulado do parecer.

Finda a apresentação seguiu-se um período para esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Cláudia Cardoso, Aníbal Pires, Francisco Alvares e Graça Teixeira.

A Deputada Cláudia Cardoso interveio no sentido de clarificar que não cabe à Comissão responder às questões suscitadas pelo sindicato não só por se tratar de uma iniciativa do Governo, como também pelo facto de a Comissão ainda não ter tido oportunidade de proceder à audição da Secretária Regional da Educação e Formação.

Acrescentou ainda que, em seu entender não houve, por parte do Governo Regional incumprimento quanto à calendarização dos trabalhos relacionados com a elaboração do currículo regional, tendo existido apenas uma dilação dos prazos.

O Deputado Aníbal Pires solicitou que o Presidente do SDP confirmasse qual a posição do sindicato quanto à oportunidade da iniciativa em apreço.

Por sua vez o Deputado Francisco Alvares quis que o sindicato reiterasse a sua opinião quanto à forma como surgiu o diploma, aos seus conteúdos e à sua oportunidade.

A Deputada Graça Teixeira refutou a afirmação de que as escolas não tinham sido envolvidas na elaboração da iniciativa em análise salientando que a proposta resulta do envolvimento das escolas na implementação da matriz curricular para o ensino básico experimental que foi testada na Região. Refutou igualmente a alegada falta de dados referentes ao impacto dessa experiência, afirmando que todas as escolas enviaram à Secretaria Regional da Educação e Formação a avaliação da implementação do Despacho n.º 858.

Em resposta às intervenções dos Deputados Regionais o Presidente do SDP reconheceu que não compete à Comissão dar resposta às questões por ele colocadas. Referiu que só as colocou em sede de Comissão por falta de oportunidade de as colocar na sede própria e na expectativa de que a Comissão possa delas fazer eco na sede própria.

Reiterou o desacordo do SDP com a proposta em análise quer em termos de conteúdo, quer de forma ou de oportunidade classificando-a de precipitada e extemporânea.

A finalizar manifestou o seu desacordo com as afirmações proferidas pela Deputada Graça Teixeira, salientando que se existe algum estudo sobre o impacto da aplicação do Despacho n.º 858 era bom que o mesmo fosse do conhecimento da comunidade educativa, assim como da Comissão incumbida de apreciar a presente iniciativa legislativa.

Audição da Secretária Regional da Educação e Formação:

A Secretária Regional procedeu à apresentação da iniciativa legislativa considerando tratar-se de mais um passo significativo na progressiva explicitação das aprendizagens que se pretende implementar no âmbito do Currículo Regional e que se traduz no conjunto de aprendizagens e competências que alunos açorianos deverão desenvolver tendo por base as especificidades da Região.

De acordo com a Secretária Regional a Proposta de Decreto Legislativo Regional fundamenta-se na disponibilização de uma oferta curricular assente no currículo

nacional, sem prejuízo da oferta de conteúdos específicos da nossa identidade, da nossa natureza insular e arquipelágica e é apresentada no cumprimento integral da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O objectivo último desta iniciativa é o de promover junto dos alunos açorianos o desenvolvimento de um conjunto de aprendizagens e de competências potenciadoras de melhores resultados escolares e desempenhos pessoais, sociais e profissionais.

Assim, e numa comparação com o currículo nacional a Secretária Regional salientou o facto de ser dedicado maior ênfase ao tempo destinado às disciplinas nucleares, designadamente à Língua Portuguesa e à Matemática.

A área curricular não disciplinar denominada de “Cidadania” foi igualmente merecedora de destaque por parte da proponente que salientou tratar-se de uma área que funcionará em regime de par pedagógico, na qual o director de turma e um professor com competências em TIC abordarão um conjunto de temáticas a explicitar por Decreto Regulamentar Regional.

A finalizar a Secretária Regional chamou a atenção para o facto da proposta de diploma abordar a educação básica e não apenas o ensino básico integrando, por essa via, a educação pré-escolar. Em seu entender consegue-se por esta via uma melhor articulação entre o pré-escolar e o ensino básico.

No que se reporta especificamente ao 1.º ciclo salientou a previsão da disciplina de Inglês como oferta obrigatória a ministrar por professor especialista, bem como a oferta de educação física, em regime de monodocência coadjuvada.

Finda a apresentação seguiu-se um período para esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Cláudia Cardoso, Piedade Lalanda, Rui Ramos, Paulo Rosa, Zuraida Soares e Graça Teixeira.

A Deputada Cláudia Cardoso referiu que uma vez que a presente iniciativa legislativa assenta na implementação da matriz curricular experimental que decorre no presente ano lectivo seria útil perceber em que aspectos a matriz agora proposta difere ou não daquela que está a ser experimentada.

A Deputada Piedade Lalanda retomou um aspecto trazido à Comissão pelo SPRA e solicitou que a Secretária Regional clarificasse porque razão se prevê uma aplicação da matriz curricular proposta a todos os alunos ao invés de uma aplicação faseada?

Em resposta às questões colocadas a Secretária Regional afirmou que a proposta de Decreto Legislativo Regional abrange os 3 ciclos da educação básica, numa lógica que se quer integrada e integradora dos três ciclos. Para mais acrescentou que, no

presente ano lectivo, se fez uma aproximação à matriz curricular agora proposta, pelo que não considera que a mesma careça de mais experimentação.

Ainda a este propósito afirmou que apesar de existirem algumas diferenças entre a matriz experimental e aquela que integra a proposta de diploma, a comparação que importa fazer é com o currículo nacional. A este propósito lembrou que a educação pré-escolar não tem programa mas sim orientações curriculares.

No que se reporta ao 1.º ciclo afirmou que a componente lectiva respeita a carga horária estabelecida a nível nacional e que se opta pela gestão flexível do currículo respeita, privilegiando a monodocência ou monodocência coadjuvada. Neste ciclo de ensino salientou também a oferta obrigatória do Inglês, ministrado por professor especialista, no âmbito da área de enriquecimento curricular.

Em relação ao 2.º ciclo a Secretária Regional afirmou que a matriz proposta prevê mais tempo para Língua Portuguesa, Matemática e Línguas Estrangeiras, e igual carga horária para educação visual e educação física.

Considerou fundamental fazer a distinção entre áreas curriculares disciplinares e áreas curriculares não disciplinares e afirmou que, nas áreas curriculares disciplinares, a matriz proposta prevê uma carga horária superior à nacional.

No que se reporta ao 3.º ciclo afirmou que existe uma margem que é deixada à gestão das escolas sendo que as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, as Ciências e as Línguas Estrangeiras podem ter uma carga horária igual ou superior à prevista a nível nacional. As disciplinas de educação física e educação visual têm uma carga horária idêntica à nacional.

A finalizar fez referência à área curricular não disciplinar “Cidadania” para informar que esta integra, para além de um bloco de 90 minutos obrigatório para todos os alunos, um segmento de 45 minutos que pode ser destinado, em alternativa e em regime de opção, à Educação Moral e Religiosa, que se mantém em regime de oferta obrigatória e frequência facultativa.

Lembrou também que existe ainda a possibilidade de oferta de actividades de enriquecimento curricular, definidas por cada escola.

O Deputado Rui Ramos participou no debate para colocar à Secretária Regional algumas das questões que foram trazidas à Comissão pelos sindicatos, designadamente: Qual o grau de cumprimento da calendarização elaborada pelo Governo Regional para implementação de um conjunto de acções tendentes à implementação do currículo regional? Para além da experiência generalizada que decorre no presente ano lectivo, há alguma avaliação dos resultados das acções anteriormente referidas ou da experiência ainda em curso? Foi oferecida alguma formação aos docentes para que este diploma possa entrar em vigor? Qual a fundamentação que a Secretária Regional da Educação e Formação possui para

justificar a diminuição da carga horária adstrita às disciplinas de Educação Física e de Inglês? Quais as metas de aprendizagem definidas para os alunos da Região? O que significa o previsto nos artigos 18.º e 19.º e como se concretiza?

A Secretária Regional iniciou a sua resposta às questões colocadas esclarecendo que a iniciativa em análise apenas envolve as questões relacionadas com a matriz curricular, incluindo a carga horária, para implementação do currículo regional. Tal como referido no artigo 9.º da proposta de diploma, os restantes aspectos, incluindo as questões colocadas, serão definidos por Decreto Regulamentar Regional. Trata-se de matérias que estão a ser ultimadas para, em tempo útil, serem disponibilizadas às escolas e permitirem a implementação do currículo regional no próximo ano lectivo. A este propósito assumiu que a calendarização prevista sofreu alguns ajustes, mas que estes não põem em causa a implementação do currículo regional.

No que se reporta aos resultados da aplicação da matriz curricular experimental afirmou que houve avaliação, que as escolas foram consultadas e que foi com base nessa consulta que se procedeu a alguns ajustes. Referiu a título de exemplo a possibilidade do aluno poder optar ter formação artística no 9.º ano.

Em relação à carga horária da disciplina de Inglês afirmou que foi ouvida a Comissão Permanente do Ensino Público e que a conclusão de que 2 horas seriam o tempo adequado para o 1.º ciclo mereceu o consenso dos professores.

Ainda em resposta às questões colocadas afirmou que a comissão coordenadora do currículo regional, assim como as diferentes equipas de trabalho, vão continuar a trabalhar pelo menos mais um ano para garantir a implementação do currículo regional, o que inclui também a oferta de formação aos docentes. Acrescentou que as metas de aprendizagem estão a ser definidas também a nível nacional que ainda não são públicas, e que vão ser testadas em diferentes contextos.

No que se reporta à área curricular não disciplinar “Cidadania” afirmou que as temáticas a abordar ainda não se encontram concluídas, mas garantiu que o estariam em tempo útil. Esta área curricular inclui um bloco de 45 minutos que poderá ser-lhe dedicado ou, em alternativa e por opção do aluno, ser dedicado a educação moral e religiosa. Acrescentou que as temáticas específicas da área de Cidadania serão obrigatoriamente abordadas no bloco comum a todos os alunos. Os 45 minutos restantes podem ser dedicados ao reforço dessas temáticas, para os alunos que optem não frequentar educação moral e religiosa.

Em jeito de conclusão afirmou que os objectivos traçados estão a ser integralmente cumpridos verificando-se apenas alguns ajustes em relação aos timings. Importa manter presente que a implementação do currículo regional não termina com a apresentação deste diploma, mas antes será um processo acompanhado.

Em reacção aos esclarecimentos prestados pela Secretária Regional o Deputado Rui Ramos considerou que a iniciativa em análise é um documento complexo e

estruturante do sistema educativo regional pelo que merecia uma atenção mais profunda. Em seu entender a iniciativa devia der alvo de um processo de discussão pública, serem ouvidos as associações de professores. Considerou precipitada a apresentação da iniciativa num contexto em que não são conhecidos os resultados da avaliação da aplicação da matriz curricular experimental, as metas de aprendizagem ainda não são públicas e a formação dos professores só será feita quando estes já estiverem a leccionar esta proposta de currículo regional.

Em resposta às afirmações proferidas pelo Deputado Rui Ramos a Secretária Regional afirmou não poder colocar em discussão pública documentos que ainda não estão finalizados. Concluiu reafirmando que se encontra em fase de terminal o trabalho referente às competências que se articulam/cruzam as áreas curriculares com as especificidades açorianas e que concretizam as especificidades do currículo regional. Estão igualmente a ser ultimadas as temáticas para área da cidadania, assim como as metas de aprendizagem. Em seu entender estas metas constituem factor fundamental na definição da política educativa que queremos traçar e certamente serão também facilitadoras do trabalho dos docentes.

O Deputado Paulo Rosa retomou a questão colocada pela Deputada Piedade Lalanda referente à possível introdução desta matriz curricular no primeiro ano de cada ciclo de ensino. No seu entender não se trataria de espartilhar o modelo, mas sim de fazer a sua introdução gradual.

Referiu-se também à afirmação da Secretária Regional de que o ano corrente terá servido de aproximação ao modelo agora proposto, para considerar que apesar disso terá sofrido algumas alterações como seja o caso da diminuição da carga horária da educação física. Questionou a congruência desta opção quando se defende a promoção da saúde escolar e combate à obesidade infantil. Ainda a este propósito solicitou que os dados referentes à avaliação deste ano de aproximação à matriz curricular agora proposta possam ser enviados à Comissão, no âmbito da apreciação da proposta de diploma.

A finalizar considerou que, pela sua importância a proposta de diploma em análise merecia mais tempo de análise pela comunidade educativa assim como pela Comissão de Assuntos Sociais.

A Secretária Regional considerou não haver necessidade de uma introdução gradual do currículo regional afirmando que as questões têm vindo a ser abordadas desde 2001 e que se encontram devidamente amadurecidas. Referiu não sentir necessidade de uma introdução gradual do currículo para o testar uma vez que se trata apenas de introduzir alguns reajustes à experiência que decorre no presente ano lectivo.

Disponibilizou-se para fazer chegar à Comissão os dados referentes à auscultação das escolas e esclareceu que a redução da carga horária de algumas disciplinas face à matriz experimental se deve à opção por garantir maior ênfase às disciplinas

nucleares sendo, em todo o caso, idêntica à carga horária nacional. Acrescentou ainda que no âmbito da autonomia das escolas pode ser disponibilizado aos alunos um variado leque de actividades de enriquecimento curricular que contribuam não só para a promoção da saúde escolar e combate à obesidade infantil, como também para a promoção do sucesso educativo.

Concordando com a apreciação de que se trata de um documento marcante e estruturante do sistema educativo regional considerou que o tempo disponibilizado para a sua análise foi o adequado e o necessário para salvaguardar a preparação do próximo ano lectivo.

O Deputado Francisco Álvares participou no debate para reiterar a apreciação de que o prazo dado para apreciação da iniciativa foi manifestamente curto e questionar a Secretária Regional sobre os dados de que dispõe para suportar a alteração proposta para a carga horária da disciplina de educação física. Em seu entender, dois períodos de 45 minutos cada são manifestamente insuficientes para que a actividade física seja eficaz.

Manifestou ainda preocupação com a afirmação da Secretária Regional de que alguns aspectos sobre os quais está a ser questionada não se encontram ainda concluídos e serão publicados por via regulamentar, uma vez que se perspectiva que excluirá o contributo de intervenientes privilegiados como sejam os docentes e os sindicatos que os representam.

A Deputada Zuraída Soares lamentou que a maior parte das questões colocadas à Secretária Regional fiquem sem resposta por se reportarem a processos ainda não concluídos. Em seu entender tudo o que é fundamental está por concluir: conteúdos, metas, avaliação, materiais Seria preferível esperar mais algum tempo para que o currículo regional pudesse reunir um amplo consenso e ser algo de que toda a comunidade educativa se pudesse orgulhar.

Em conclusão afirmou entender que só há uma coisa que pode ser feita para dignificar esta proposta: dar-lhe mais tempo e não a levar a plenário agora.

O Deputado Rui Ramos voltou a intervir para solicitar que a Presidente da Comissão desencadeie os esforços necessários com vista à obtenção dos dados que a Secretária Regional afirmou poder disponibilizar. Solicitou igualmente que a Secretária Regional precisasse as datas em que a proposta de diploma esteve em discussão pública assim como do contexto no qual os professores de Inglês terão aprovado a redução da carga horária da disciplina de Inglês no 1.º ciclo.

Em resposta às questões colocadas a Secretária Regional repetiu que existem muitas outras formas de promover a actividade física, combater a obesidade infantil e promover a saúde em contexto escolar que não exclusivamente por via da disciplina de educação física.

Acrescentou que, contrariamente ao manifestado por alguns Deputados, se sente satisfeita com a apresentação da proposta de diploma. Reafirmou que o currículo regional não termina com esta iniciativa mas que ela representa um passo fundamental para que o trabalho por concluir possa prosseguir.

Informou que a carga horária a disponibilizar para a oferta da disciplina de Inglês no 1.º ciclo foi apreciada em sede de Comissão Permanente do Ensino Público e disponibilizou-se para, posteriormente, informar quanto à data.

A finalizar clarificou que a proposta de diploma em análise não foi colocada em discussão pública mas sim submetida à auscultação das escolas. Acrescentou ainda que a iniciativa que serviu de base ao trabalho que decorreu este ano lectivo, servindo também de base ao presente diploma esteve em discussão pública, que a presente iniciativa apenas lhe introduz alguns ajustes que foram submetidos à auscultação das escolas.

A Deputada Graça Teixeira questionou a Secretária Regional sobre a proposta de alternância de 45 minutos de Cidadania com a disciplina de educação moral e religiosa, por opção dos alunos. Em seu entender trata-se de uma alternância de difícil operacionalização e que pode gerar situações de desigualdade entre alunos. Considerou mais exequível a alternância da educação moral e religiosa com outra área curricular não disciplinar que não cidadania ou, em alternativa, a oferta da disciplina de religião e moral em regime de oferta obrigatória e frequência optativa mas não em alternância, sendo que a área curricular não disciplinar “Cidadania” manteria a carga horária de bloco e meio para todos os alunos.

A Secretária Regional referiu já ter ponderado a solução proposta tendo optado pela salvaguarda de um bloco de 90 minutos de cidadania para todos os alunos e 45 minutos que poderão ser dedicados a cidadania ou a educação moral e religiosa, consoante a opção dos alunos. Acrescentou que a matéria em causa será abordada com as escolas na Comissão para o Ensino Público na procura de consenso sobre a melhor forma de se poder operacionalizar esta oferta.

Numa nova intervenção a Deputada Cláudia Cardoso lembrou que os sindicatos fizeram uma apreciação globalmente negativa da proposta designadamente em termos de conformidade com a Lei de Bases do Sistema Educativo e da eliminação da disciplina de TIC no 9.º ano e eventuais consequências em termos de mobilidade dos alunos. Assim, solicitou que a Secretária Regional explicitasse a visão do Governo Regional em relação às matérias em causa.

Acrescentou que, apesar ser sempre preferível dispor de mais tempo para análise dos diplomas melhor, se congratula com o facto de muitas escolas se terem pronunciado, apesar da escassez do tempo, sendo que os pareceres recebidos das escolas reflectem a realização de reuniões de departamentos curriculares.

A Deputada Zuraida Soares considerou que, em seu entender, nem se trata tanto de uma questão de tempo mas sim uma questão da matéria que está colocada à apreciação. Em seu entender está a ser pedido que a Comissão aprecie e emita parecer sobre uma iniciativa cujos conteúdos, materiais e temáticas desconhecemos porque ainda não estão concluídos.

A Secretária Regional da Educação e Formação afirmou que a proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação contem todas as matérias que têm de ser definidas por via legislativa, designadamente, os princípios orientadores, a matriz curricular e a carga horária. Por Decreto Regulamentar Regional serão definidas as temáticas, com o compromisso de que serão colocadas em discussão pública, apesar de não ser exigido.

Reassumi que o próximo ano lectivo será dedicado à formação dos docentes, à produção de suportes e ao acompanhamento da implementação do currículo regional.

Garantiu que a iniciativa é apresentada com pleno enquadramento legal e no respeito integral pela Lei de Bases do Sistema Educativo. A este propósito citou o n.º 2 do Artigo 50.º da referida Lei de Bases e clarificou que as componentes do currículo específicas da Região se inserem na área curricular não disciplinar, sem prejuízo da transversalidade indispensável a esta área.

A finalizar, e no que se reporta às competências em TIC assegurou que estão contempladas na área de cidadania, que será ministrada em par pedagógico, sendo que um professor será necessariamente professor desta área. Afirmou que as TIC serão assumidas enquanto competências transversais a toda a área e garantiu que os alunos açorianos não ficarão prejudicados nem a sua mobilidade reduzida. A título de exemplo referiu as práticas de integração de alunos estrangeiros e o sucesso que tem sido possível alcançar.

Pareceres recebido pela Comissão:

Na sequência do pedido de parecer emitido pela Comissão, à data da elaboração do presente relatório, haviam sido recepcionados os seguintes pareceres:

- Escola Básica Integrada 2,3 Canto da Maia;
- Escola Básica Integrada da Maia;
- Escola Básica Integrada e Secundária de Vila Franca do Campo;
- Escola Básica e Secundária da Madalena;

- Escola Básica e Secundária de S. Roque Pico;
- Escola Básica e Secundária de Velas;
- Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo;
- Escola Básica Integrada dos Arrifes;

- Escola Básica Integrada dos Biscoitos;
- Escola Básica Integrada das Capelas;
- Escola Básica Integrada da Horta;
- Escola Básica Integrada da Praia da Vitória;
- Escola Básica Integrada Roberto Ivens;
- Escola Básica Integrada do Topo;
- Escola Básica e Secundária das Flores;
- Escola Básica Integrada da Ribeira Grande;
- Escola Básica e Secundária Tomás de Borba;
- Escola Secundária Antero de Quental;
- Escola Secundária da Lagoa;
- Escola Secundária Manuel de Arriaga;
- Escola Secundária da Ribeira Grande;
- Escola Secundária Domingos Rebelo;
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores;
- Sindicato dos Professores da Região Açores.

Os referidos pareceres encontram-se disponíveis nos serviços desta Assembleia.

Deliberação:

Findo o processo de audições o Deputado Rui Ramos propôs que, atendendo ao conteúdo das audições, à complexidade da iniciativa legislativa, bem como ao seu impacto no sistema educativo regional, a Comissão deliberasse alargar o período previsto para apreciação pela Comissão solicitando, se fosse caso disso, prorrogação do prazo concedido pelo Presidente da Assembleia.

A Presidente da Comissão considerou que apesar de ser desejável dispor de mais tempo para apreciar um documento da natureza deste, tinha de concluir que o prazo concedido às escolas para emissão de parecer não se tinha revelado impeditivo da sua pronúncia, uma vez que já tinham chegado à Comissão diversos pareceres.

Salientou igualmente compreender os fundamentos apresentados no pedido de urgência apresentado pelo Governo Regional no sentido de se proceder à aprovação do diploma na sessão Plenária do mês de Maio para assegurar que as escolas possam proceder aos trabalhos de preparação do próximo ano lectivo com normalidade.

A proposta foi submetida a votação e rejeitada, por maioria, com os votos contra dos Deputados do Partido Socialista e os votos favoráveis dos Deputados dos Partidos Social Democrata, CDS/PP e Bloco de Esquerda.

CAPÍTULO IV APRECIACÃO NA GENERALIDADE

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em análise visa estabelecer os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da Educação Básica para o sistema educativo regional.

O conceito de currículo regional foi introduzido na política educativa açoriana através do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2001/A, de 4 de Agosto. Posteriormente, a Resolução n.º 124/2004, de 9 de Setembro, aprovou um conjunto de competências essenciais do currículo regional do ensino básico e situou parte dessas competências em contextos de insularidade e açorianidade, tornando a organização do currículo na Região mais facilitadora da promoção de aprendizagens especialmente significativas para os jovens açorianos.

No entanto, defende o proponente, que o destaque destes contextos de significatividade, através da enumeração de competências a eles associadas, sendo vantajoso em termos de explicitação de pistas de contextualização regional das aprendizagens, comporta, todavia, o risco de veiculação de uma ideia de currículo regional como adição ao currículo nacional.

Assim, e para evitar este risco, pretende o Governo Regional, através desta iniciativa, reforçar a afirmação da ideia de currículo regional como adaptação orgânica do currículo nacional, sendo ainda necessário ter em conta que o próprio currículo nacional tem sido cada vez mais sujeito a um fenómeno de convergência internacional, resultante da globalização em geral e, num plano mais particular, da articulação entre as políticas nacionais e as políticas europeias de educação e formação.

Num contexto de escola inclusiva, a prossecução deste desiderato exige que, em simultâneo, se encare a identidade regional como factor de relevância curricular e se maximize a exploração de ligações entre fenómenos regionais e fenómenos globais.

A iniciativa em apreciação baseia-se igualmente no reconhecimento da necessidade de equilíbrio entre a fidelidade ao currículo nacional, a valorização da autonomia curricular das escolas e a assunção de responsabilidades de política curricular a nível regional aconselham, ainda, a consolidação de um desenho curricular que, em simultâneo, seja compatível com o que é veiculado pelo Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 209/2002, de 17 de Outubro, 396/2007, de 31 de Dezembro e 3/2008, de 7 de Janeiro, e reflecta as ênfases e prioridades de política curricular legitimamente assumidas na Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO V

PARECER

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista emitiram parecer favorável à aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreciação.

Os Deputados dos Grupos Parlamentares do Partido Social Democrata, do CDS/PP e do Bloco de Esquerda abstiveram-se com reserva da sua posição final para o plenário da Assembleia.

Assim, a Comissão deliberou, por maioria, emitir parecer favorável à aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional”, pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 17 de Maio de 2010.

A Relatora, Nélia Amaral

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Cláudia Cardoso

RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL “REVOGAÇÃO DO DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL N.º 5/2010/A, DE 24 DE MARÇO”

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 17 de Maio de 2010, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, a fim de proceder à aprovação do seu relatório e parecer sobre o Projecto de Decreto Legislativo Regional “Revogação do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/A, de 24 de Março”, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia.

O referido Projecto de Decreto Legislativo Regional deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 5 de Abril de 2010 com pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão.

O referido pedido foi apreciado pelo Plenário da Assembleia no dia 22 de Abril e rejeitado por maioria, pelo que o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi posteriormente submetido à Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia datado do dia 23 do mesmo mês, para apreciação e emissão de parecer, até ao dia 26 de Maio de 2010.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O Projecto de Decreto Legislativo Regional em apreciação foi apresentado por iniciativa da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português exercida nos termos do estatuído na alínea d) do n.º 1 artigo 31.º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores aprovado pela Lei n.º 2/2009, de 12 de Janeiro, em conjugação com o disposto no artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aborda o poder de iniciativa.

O Pedido de urgência e dispensa de análise em Comissão foi apresentado ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 146.º do Regimento da Assembleia Legislativa a Região Autónoma dos Açores.

A iniciativa em análise foi submetida à apreciação da Comissão competente em função da matéria de acordo com o estatuído no Regimento da Assembleia Legislativa Regional relativamente ao processo legislativo comum.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, as matérias relativas a “educação” são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

PROCESSO DE ANÁLISE

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir em audição o membro do Governo Regional com competência em matéria de educação, e solicitar o parecer dos sindicatos representativos dos professores assim como do órgão executivo e do corpo docente da Escola Profissional das Capelas.

A Comissão reuniu por vídeo-conferência, no dia 14 de Maio, para proceder às audições, à apreciação da iniciativa e à emissão de parecer.

Reunida a 17 de Maio de 2010, na Sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores na cidade da Horta, a Comissão procedeu à aprovação do respectivo relatório e parecer.

Apresentação da iniciativa pelo Proponente:

O Deputado Aníbal Pires, da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, procedeu à apresentação da iniciativa salientando tratar-se de uma medida que visa essencialmente repor o modelo de gestão democrática e evitar prejuízos à estabilidade administrativa na Escola Profissional provocados pela publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/A, de 24 de Março.

De acordo com o proponente o modelo de gestão democrática comum a todo o sistema regional de ensino havia sido aplicado à Escola Profissional das Capelas por Decreto Legislativo Regional pelo que competiria igualmente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores proceder a qualquer eventual alteração.

Apresentou ainda como fundamentação um precedente que se terá verificado na Região Autónoma da Madeira no qual uma tomada de decisão semelhante foi declarada inconstitucional.

O Proponente remeteu para os argumentos aduzidos aquando da apresentação da iniciativa e do respectivo pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, na sessão plenária de Abril de 2010 e considerou nada mais ter a acrescentar.

Finda a apresentação, foi aberto um período para esclarecimentos.

Não havendo inscrições por parte dos Deputados Regionais a audição foi encerrada.

Audição da Secretária Regional da Educação e Formação:

A Secretária Regional procedeu a uma apreciação sucinta do Projecto de Decreto Legislativo Regional, salientando sempre ter considerado que a mesma não fazia qualquer sentido, convicção esta que se acentua no contexto actual, perante a recente decisão do Tribunal Administrativo de Ponta Delgada face à providência cautelar interposta por um sindicato.

Traçando o percurso recente da Escola Profissional das Capelas a Secretária Regional referiu ter havido uma tentativa de aproximação daquela escola às escolas do ensino regular. Posteriormente veio a verificar-se a necessidade de alterar esse rumo, essencialmente face às especificidades das escolas profissionais. O Decreto Regulamentar em causa visa precisamente respeitar essas especificidades e dotar a Escola Profissional das Capelas dos instrumentos que lhe permitam melhor corresponder às exigências que se lhe colocam, designadamente: proceder a uma maior aproximação da escola ao mercado de trabalho, oferecer serviços na área da requalificação de activos e da formação de desempregados.

A finalizar, a Secretária Regional considerou que o Governo Regional agiu de forma a proporcionar à escola as condições necessárias à sua modernização, assegurando a sua capacidade de resposta às evoluções/exigências das populações e do tecido empresarial.

Em conclusão, reafirmou que o Decreto Regulamentar Regional tem enquadramento legal, como o Tribunal Administrativo de Ponta Delgada veio a confirmar, pelo que não se justifica esta iniciativa legislativa.

Finda a apreciação da iniciativa foi aberto um período dedicado a esclarecimentos no qual intervieram os Deputados Rui Ramos, Paulo Rosa e Zuraida Soares.

O Deputado Rui Ramos solicitou que a Secretária Regional clarificasse quais os requisitos que presidem à nomeação de qualquer Director de Escola, bem como que critérios nortearão a colocação dos actuais professores da Escola Profissional das Capelas que, ao abrigo do disposto no Decreto Regulamentar em causa, solicitem a sua transferência para outra escola. A este propósito, questionou se a colocação destes docentes não representará uma ameaça ao princípio da igualdade uma vez que um docente, com uma determinada classificação, pode ficar excluído no processo de concurso e depois ver entrar, para a mesma escola, um colega com classificação inferior, que esteja actualmente na Escola Profissional das Capelas e solicite a transferência para essa mesma escola.

O Deputado Paulo Rosa quis saber se a Secretária Regional considera impossível que uma qualquer escola profissional se consiga modernizar tendo um modelo de gestão democrática.

Por sua vez, a Deputada Zuraida Soares solicitou esclarecimentos sobre os factores que terão levado a Secretaria Regional da Educação a concluir pela necessidade de alteração do rumo anteriormente traçado para a Escola Profissional das Capelas e em que momento foi dado conhecimento dessa conclusão aos órgãos internos da referida escola.

Em resposta às questões colocadas, a Secretária Regional lembrou que a Escola Profissional das Capelas é a única escola profissional pública da Região pelo que esta situação não se coloca em relação a nenhuma outra escola.

No que se reporta aos critérios para nomeação do Director da Escola, afirmou que os requisitos se encontram definidos na lei, dos quais salientou: possuir currículo relevante e experiência de gestão.

Em relação à colocação dos professores que solicitem a sua transferência da Escola Profissional das Capelas para outra escola do sistema educativo regional assegurou que serão colocados sem prejuízo do processo concursal. Lembrou que se trata de um número reduzido de docentes, de grupos diferentes e que irão para escolas diferentes. Acrescentou que será feita uma análise caso a caso, atendendo aos interesses de cada docente, às necessidades das escolas e sem prejuízo para nenhum outro docente.

Referiu não ter dito que o modelo de gestão democrática é incompatível com o processo de modernização. No entanto, dadas as características da escola, designadamente a grande diversidade de qualificações e de habilitações dos formadores o órgão de gestão cessante não tinha conseguido proceder à constituição dos diferentes órgãos de gestão da escola, nem à elaboração dos documentos norteadores do seu funcionamento. A escola encontrava-se num

processo de instalação e havia que decidir quanto ao seu futuro. Neste contexto a Secretaria Regional optou por uma alteração de rumo e considerou que seria útil introduzir um olhar isento, de alguém exterior à própria escola. Esta decisão foi transmitida à escola quando foi tomada o que coincidiu com o final da comissão de serviço do Presidente cessante, tendo a gestão da escola ficado assegurada por dois vice-presidentes, até à tomada de posse do novo Director.

Outros Pareceres:

À data da elaboração do presente relatório tinham dado entrada na Comissão os seguintes pareceres:

- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores;
- Sindicato dos Professores da Região Açores;
- Corpo docente da Escola Profissional das Capelas.

Os referidos pareceres encontram-se disponíveis nos serviços da Assembleia.

CAPÍTULO IV APRECIACÃO NA GENERALIDADE

A presente iniciativa legislativa pretende revogar o Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/A, de 24 de Março, que estabelece as regras de organização e funcionamento da Escola Profissional de Capelas por considerar que a publicação do referido Decreto Regulamentar Regional vem exorbitar a esfera de competências legislativas do Governo Regional, ao consagrar um regime de gestão substancialmente diverso e mesmo contraditório com o estabelecido no Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, de 4 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/A, de 6 de Março.

É opinião do proponente que o Decreto Regulamentar em causa consubstancia uma alteração material de grande alcance que não só ultrapassa as competências do Governo Regional, como também compromete a democraticidade dos processos de gestão escolar, ancorada na eleição directa dos órgãos de gestão e administração das Unidades Orgânicas.

Assim propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reafirme o uso das suas legítimas competências, não permitindo a sua invasão pelo Governo Regional e, por outro lado, impeça a subversão do regime jurídico da criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do sistema educativo, instrumento democrático fundamental do sistema escolar regional.

CAPÍTULO V PARECER

A iniciativa em apreciação mereceu parecer desfavorável dos Deputados do Partido Socialista, a abstenção dos Deputados do Partido Social Democrata, e do Deputado do CDS/PP, que reservam a sua posição final para o Plenário, e o parecer favorável da Deputada do Bloco de Esquerda.

Assim, a Comissão deliberou por maioria, emitir parecer desfavorável à aprovação do Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Revogação do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2010/A, de 24 de Março”, pelo Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 17 de Maio de 2010.

A Relatora, *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, Cláudia Cardoso

O Redactor, *José Rodrigues da Costa.*

